

PALÁCIO BARRIGA VERDE



# DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXI

FLORIANÓPOLIS, 14 DE JUNHO DE 2012

NÚMERO 6.426

**MESA**

Gelson Merisio  
**PRESIDENTE**

Moacir Sopelsa  
**1º VICE-PRESIDENTE**

Nilson Gonçalves  
**2º VICE-PRESIDENTE**

Jailson Lima  
**1º SECRETÁRIO**

Reno Caramori  
**2º SECRETÁRIO**

Antonio Aguiar  
**3º SECRETÁRIO**

Ana Paula Lima  
**4ª SECRETÁRIA**

**LIDERANÇA DO GOVERNO**

Edison Andrino

**PARTIDOS POLÍTICOS**  
(Lideranças)

**PARTIDO PROGRESSISTA**  
Líder: Silvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO  
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**  
Líder: Manoel Mota

**PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO**  
Líder: Darci de Matos

**PARTIDO DOS TRABALHADORES**  
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL  
DEMOCRACIA BRASILEIRA**  
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA  
BRASILEIRO**  
Líder: Narcizo Parisotto

**PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL**  
Líder: Ângela Albino

**PARTIDO POPULAR SOCIALISTA**  
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO  
TRABALHISTA**  
Líder: Sargento Amauri Soares

**COMISSÕES PERMANENTES**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO  
E JUSTIÇA**

Romildo Titon - Presidente  
Adilor Guglielmi - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Serafim Venzon  
José Nei Alberton Ascari  
Dirceu Dresch  
Volnei Morastoni  
Plínio de Castro  
Edison Andrino

**COMISSÃO DE TRANSPORTES E  
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Valmir Comin - Presidente  
Manoel Mota - Vice-Presidente  
Angela Albino  
Jean Kuhlmann  
Mauro de Nadal  
Pe. Pedro Baldissera  
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE PESCA E  
AQUICULTURA**

Pe. Pedro Baldissera - Presidente  
Adilor Guglielmi  
Altair Guidi  
José Milton Scheffer  
Darci de Matos  
Aldo Schneider  
Manoel Mota

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, E  
POLÍTICA RURAL**

Manoel Mota - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Narcizo Parisotto  
Mauro de Nadal  
Dirceu Dresch  
Adilor Guglielmi  
José Nei Alberton Ascari

**COMISSÃO DE TRABALHO,  
ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO  
PÚBLICO**

Elizeu Mattos - Presidente  
Plínio de Castro - Vice-Presidente  
Altair Guidi  
Jorge Teixeira  
Angela Albino  
Manoel Mota  
Marcos Vieira

**COMISSÃO DE DEFESA DOS  
DIREITOS DA PESSOA COM  
DEFICIÊNCIA**

José Nei Alberton Ascari - Presidente  
José Milton Scheffer - Vice-Presidente  
Dado Cherem  
Luciane Carminatti  
Dirce Heiderscheidt  
Carlos Chiodini  
Angela Albino

**COMISSÃO DE FINANÇAS E  
TRIBUTAÇÃO**

Marcos Vieira - Presidente  
Darci de Matos - Vice-Presidente  
Gilmar Knaesel  
Sargento Amauri Soares  
Valmir Comin  
Manoel Mota  
Luciane Carminatti  
Neodi Saretta  
Aldo Schneider

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Gilmar Knaesel - Presidente  
Sargento Amauri Soares - Vice-Presidente  
Kennedy Nunes  
Marcos Vieira  
Maurício Eskudlark  
Dirce Heiderscheidt  
Volnei Morastoni

**COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA,  
TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA**

José Milton Scheffer - Presidente  
Angela Albino - Vice-Presidente  
Jorge Teixeira  
Carlos Chiodini  
Edison Andrino  
Dirceu Dresch  
Adilor Guglielmi

**COMISSÃO DE TURISMO E MEIO  
AMBIENTE**

Neodi Saretta - Presidente  
Altair Guidi - Vice-Presidente  
Gilmar Knaesel  
Valmir Comin  
Jorge Teixeira  
Edison Andrino  
Dirce Heiderscheidt

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO  
PARLAMENTAR**

Jean Kuhlmann - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Pe. Pedro Baldissera  
Narcizo Parisotto  
Joares Ponticelli  
Elizeu Mattos  
Carlos Chiodini  
Gilmar Knaesel  
Ismael dos Santos

**COMISSÃO DE DIREITOS E  
GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE  
AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER**

Luciane Carminatti - Presidente  
Ismael dos Santos - Vice-Presidente  
Dirce Heiderscheidt  
Dado Cherem  
Angela Albino  
Plínio de Castro  
Romildo Titon

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA  
E ESPORTO**

Carlos Chiodini - Presidente  
Luciane Carminatti - Vice-Presidente  
Sargento Amauri Soares  
Ismael dos Santos  
Mauro de Nadal  
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE RELACIONAMENTO  
INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO,  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO  
MERCOSUL**

Adilor Guglielmi - Presidente  
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente  
Kennedy Nunes  
Jorge Teixeira  
Elizeu Mattos  
Edison Andrino  
Neodi Saretta

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
PARTICIPATIVA**

Angela Albino - Presidente  
Manoel Mota - Vice-Presidente  
Plínio de Castro  
José Nei Alberton Ascari  
Romildo Titon  
Pe. Pedro Baldissera  
Gilmar Knaesel

**COMISSÃO DE SAÚDE**

Volnei Morastoni - Presidente  
Carlos Chiodini - Vice-Presidente  
Serafim Venzon  
Valmir Comin  
Sargento Amauri Soares  
Mauro de Nadal

**COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL**

Kennedy Nunes - Presidente  
Aldo Schneider - Vice-Presidente  
Manoel Mota  
Dirceu Dresch  
Angela Albino  
Maurício Eskudlark  
Marcos Vieira

<p><b>DIRETORIA LEGISLATIVA</b></p> <p><b>Coordenadoria de Publicação:</b> Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Roberto Katumi Oda</p> <p><b>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:</b> Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p><b>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</b></p> <p><b>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:</b> Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p style="text-align: center;"><b>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</b></p> <hr/> <p style="text-align: center;"><b>EXPEDIENTE</b></p> <hr/> <div style="text-align: center;">  </div> <p style="text-align: center;"><b>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina</b> <b>Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves</b> <b>Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC</b> <b>CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500</b> <b>Internet: <a href="http://www.alesc.sc.gov.br">www.alesc.sc.gov.br</a></b></p> <p style="text-align: center;"><b>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXI</b> <b>NESTA EDIÇÃO: 32 PÁGINAS</b> <b>TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</b></p>	<p style="text-align: center;"><b>ÍNDICE</b></p> <p><b>Plenário</b> Ata da 063ª Sessão Ordinária realizada em 12/06/2012.....2 Ata da 064ª Sessão Ordinária realizada em 13/06/2012.....12</p> <p><b>Atos da Mesa</b> Atos da Mesa.....15</p> <p><b>Publicações Diversas</b> Audiências Públicas.....16 Ata de Comissão Permanente.....28 Extratos.....28 Mensagem Governamental.....29 Portarias.....30</p>
---	--	--

## P L E N Á R I O

# ATA DA 063ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 12 DE JUNHO DE 2012

### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Daniel Tozzo - Darci de Matos - Dieter Janssen - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Plínio de Castro - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin - Valter Gallina - Volnei Morastoni.

#### SUMÁRIO

##### Breves Comunicações

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** - Fala sobre o programa Crack, é Possível Vencer, lançado pelo governo federal.

**DEPUTADO NEODI SARETTA** - Solicita a instalação de UTI neonatal na região da Ammosc.

**DEPUTADO VALTER GALLINA** - Faz seu discurso de posse na Alesc.

**DEPUTADO SANDRO SILVA** - Pronuncia-se após sua posse no Parlamento catarinense.

**DEPUTADO KENNEDY NUNES** (pela ordem) - Dá as boas-vindas aos novos deputados.

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** (pela ordem) - Dá as boas-vindas aos novos deputados.

**DEPUTADO ALTAIR GUIDI** (pela ordem) - Augura votos de sucesso ao deputado Sandro Silva.

**DEPUTADO NEODI SARETTA** (pela ordem) - Dá as boas-vindas aos novos deputados.

**DEPUTADO MARCOS VIEIRA** (pela ordem) - Dá as boas-vindas aos novos deputados.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** (pela ordem) - Dá as boas-vindas aos novos deputados.

**DEPUTADO ELIZEU MATTOS** (pela ordem) - Dá as boas-vindas aos novos deputados.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** (pela ordem) - Dá as boas-vindas aos novos deputados.

**DEPUTADO DANIEL TOZZO** (pela ordem) - Dá as boas-vindas aos novos deputados.

**DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO** (pela ordem) - Dá as boas-vindas aos novos deputados; registra a presença do diretor do jornal *Cedrense*.

**DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR** (pela ordem) - Dá as boas-vindas aos novos deputados.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** (pela ordem) - Registra a presença da direção do jornal *Cedrense* e do Sinpol; cumprimenta os deputados que tomaram posse.

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** (pela ordem) - Deseja sucesso aos deputados Valter Gallina e Sandro Silva.

**DEPUTADO MAURO DE NADAL** (pela ordem) - Cumprimenta o diretor do jornal *Cedrense*; dá as boas-vindas aos novos deputados.

##### Partidos Políticos

**DEPUTADO ALDO SCHNEIDER** - Explana sobre o PL n. 0062/2012, de sua autoria, que dispõe sobre a reutilização das areias geradas no processo industrial de fundição.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** (aparte) - Elogia o projeto de autoria do deputado Aldo Schneider.

**DEPUTADO RENO CARAMORI** (pela ordem) - Comunica a presença de autoridades de Caçador.

**DEPUTADO DANIEL TOZZO** - Discorre sobre o assalto ocorrido em sua residência; comenta o estado das rodovias federais no oeste catarinense.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** (aparte) - Manifesta solidariedade à família de Daniel Tozzo e destaca a competência da Polícia Civil para resolver o crime.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Expressa sua preocupação com a ocorrência de casos de gripe A no município de Tubarão.

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Destaca a participação do ministro dos Transportes em seminário sobre ferrovias que acontecerá em Chapecó.

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** - Assegura apoio ao PL n. 0062/2012, que dispõe sobre a reutilização das areias geradas no processo industrial de fundição; convida para a Expogestão, em Joinville.

**DEPUTADO ALDO SCHNEIDER** (aparte) - Coloca seu projeto à disposição dos colegas para emendas.

**DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK** - Manifesta-se acerca das audiências públicas realizadas pela comissão de Segurança.

**DEPUTADO GILMAR KNAESEL** (aparte) - Elogia a realização das audiências públicas propostas pelo deputado Maurício Eskudlark.

**DEPUTADO DARCI DE MATOS** (pela ordem) - Conclama os deputados a comparecerem ao plenário para a Ordem do Dia.

**DEPUTADO DADO CHEREM** (pela ordem) - Dá as boas-vindas aos deputados Sandro Silva e Valter Gallina.

#### Explicação Pessoal

**DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS** - Apresenta relatório preliminar feito pelo Fórum Parlamentar de Combate às Drogas sobre o uso de álcool por motoristas.

**DEPUTADO GILMAR KNAESEL** - Reporta-se à XVI Conferência da Unale; comenta as próximas eleições municipais.

**DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI** - Comenta o problema do trabalho infantil em SC; informa que mobilizações ocorrerão no oeste em função do péssimo estado das rodovias estaduais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Gostaria de avisar aos visitantes e aos deputados que tomarão posse nesta Casa Sandro Silva e Valter Gallina. Em função de uma reunião com o governador Raimundo Colombo que ainda não foi concluída, faremos a posse dos dois novos deputados às 15h. Enquanto isso, seguiremos com a sessão.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra, por até dez minutos, a sra. deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio AleSC Digital, gostaria de convidar todos para participarem, daqui a poucos minutos, da posse dos srs. deputados Sandro Silva e Valter Gallina, tendo em vista as licenças dos deputados Altair Guidi e Jean Kuhlmann.

Venho à tribuna na tarde de hoje, srs. parlamentares, público catarinense, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio AleSC Digital, para aplaudir e enaltecer a decisão do governo federal de lançar um programa já muito falado pela nossa presidenta Dilma Rousseff, que é o programa Crack, é Possível Vencer, num momento importante em que precisamos combater a violência urbana e cuidar dos nossos jovens e adolescentes.

O crack, srs. parlamentares, é uma das drogas mais devastadoras dos últimos tempos. Age rapidamente, pois a fumaça provocada pela queima do crack chega ao sistema nervoso em dez segundos apenas. A temperatura do corpo do usuário de crack eleva-se, podendo causar arritmias, acidentes vasculares cerebrais e até a degeneração dos músculos de todo o corpo. A droga ainda causa depressão, ansiedade, agressividade e com o tempo o usuário do crack para de se alimentar e fica debilitado física e emocionalmente.

A dependência química na grande maioria dos casos leva à prática de pequenos furtos, pequenos crimes, com o intuito de suprir a compulsão pela droga. O usuário começa vendendo objetos pessoais, depois objetos da

casa da sua família e por fim chega ao ponto de cometer assaltos e até assassinatos. A consequência disso tudo é a destruição de sonhos, a destruição do futuro, a destruição da esperança e da própria vida e de seus familiares.

Falo isso para salientar a importância da assinatura do convênio firmado entre o governo do estado, através do programa Crack, é Possível Vencer, assinado no final do mês de maio deste ano, em Florianópolis, com a presença de representantes dos ministérios da Justiça, da Saúde e do Desenvolvimento Social e do Combate à Fome, da secretaria de Direitos Humanos, como também vários representantes do governo do estado de Santa Catarina.

O programa Crack, é Possível Vencer foi lançado em dezembro de 2011 pela presidenta Dilma Rousseff e prevê o montante de R\$ 4 bilhões em recursos federais até o ano de 2014 para ações tanto em estados da nossa federação quanto em municípios que assinarem o pacto de cooperação. Já participam oficialmente do programa os seguintes estados: Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. O estado de Santa Catarina, a partir do final do mês de maio, também firmou esse pacto com o governo federal.

O programa, srs. parlamentares e público catarinense, tem três eixos importantes: a prevenção do uso de drogas, o cuidado para a desintoxicação e tratamento do usuário, e o enfrentamento ao tráfico de drogas. As ações serão realizadas integralmente pela união, pelos estados, pelos municípios e pela sociedade civil organizada, com o objetivo de aumentar a oferta de tratamento de saúde aos usuários de drogas e de enfrentar o tráfico e as organizações criminosas.

O consumo de drogas como o crack e outras substâncias ilícitas sempre está vinculado à violência urbana. Se hoje reclamamos tanto da insegurança em que vivem os nossos municípios, uma das grandes causas é a drogadição, infelizmente! A droga entra justamente onde não há ações efetivas do governo com políticas públicas de inclusão social, de promoção do emprego, do desenvolvimento das pessoas e também da cidadania.

Deputado Neodi Saretta, é nesse mundo da drogadição que a criminalidade aumenta cada vez mais, que os valores pessoais, os valores sociais se perdem, pois as famílias se desfazem, a violência toma conta dos centros urbanos e espalha-se por quase todos os municípios.

Srs. deputados e sras. deputadas, não foi uma, nem duas vezes que em nosso gabinete nos procuraram mães e pais desesperados, porque não sabiam mais como controlar seus filhos e filhas que haviam entrado no mundo das drogas, eu não sabia onde os internar para fazer uma desintoxicação.

Estamos vendo todos os dias que é cada vez maior o número de adolescentes que entra no mundo das drogas. É realmente um dado alarmante e nós, como parlamentar, e o governo federal, estadual e municipal temos que fazer a nossa parte, porque não adianta aumentar o efetivo de policiais se não houver uma política energética de combate ao tráfico de drogas e também de prevenção e de desintoxicação do dependente químico.

Somente neste último final de semana, srs. deputados, a Polícia registrou vários arrombamentos de caixas eletrônicas em vários municípios de Santa Catarina. E cito, como exemplo, Florianópolis, Palhoça, Blumenau, São Francisco do Sul e o Parque Beto Carreiro World, no município de Penha.

A falta de segurança pública é um dos grandes problemas da população em todas as cidades catarinenses, que percebem o

agravamento da violência urbana. Mas com ações como o Brasil Carinhoso, voltado à primeira infância, e Crack, é Possível Vencer, pensados e implementados pelo governo da presidenta Dilma Rousseff, podemos mudar esse cenário.

Será oferecido curso de capacitação, em nível de extensão universitária, na modalidade de ensino a distância, para aprender a tratar dessa problemática. Para estados e cidades conveniados, as ações acontecem nas áreas do cuidado com o usuário, da prevenção e superação e da segurança pública.

Importante também registrar, srs. parlamentares, o Projeto de Lei n. 0049, de nossa autoria, aprovado nesta Casa por unanimidade e que se encontra na mesa do governador do estado para ser sancionado. Pelo texto, são destinados 10%, no mínimo, dos recursos do Fundo Social e dos recursos orçamentários previstos para despesas com publicidade à promoção de campanhas de combate ao uso de crack e outras substâncias que causem dependência química.

Como já frisei anteriormente, não podemos ficar inertes diante de um problema tão grave como o consumo de crack e de outras drogas ilícitas, porque as nossas crianças, jovens e adolescentes precisam que tentemos sensibilizar pais e mães e a sociedade sobre os males e as consequências nefastas do uso de drogas.

Assim, srs. deputados, quem sabe possamos vencer em breve a luta que estamos travando desde o início do nosso mandato contra o uso do crack e de outras substâncias que alteram o mente e o comportamento de qualquer pessoa.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Inscrito o sr. deputado Neodi Saretta, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Srs. deputados, sra. deputada Ana Paula Lima, estimados catarinenses que estão acompanhando esta sessão e que prestigiarão a posse dos dois novos deputados logo mais, sejam todos bem-vindos.

Gostaria, sra. presidente, v.exa. que é uma enfermeira competente e não só uma competente política, de tratar, desta tribuna, de um assunto relacionado à saúde.

Temos falado com frequência sobre esse tema e trago aqui a preocupação da Associação dos Municípios do Meio-Oeste Catarinense, Ammoc, porque toda aquela região não dispõe sequer de uma UTI neonatal, já que as mães próximas estão situadas em Concórdia e Curitiba.

Há dois anos presenciei o sofrimento de uma família e consegui, de uma forma ou de outra, auxiliar para que a parturiente e seu bebê fossem deslocados às pressas de Joaçaba para Concórdia, onde havia uma vaga na UTI neonatal. Hoje a criança está bem e saudável, e é exatamente do avô dela que vem um pedido, o qual estamos formalizando nesta Casa.

Já discutimos sobre isso outras vezes, especialmente do município de Treze Tílias. O conhecido jornalista Moacir Pereira lá esteve dias atrás e observou justamente a falta de UTI neonatal em toda aquela região, citando o nosso companheiro José de Abreu, a pessoa a quem me referi anteriormente, que exerce a presidência do PT naquela cidade, e deixando a seguinte pergunta: "Alô, secretário regional, quando é que sai a UTI do vale do rio do Peixe?"

Eu trago uma indicação a esta Casa, a ser encaminhada ao sr. governador do estado

e ao secretário da Saúde, pedindo urgência na instalação de uma UTI neonatal na região da Ammoc, pois tem-se falado muito em descentralização e uma das questões que entendemos como prioritária na descentralização é exatamente o atendimento na área da saúde.

É claro que o ideal seria instalar uma em cada cidade, mas sabemos que é impossível que municípios pequenos tenham toda a estrutura hospitalar, inclusive, deputado Altair Guidi, com UTI. Mas que pelo menos próximo ou no município sede da associação, deputado Daniel Tozzo, haja esse serviço fundamental.

Quero então deixar consignado esse pedido daquela região, no sentido de que o quanto antes seja instalada uma UTI neonatal na região da Ammoc, que abrange os municípios de Água Doce, Capinzal, Catanduvas, Erval Velho, Herval do Oeste, Ibicaré, Joaçaba, Lacerdópolis, Luzerna, Ouro, Tangará, Treze Tilias e Vargem Bonita.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigado, deputado Neodi Saretta.

Não havendo mais oradores inscritos em Breves Comunicações, esta Presidência suspende a sessão até as 15h, quando adentraremos no horário destinado aos Partidos Políticos e tomarão posse os deputados Valter José Gallina e Sandro Daumiro Silva.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a presente sessão.

Conforme informado no início da sessão, iremos dar posse a dois novos deputados e conhecimento à Casa da licença de dois titulares.

(Passa a ler.)

“ATO DA PRESIDÊNCIA N.022-DL, de 2012

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Jean Kuhlmann, por um período de sessenta dias, a contar de 11 de junho do corrente ano, para tratar de assuntos particulares.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 12 de junho de 2012.

(a) Deputado Gelson Merisio

Presidente”[sic]

“ATO DA MESA N.033-DL, de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Paulo Roberto Tesseroli França, 7º Suplente da Coligação DEM, PMDB, PSDB, PTB, PTC, PSL, PRP e PSC, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência do afastamento do deputado Jean Kuhlmann, para tratar de assuntos particulares.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 12 de junho de 2012.

(a) Deputado Gelson Merisio

Presidente”[sic]

“ATO DA MESA N.034-DL, de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Valter José Gallina, 8º Suplente da Coligação DEM, PMDB,

PSDB, PTB, PTC, PSL, PRP e PSC, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, por declínio do 7º Suplente, em decorrência do afastamento do Deputado Jean Kuhlmann, para tratar de assuntos particulares.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 12 de junho de 2012.

(a) Deputado Gelson Merisio

Presidente” [sic]

(Palmas)

Convido o sr. Valter José Gallina para que faça o seu juramento.

O SR. VALTER JOSÉ GALLINA - “Prometo manter, defender e cumprir a Constituição do Brasil e a Constituição do Estado de Santa Catarina e observar as leis, desempenhando leal e sinceramente o mandato que me foi outorgado pelo povo catarinense.”[sic]

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Convido o deputado para assinar o termo de posse.

(Procede-se à assinatura.)

(Palmas)

Declaro empossado o deputado Valter José Gallina.

(Passa a ler.)

“ATO DA PRESIDÊNCIA N.023-DL, de 2012

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, de acordo com o art. 52, inciso II, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONCEDE licença ao Senhor Deputado Altair Guidi, por um período de sessenta dias, a contar de 12 de junho do corrente ano, para tratamento de saúde.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 12 de junho de 2012.

(a) Deputado Gelson Merisio

Presidente” [sic]

“ATO DA MESA N.035-DL, de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em conformidade com o disposto no art. 57, inciso III, do Regimento Interno, no uso de suas atribuições

CONVOCA o cidadão Sandro Daumiro da Silva, 1º Suplente do Partido Popular Socialista - PPS, para ocupar cadeira de Deputado neste Poder, em decorrência do afastamento do Deputado Altair Guidi para tratamento de saúde.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 12 de junho de 2012.

(a) Deputado Gelson Merisio

Presidente”[sic]

(Palmas)

Convoco o sr. Sandro Silva para prestar o seu juramento.

O SR. SANDRO SILVA - “Prometo manter, defender e cumprir a Constituição do Brasil e a Constituição de Santa Catarina e observar as leis, desempenhando leal e sinceramente o mandato que me foi outorgado pelo povo catarinense.”

(Palmas)

Convido o deputado para assinar o termo de posse.

(Procede-se à assinatura.)

(Palmas)

Declaro empossado o sr. deputado Sandro Daumiro da Silva.

(Palmas)

Com a palavra o deputado Valter Gallina, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALTER GALLINA - Boa-tarde a todos e a todas!

Não sou muito afeito a falar o que escrevo, mas pelo momento, que é protocolar, escrevi algumas considerações para expor aos senhores e às senhoras.

(Passa a ler.)

“Sr. presidente da Assembleia Legislativa, srs. deputados, sras. deputadas, senhoras e senhores.

Quero, em primeiro lugar, agradecer a Deus, ao governador Raimundo Colombo, ao vice-governador Eduardo Pinho Moreira, ao engenheiro Paulo França, ao deputado Jean Kuhlmann por esta oportunidade que muito me honra de estar aqui, diante de v.exas., para reafirmar o compromisso de servir nossa gente e ao povo catarinense.

Para isso, trago na mente e no coração os princípios basilares da democracia e, principalmente, os valores humanos fundamentais da ética, da justiça, da verdade, da honestidade e da solidariedade.

Agradeço ao povo catarinense, especialmente ao da Grande Florianópolis, que materializou esta oportunidade através de um ato consciente, o voto, dando-me um crédito de confiança, optando por um caminho que ele próprio julgará depois. A essa confiança responderei com muito trabalho e neste período no Parlamento tudo farei para ajudar a construir um estado cada vez melhor.

Agradeço, de modo especial também, à minha família, à Helena, minha esposa, aos meus filhos Aline, Amanda e Matheus, cujo apoio imprescindível em todos os momentos ajudou-me a superar os obstáculos e ser otimista mesmo quando o otimismo não se justificava.

Quero fazer um agradecimento especial aos prefeitos da região da Grande Florianópolis, muitos deles presentes neste momento, como os prefeitos de Florianópolis, São José, Governador Celso Ramos, Palhoça, São Pedro de Alcântara, Águas Mornas e Angelina. Com certeza a presença de v.exas. me dá ainda mais responsabilidade e compromisso.

Agradeço aos vereadores, aos líderes comunitários, aos militantes do meu único partido, o PMDB, às instituições de que faço parte e aos meus amigos, sem os quais essa trajetória ter-se-ia tornado impossível.

Não posso deixar de agradecer, neste momento, ao ex-governador, hoje senador Luiz Henrique da Silveira, que me deu a oportunidade de, como secretário regional e com o apoio dos deputados, deputadas e prefeitos municipais, fazer as ações que a região da Grande Florianópolis precisava e almejava, região esta extremamente diversificada, desenvolvida através de vários aspectos: atividades hortifrutigranjeiras, águas termais, tecnologia de informática, praias, aquicultura, entre outros. Tenho a consciência de que muito foi e está sendo feito, mas que há ainda muito por fazer.

Não posso deixar de salientar também que nos últimos 12 meses estive à frente da diretoria de Operações e Meio Ambiente da Companhia Catarinense de Saneamento - Casan -, presidida pelo competente Dalírio Beber, e que nesse período tive a oportunidade de vivenciar o empenho dos diretores e dos servidores da empresa, no sentido de que o estado catarinense saia dos seus parcos 18% de cobertura de esgoto para um patamar aceitável, digno de um estado considerado como o de melhor qualidade de vida no Brasil. Há financiamentos já assegurados e assinados com o Jica, a CEF e uma agência francesa, na ordem de R\$ 1,5 bilhão nos próximos três anos, que levarão a cobertura de esgoto a 46% e o abastecimento de água a 99%, números que colocarão o estado catarinense entre os melhores do Brasil já em 2015.

Quero, neste momento, dirigir-me particularmente aos meus colegas de Parlamento, para afirmar que, consciente da

pluralidade desta Casa, nortearei minha conduta dentro do mais elevado espírito de respeito e consideração a esta instituição, às sras. deputadas e aos srs. deputados, garantindo, assim, um relacionamento civilizado e exercido à luz de sentimentos éticos, morais e democráticos.

Estejam certos de que nesse período que aqui estarei, curto período é verdade, aprenderei muito e sempre estarei ao lado dos senhores e das senhoras em defesa da imagem da nossa instituição, como palco de legítimas e reais reivindicações do povo catarinense.

Que Deus nos ilumine e guie na direção de uma sociedade cada vez mais feliz.

Muito obrigado!"

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Quero desejar ao deputado Valter Gallina uma boa permanência na Assembleia Legislativa.

Com a palavra o sr. deputado Sandro Silva, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Quero saudar o sr. deputado Moacir Sopelsa, neste momento presidindo esta sessão, e em seu nome saúdo todos os deputados desta Casa.

Quero cumprimentar as pessoas que nos acompanham pela TVAL e muito, especialmente, todos e todas que vieram prestigiar a minha posse, mostrando a responsabilidade que é assumir este mandato.

Quero agradecer ao deputado Altair Guidi por me dar a oportunidade de me tornar deputado, ato comum no mandato desse deputado, porque o PPS luta sempre pelo fortalecimento partidário. Para mim é uma honra substituir um político com tanta história e contribuição para o estado.

Quero agradecer ainda ao PPS de Santa Catarina, partido no qual milito desde 2007, em Joinville, e a todos que me ajudaram em minha campanha, na pessoa do presidente municipal, Vanderlei Battiste, que foi o coordenador. Na verdade, todos que me ajudaram de alguma forma foram verdadeiros guerreiros para que eu alcançasse os 18.094 votos. Também agradeço de forma especial aos eleitores pela confiança em mim depositada.

Às vezes, fico pensando se de fato sou merecedor de tantas coisas boas em minha vida. Sinto-me abençoado por tudo que já alcancei, por ter os amigos que tenho, pela família que Deus me deu e pela família que ele me ajudou a construir.

Sinto cada vez mais o peso da responsabilidade em meus ombros, mas sei que todos que me cercam e Aquele que sabe todas as coisas me ajudaram a fazer um grande trabalho.

Em 1934, há 78 anos, a professora e jornalista Antonieta de Barros entrava para os anais da história brasileira tornando-se a primeira mulher descendente de escravizados a assumir uma cadeira de deputada estadual em nosso estado. Infelizmente, a era Vargas encurtou o mandato de Antonieta de Barros, a mesma que em 1937 a impediu de exercer cargo público para o qual havia sido eleita. A ditadura, naquele tempo, foi mais forte.

Em 1947 Antonieta de Barros, retornou à Assembleia como deputada suplente. Portanto, 65 anos é o hiato entre a deputada Antonieta de Barros e a minha chegada a esta Casa. Minha posse que representa 800 mil negros e negras de todo o estado.

(Palmas das galerias)

Pessoas simples que auxiliaram na construção de Santa Catarina ao longo dos

séculos e ficaram à margem do processo de desenvolvimento econômico, educacional, cultural e religioso.

Joinville, cidade de onde sou oriundo, possui a maior concentração de negros do estado, em torno de 17% da população. Aquele município me concedeu a honra de ser vereador com quase cinco mil votos e presidente da Câmara de Vereadores. Fui o primeiro afrodescendente a se eleger vereador e a presidir por dois anos aquela Casa Legislativa.

Nesta data memorável, onde divido a minha alegria e emoção com todos vocês, amigos, familiares, políticos, militantes, movimentos organizados e simpatizantes, não poderia deixar de lembrar o poeta simbolista, João da Cruz e Sousa, um dos mais importantes ícones da luta pela abolição da escravidão no Brasil, filho de escravos que escreveu com poesias o seu nome na história mundial.

Nesta terra de grandes homens e mulheres, Deus me concedeu a incumbência de me tornar, nos tempos atuais, o primeiro afrodescendente a assumir uma cadeira na Assembleia Legislativa do nosso estado, que é um dos mais importantes da federação, substituindo simbolicamente a professora Antonieta de Barros. Honra igual talvez nunca mais venha a ter.

Por isso, desta tribuna quero externar a todos os habitantes do querido estado que cheguei aqui honrando a minha palavra, a educação que meus pais me deram e o compromisso de homem público que faz da atividade política um sacerdócio. A marca que buscarei deixar nesta Casa será da humildade, do trabalho incondicional, do respeito aos catarinenses e do compromisso em gerar cada vez mais trabalho, renda e qualidade de vida para todas as pessoas do nosso estado.

Quero, juntamente com os deputados de minha cidade, Darci de Matos, Kennedy Nunes e Nilson Gonçalves, engrossar as fileiras pelas lutas de Joinville e região. Também, juntamente com os deputados desta Casa, lutarei no tempo em que estiver aqui para que todos os catarinenses tenham o retorno daquilo que contribuem.

Encerro esse discurso agradecendo principalmente a Deus por esta oportunidade histórica e, ao mesmo tempo, externo a todas as lideranças que aqui se encontram que o meu compromisso diário será defender o interesse dos que geram emprego, dos que zelam pela saúde alheia, dos que garantem a nossa segurança e todos aqueles que, como eu, lutam pela eliminação do preconceito, do racismo, da homofobia e da indiferença.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Altair Guidi - Pela ordem, sr. presidente, gostaria de usar a palavra por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Altair Guidi, posso conceder-lhe a palavra, pela ordem, por um minuto, porque estamos no horário dos Partidos Políticos.

O SR. DEPUTADO ALTAIR GUIDI - Então, poderei usar o horário dos Partidos Políticos apenas na quarta-feira?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Concedo-lhe cinco minutos! Está bom!

O Sr. Deputado Kennedy Nunes - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Sr. presidente, quero dar ao deputado Sandro Silva, nosso companheiro de Joinville, lá da

zona sul, as boas-vindas, estendo-as a todos os que vieram acompanhar a sua posse.

Quero dizer ainda ao deputado Sandro Silva que tanto eu como os deputados Nilson Gonçalves e Darci de Matos estamos felizes por vê-lo engrossar as nossas fileiras em favor de Joinville, que hoje já tem 10% do Parlamento catarinense, o que mostra a pujança da nossa cidade.

Quero também dar as boas-vindas ao deputado Valter Gallina, que é da região da Grande Florianópolis.

Muito obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, quero dar as boas-vindas ao deputado Valter Gallina e ao nosso amigo, nosso irmão, Sandro Silva, que assume uma cadeira nesta Casa pelo PPS, no lugar do deputado Altair Guidi.

Quero dizer, sr. presidente, que o dia de hoje constitui-se num momento histórico, porque um afrodescendente chega a esta Casa depois de 65 anos do mandato da professora Antonieta de Barros.

Trata-se de um homem honrado, digno, filho de uma diarista, de um jardineiro, que vai honrar os afrodescendentes de Santa Catarina, mas, sobretudo, vai honrar o seu povo, o povo de Joinville e do estado catarinense.

Sandro, parabéns a você! Sucesso! E que você continue sempre assim, humilde, trabalhando por Joinville e por Santa Catarina.

Um grande abraço!

(Palmas das galerias)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Altair Guidi.

O SR. DEPUTADO ALTAIR GUIDI - Sr. presidente, srs. e sras. deputadas, meu companheiro Sandro Silva, eu poderia começar citando uma frase do poema *Navio Negroiro*, que diz: "Auriverde pendão da minha terra, que a brisa do Brasil beija e balança". Mas quero ressaltar, neste momento, a grande contribuição que a África tem dado ao Brasil, seja na cultura, nos costumes, no trabalho ou nas artes.

Eu não sou afeito ao microfone, mas sinto-me feliz de falar para esse povo que o Sandro trouxe a esta Casa. A posse de um deputado no Parlamento tem dois significados: o significado político, representado pela conquista partidária do mandato, e o significado institucional, representado pela obrigação do deputado de contribuir para um Parlamento cada vez mais digno das esperanças que o povo nele deposita.

Estou certo de que ao assumir seu mandato nesta Casa v.exa. transformará esses dois significados em duas novas lições: defender os ideais e os princípios do nosso partido e trabalhar com a mais absoluta determinação para que este Parlamento corresponda à expectativa de todos os catarinenses.

Pelo fato de conhecer sua brilhante carreira política, tenho a convicção de que as missões que v.exa. agora assume haverão de ser levadas a bom termo. O nosso partido precisa de sua inteligência e invulgar capacidade para o trabalho e Santa Catarina precisa do entusiasmo das novas lideranças para superar as dificuldades que tanto angustiam nossa gente.

Desejo-lhe o mais absoluto sucesso. E gostaria de repetir a frase do *Navio Negroiro*, de Castro Alves, que inicia o poema: "Auriverde

pendão da minha terra, que a brisa do Brasil beija e balança”.

Muito obrigado, sr. presidente.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, quero apenas dar, em nome dos companheiros da bancada do PT, boas-vindas aos deputados Valter Gallina e Sandro Silva, dizer da importância da sua contribuição para este Parlamento.

No caso específico do deputado Sandro Silva, acredito que sua presença neste plenário represente o resgate de uma dívida que Santa Catarina tem com os afrodescendentes, que foram e continuam sendo tão importantes para o desenvolvimento deste estado.

Um bom trabalho aos dois deputados. Sejam bem-vindos.

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Marcos Vieira - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, quero somente parabenizar os dois deputados: Valter Gallina, que prestou importantes e relevantes serviços à sociedade da Grande Florianópolis e que galga hoje a condição de deputado estadual pela sua região; e Sandro Silva, que fez um grande trabalho na região da Grande Joinville e que está hoje aqui para prestar um importante serviço à sociedade catarinense.

Parabéns aos novos deputados Valter Gallina e Sandro Silva!

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, eu, que estou voltando agora, fui o primeiro a me licenciar da nossa bancada - no momento está em licença o deputado Silvio Dreveck -, tive a honra hoje, no primeiro dia que retomo as atividades, de encontrar com os deputados Valter Gallina e Sandro Silva, que eu não conhecia pessoalmente, mas com quem vou ter o privilégio de conviver nos próximos 60 dias.

Não tenho dúvida de que ambos vão honrar não somente os votos que obtiveram nas suas comunidades, mas, acima de tudo, saberão valorizar o gesto que promoveram os deputados Altair Guidi e Jean Kuhlmann, pois ninguém chega aqui sozinho. O mais importante desse gesto, sr. presidente, é o reconhecimento que nenhum dos 40 titulares atingiu o coeficiente eleitoral para se apropriar do mandato. Portanto, temos que reconhecer aqueles que também foram responsáveis, deputado Plínio de Castro, para que aqui estivéssemos. É nosso dever reconhecer, prestigiar, valorizar e não tenho dúvida de que nos próximos 60 dias ambos haverão de prestar muitos serviços em favor da nossa gente catarinense.

Muito obrigado, sr. presidente.

O Sr. Deputado Elizeu Mattos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Elizeu Mattos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, quero dar as boas-vindas aos deputados Valter Gallina e Sandro Silva, pois

sei o que significa assumir pela primeira vez a tribuna desta Casa.

Assomar à tribuna é um fato muito importante, a tribuna arrepia, dá muita emoção. Não se dorme na noite anterior e na noite da posse também não se consegue dormir, porque é muito importante vir representar os catarinenses na Casa do Povo.

Quero também, sr. presidente, ressaltar de onde viemos. O deputado Valter Gallina tinha o mesmo sonho que pregamos em 2002, um sonho que no começo era uma utopia e que virou uma realidade.

Sr. presidente, peço mais 30 segundos para concluir o meu raciocínio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Deputado Elizeu Mattos, v.exa. me desculpe, mas tenho que cumprir o horário dos Partidos Políticos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sim, sr. presidente, em momento algum quero que v.exa. descumpra o Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Eu queria poder dar-lhe dez minutos.

O SR. DEPUTADO ELIZEU MATTOS - Sr. presidente, a verdade é que um minuto não dá nem para o deputado concluir o seu raciocínio. De qualquer forma, sejam bem-vindos os deputados Valter Gallina e Sandro Silva!

O Sr. Deputado Jailson Lima - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jailson Lima.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Deputado Moacir Sopelsa, também quero saudar o deputado Sandro Silva que, mesmo por um período curto de tempo, representará nesta Casa a expressão do povo catarinense na sua singela humildade, a exemplo do ex-presidente Lula, filho de retirante do nordeste, que deu exemplo para o mundo na condução dos destinos do Brasil.

Seja bem-vindo a este Poder, pois estará representando não apenas os afrodescendentes como também o povo catarinense e seus eleitores.

Quero, da mesma forma, cumprimentar o deputado Valter Gallina, que foi um grande secretário na regional de Florianópolis e que trabalhou decentemente.

Como o deputado Elizeu Mattos ficou 30 segundos reclamando que não deu para concluir o seu raciocínio neste microfone, quero dizer-lhe que pode ocupar os restantes 25 segundos do meu tempo para concluir a sua fala.

Sejam bem-vindos a esta Casa, deputados Sandro Silva e Valter Gallina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Jailson Lima.

O Sr. Deputado Daniel Tozzo - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Daniel Tozzo.

O SR. DEPUTADO DANIEL TOZZO - Sr. presidente, gostaria também de dar boas-vindas aos deputados Valter Gallina e Sandro Silva e dizer que entendo perfeitamente o que é estar na suplência, quase perto de ocupar um mandato.

Tenho certeza de que esse gesto dos nobres deputados que foram eleitos é um gesto nobre, é um gesto bonito, que merece, sim, os aplausos do povo catarinense. Mas quero dizer que quem ganha com isso é o povo, porque para chegar aqui o deputado tem que receber uma expressiva votação.

Independentemente do tempo que aqui ficarem, deputados, tenho certeza de que apresentarão bons projetos e contribuirão com o nosso estado.

Obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Daniel Tozzo.

O Sr. Deputado Plínio de Castro - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Plínio de Castro.

O SR. DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Sr. presidente, quero dizer que nós, mais do que ninguém, sabemos o quão é importante, o quanto representa para cada um, mesmo que por um período curto, assumir o mandato de deputado estadual na Assembleia Legislativa.

Quero desejar boas-vindas aos deputados Sandro Silva e Valter Gallina.

Quero aproveitar também este espaço, sr. presidente, para registrar a presença nesta Casa do diretor do jornal *Cedrense*, da nossa cidade, sr. Décio Schneider, que faz uma visita a este Parlamento.

Seja bem-vindo, Décio, para nós é uma alegria poder tê-lo em visita a esta Casa.

Muito obrigado, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Plínio de Castro.

O Sr. Deputado Antônio Aguiar - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Sr. presidente e comunidade catarinense, é com satisfação que damos as boas-vindas aos deputados Valter Gallina e Sandro Silva.

Quero parabenizar especialmente o deputado Valter Gallina, que contribuiu com o PMDB na sua eleição e dizer-lhe que esta Casa o recebe de braços abertos para que ele possa aqui expor as suas ideias e dar a sua contribuição a este Parlamento.

Um grande abraço aos dois deputados e sejam bem-vindos a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Antônio Aguiar.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, também quero aproveitar para registrar a presença nesta Casa de Décio Schneider, diretor do jornal *Cedrense*, que já esteve em nosso gabinete, como também do presidente e de toda a diretoria do Sinpol, com quem estamos fazendo várias tratativas em defesa dos policiais civis do estado de Santa Catarina.

Quero ainda, sr. presidente, dizer que tivemos a oportunidade, em 2002, de ficar na segunda suplência e em 2006 de assumir por três meses uma cadeira nesta Casa. Lembrome que foi um grande incentivo para continuarmos a nossa luta pela democracia dentro da política catarinense.

Então, sei o que isso representa tanto para o deputado Sandro Silva quanto para o deputado Valter Gallina. Quero parabenizá-los pelo trabalho, pela conduta, pelas pessoas que são, assim como a esta Casa, que ganhará muito com v.exas.!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, também não poderia deixar de dar um abraço no colega com quem fiz vários encaminhamentos entre 2003 e

2006, à época em que ele era secretário regional. Refiro-me ao agora deputado Valter Gallina, a quem digo que é uma satisfação tê-lo como colega neste Parlamento.

Quero registrar também a nossa alegria de ver o entusiasmo e a emoção pela presença entre os 40 deputados estaduais de um afrodescendente, representando o conjunto do Movimento Negro de Santa Catarina. O nosso respeito e o nosso aplauso pela posse do deputado Sandro Silva.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, nobre deputado.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Peça a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Mauro de Nadal.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - Sr. presidente, da mesma forma quero registrar a presença neste Parlamento do nosso colega Décio Schneider, do jornal *Cedrense*, que publica as notícias relativas às atividades do Parlamento e do governo catarinense, fazendo com que o povo do extremo oeste fique bem informado.

Quero ainda dar as boas-vindas aos deputados Valter Gallina e Sandro Silva e dizer que espero que este Parlamento, além de acolhê-los, permita que v.exas. consigam expor suas ideias e seus projetos para o povo catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são reservados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Aldo Schneider por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alecs Digital, inicialmente, em nome da bancada do PMDB, quero dar as boas-vindas ao eminente deputado Valter Gallina, que representa o PMDB da região da Grande Florianópolis e que há poucos instantes tomou posse numa cadeira de deputado. Então, em nome da nossa bancada desejo a v.exa. êxito durante o período em que ficar nesta Casa.

Quero também parabenizar o deputado Sandro Silva, que representa o PPS da região de Joinville, desejando-lhe e a sua equipe um extraordinário mandato nesses 60 dias.

Sr. presidente, o que nos traz à tribuna desta Casa, neste momento, são alguns assuntos e um deles é saudar o município de Laurentino, no alto vale do Itajaí, que hoje está completando 50 anos de emancipação político-administrativa. Então, quero saudar todos os laurentinenses e desejar sucesso àquele belo e próspero município.

Outro assunto que me traz a esta tribuna é um projeto de lei que já está tramitando nesta Casa, na comissão de Constituição e Justiça, que versa sobre as areias descartáveis de fundição.

(Passa a ler.)

"O Dia Mundial do Meio Ambiente, que foi comemorado semana passada, foi instituído pela Organização das Nações Unidas em 1972. Na data em que o planeta festeja os 40 anos do culto institucional à preservação ambiental, com práticas que visam a melhores formas de harmonizar a atividade humana com a natureza, gostaria de abordar a importância de um projeto de lei que está em tramitação nesta Casa, que dispõe sobre a utilização das areias geradas no processo industrial de fundição.

Esse tipo de areia, tecnicamente chamada de ADF, ou Areia Descartada de Fundição, é considerado um resíduo não tóxico e pode ser destinado à produção de concreto

asfáltico, artefatos de concreto, assentamento de tubulações, cobertura diária em aterro sanitário, base, sub-base e reforço de subleito para execução de estradas, rodovias e vias urbanas.

É uma utilização de forma ambientalmente mais adequada que o simples descarte desse rejeito industrial em aterros sanitários.

Há estudos envolvendo a areia descartada de fundição gerada em Santa Catarina e no sul do Brasil, que aproxima esse insumo ao já utilizado como matéria-prima na construção civil nos Estados Unidos, Japão e em alguns países da Europa, sendo que na Suécia seu uso é liberado como corretivo de solos agricultáveis.

Nosso projeto visa adequar o uso da areia de fundição aos requisitos legais considerando a existência de lacuna na legislação vigente sobre a possibilidade de utilização desses resíduos como matéria-prima em outros processos, tendo em vista requisitos legais existentes em notas técnicas de órgãos ambientais que envolvem a areia descartada de fundição, bem como a Lei Federal n. 12.305, de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos, que incentiva o reuso, a reciclagem dos resíduos sólidos e as normas do Conselho Estadual do Meio Ambiente, o Consema.

O principal intuito do projeto de lei é proporcionar uma economia de recursos naturais e financeiros para o estado de Santa Catarina, uma atitude ecologicamente correta, pois a utilização criteriosa da areia descartada de fundição pode contribuir para o aumento da vida útil dos aterros sanitários e industriais, bem como para a preservação de recursos naturais.

Setores produtivos também poderão ser beneficiados com medidas que visam à desoneração tributária e ao incentivo para produtos recicláveis e reutilizáveis, além de linhas de crédito em instituições federais.

O diagnóstico indica também que os esforços devem ser orientados na redução do uso de matéria-prima, uso de materiais recicláveis, melhoria das técnicas de produção, dos sistemas de distribuição e a redução do descarte de resíduos, reinserindo-os na cadeia produtiva como estratégias para recuperação da qualidade ambiental e proteção dos biomas.

Dos inventários de resíduos industriais existentes em dez estados da federação, o Ipea aponta uma geração de 94 milhões de toneladas por ano de resíduos não perigosos, categoria em que se inserem as ADFs.

Apesar desses dados não apontarem os valores de geração de Santa Catarina pela falta de um inventário consolidado no estado, estima-se que aqui são geradas aproximadamente 670 mil toneladas por ano de ADF, de acordo com os dados de produção no setor, representando uma parcela expressiva dos resíduos com potencial de utilização.

Além da questão ambiental, a indústria de fundição é significativamente afetada pelo frete e pelas altas taxas cobradas para utilização de aterros, conforme dados da Associação Brasileira de Fundição, que aponta um custo médio de R\$ 80,00 por tonelada transportada, aproximando um gasto em quase R\$ 3 milhões de materiais que poderiam ser reaproveitáveis e que ao serem desperdiçados ainda desgastam o meio ambiente.

Nos Estados Unidos, na Suécia, na Alemanha, na Finlândia e na Austrália a utilização já é praticada de forma legal, em alguns casos há mais de dez anos, sendo a indústria da construção civil a que mais tem demandado quantidades de materiais dessa espécie.

Portanto, nosso projeto trata de uma iniciativa que visa à viabilidade normativa para aplicação de técnicas da utilização dos resíduos de areias de fundição, estimulando os empresários e administradores da indústria da fundição para a utilização dos resíduos em outros setores ou produtos, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, com vistas a harmonizar os componentes do crescimento econômico, equidade social e qualidade ambiental.

No entanto, a escolha de resíduos a serem utilizados e sua melhor aplicação dentro de qualquer setor depende de detalhada avaliação e o conhecimento dos seus limites. E é por isso que se faz relevante a participação do poder público na dosagem dessa destinação, bem como da certificação de sua utilização, buscados também a partir dos sistemas de gestão ambiental das empresas.

A proposta, por isso, apresenta-se com técnicas já usadas em outros países e que trarão benefícios ao meio ambiente, visando à utilização das areias de fundição para destino ambientalmente mais correto daquele atualmente vigente.

Por isso, colegas parlamentares, trouxe o assunto a esta tribuna como uma iniciativa deste deputado para preservar a natureza, a partir de um destino ecologicamente correto da ADF em nosso estado.

Vamos acompanhar agora uma reportagem que foi exibida na TV Ric Record, em 2010, que fala sobre esse processo."

(Procede-se à exibição de vídeo.)

Então, srs. deputados, essa explanação desse vídeo institucional da TV Record demonstra a importância do nosso projeto. E é em função disso que pedimos a v.exas. o apoio no sentido de aprovarem essa legislação em Santa Catarina.

O Sr. Deputado Reno Caramori - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Pois não!

O Sr. Deputado Reno Caramori - Deputado, parabéns! Realmente, é importante a reutilização desse material para que possamos cada vez mais prezar pelo nosso meio ambiente. Sei disso porque lá em Caçador há uma fundição muito grande que utiliza as cinzas para fertilizar solos também em recuperação.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Muito obrigado, deputado!

Esse projeto foi elaborado por muitas mãos e, de uma forma muito especial, quero agradecer à Fatma, à Fundema, à Epagri, à Abifa (Associação Brasileira de Fundição), à UFSC, à Udesc e ao Deinfra. Foram essas as nossas fontes de pesquisa para que pudéssemos apresentar um projeto de cunho técnico e através dessa prestação fazer a tramitação nas diversas comissões e obviamente acompanhar a aprovação.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Reno Caramori - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Reno Caramori.

O SR. DEPUTADO RENO CARAMORI - Sr. presidente, com sua permissão quero anunciar a presença neste plenário do presidente do PP de Caçador, o empresário Emarville Morona, que veio acompanhado do vereador candidato a candidato a prefeito pelo Partido Progressista, Rubiano Schmitz, que veio a esta capital em busca de soluções para o nosso município. Espero que esses dois políticos renomados tenham uma boa estada e que realmente atinjam seus objetivos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Daniel Tozzo, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO DANIEL TOZZO - Sr. presidente, srs. deputados, povo de Santa Catarina aqui presente, aquele que nos assiste pela TVAL e aquele que nos escuta pela Rádio Alesc Digital.

Venho hoje a esta tribuna para agradecer as inúmeras manifestações de apoio à minha pessoa em decorrência do assalto que houve à minha casa. Foi uma situação bastante complicada, bastante difícil, mas graças a Deus toda a família está passando muito bem.

O incrível de tudo isso é que eu vim a esse plenário na quinta-feira da semana passada com um discurso preparado sobre a questão da segurança pública, porque as reivindicações das comunidades vêm acontecendo de maneira muito intensa. Como não houve sessão plenária, não consegui fazer o discurso. No sábado à tarde sai um pouquinho com minha família e na volta fui abordado por ladrões que assaltaram minha residência.

Então, como vítima, venho falar disso, sabendo que ocorre todos os dias com tantas e tantas pessoas, tantas e tantas famílias de Santa Catarina. Reconheço que para solucionar esse problema devemos mexer na legislação, devemos fazer tantas coisas, mas a polícia precisa, sim, de melhores condições de trabalho. O governo tem feito a sua parte, mas temos muito que melhorar, porque a polícia necessita de melhores condições para poder atuar.

Tive a oportunidade de acompanhar o trabalho de policiais de Chapecó e quero parabenizar a polícia, deputado Maurício Eskudlark, pelo belo trabalho que faz, tanto a Polícia Militar como a Polícia Civil de Santa Catarina. Vimos que muitas vezes os policiais têm menores condições de atuar do que os bandidos, mas arriscam suas vidas e executam um trabalho que não sei se um de nós teria coragem de fazer. E tudo pelo bem da sociedade!

Assim, a comunidade de Chapecó e do oeste de Santa Catarina está satisfeita com o trabalho das polícias, porque pelo menos os bandidos que assaltaram a minha casa já estão recolhidos ao presídio aguardando o encaminhamento da Justiça.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DANIEL TOZZO - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Tão logo eu tive conhecimento pelos colegas policiais sobre o fato comovi-me e fiquei preocupado. Conhecendo v.exa., sua convivência com a família e com seus amigos pude sentir sua preocupação. Imediatamente comuniquei ao presidente da Casa e ao governador Raimundo Colombo, até por entender a gravidade da afronta que aconteceu.

Quero parabenizar os policiais que comunicaram o fato e seu empenho em imediatamente resolver a questão. Não é porque foi com v.exa. que assim agiram, porque fazem o mesmo com qualquer vítima que procura uma delegacia de polícia.

Então, corroboro com suas palavras no sentido de parabenizar os policiais pelo empenho, pela dedicação e pela competência no combate ao crime.

O SR. DEPUTADO DANIEL TOZZO - Dando sequência, quero dizer que não é porque aconteceu esse fato que vou baixar a cabeça e vou desanimar do meu trabalho, no sentido de

defender o setor produtivo de Santa Catarina, de defender a minha região.

Estivemos visitando Xanxerê, Fainal dos Guedes, Ouro Verde, enfim, diversos municípios do oeste de Santa Catarina, e percebi a BR-282 e a BR-470 estão recebendo investimentos no que se refere à instalação de radares eletrônicos. Fiquei feliz com esse fato, porque alguns trevos e locais são realmente perigosos.

No entanto, preocupa-me uma situação. Todos esses radares vão contribuir para uma maior segurança? Não tenho dúvidas, mas ao mesmo tempo vão arrecadar mais para o nosso governo. E será que essa arrecadação vai ser investida nessas rodovias?

Preocupa-me um trecho em Xanxerê, cerca de 10km. Há muitos anos a BR-101 vem sendo duplicada e espero que a necessária duplicação desses poucos quilômetros em Xanxerê não demore tanto. Santa Catarina é um dos estados que mais arrecadam impostos, mas é um dos que menos recebem retorno. Agora a BR-282 passará a arrecadar bastante e espero que esse dinheiro volte para melhorar a própria rodovia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Estou retomando as atividades do meu mandato, aliás a minha licença terminou na semana passada, mas em função da falta de atividades, hoje estou retornando ao plenário depois de 60 dias de licença, de uma caminhada, deputado Plínio de Castro, por 212 municípios, cumprindo a minha missão partidária, também na condição de presidente estadual do nosso partido.

Essa caminhada vitoriosa, deputado Romildo Titon, contou com o apoio de v.exa., que foi, inclusive, um dos primeiros a manifestar apoio ao nosso projeto de buscar a presidência da Unale. Vou falar amanhã sobre isso porque o mandato é muito curto e temos algumas propostas na defesa do fortalecimento do Parlamento.

Amanhã vou abordar esse assunto, porque hoje preciso abordar um problema, deputado Plínio de Castro, que está deixando a cidade de Tubarão em pânico. Tivemos, deputado Ismael dos Santos, de sábado para cá, três óbitos causados pela gripe A, mais dez casos confirmados e 25 suspeitos.

Esse tem sido um assunto recorrente na imprensa de Tubarão, ou seja, a preocupação da população com a gripe A, sem que haja uma ação da prefeitura municipal. Não dá para calar diante disso!

Deputada Luciane Carminatti, o caso é muito grave e apesar do pânico que a população está vivendo, o prefeito infelizmente não se encontra na cidade porque está tratando do seu problema de saúde. Não sei por que razão não passou o cargo para o vice, ou seja, a cidade está à deriva, sem timoneiro, vivendo um verdadeiro colapso, deputado Daniel Tozzo!

Não há mais vacinas nos postos de saúde, não há mais vacinas nem para venda, e a população entrou em desespero. O pior é que as pessoas que faleceram não eram integrantes de grupos de risco, eram pessoas, deputado Plínio de Castro, de 30, 40 anos.

Então, imagine o que isso está gerando na população, porque há um verdadeiro pânico na cidade. A vacina leva para imunizar pelo menos 15 dias. Então, há um

verdadeiro pânico na cidade e, o que é pior, não existe uma ação da prefeitura municipal porque, como disse, a nau da administração municipal está à deriva.

Eu recebi há pouco a ligação do vereador Deca May, que nos informou sobre a situação de pânico de muitas pessoas. Coloquei o vereador em contato com o governador Raimundo Colombo, pedindo que determinasse ao secretário da Saúde, Dalmo Claro de Oliveira, que agisse rapidamente para tranquilizar a nossa população, porque realmente o pânico é generalizado.

Se com esse pouco de frio que tivemos já tivemos esses números, naturalmente que temos que ter uma ação muito rápida, porque se o frio se intensificar, certamente vamos ter números ainda mais alarmantes.

Por isso, quero aqui manifestar essa preocupação, dizendo que estamos solicitando essa ação da secretaria de estado da Saúde, porque infelizmente no município a gente não sabe nem a quem recorrer, não sabe a que autoridade se reportar. Parece-me que o próprio secretário municipal de Saúde, de quem não sei nem o nome, é um preposto de uma ex-secretária candidata, que está usando muito mais a estrutura para cuidar da sua campanha de vereadora, enquanto a cidade padece diante desse quadro alarmante em que se encontra.

Preciso fazer aqui, deputado Antônio Aguiar, esse alerta, porque quando uma cidade está sem comando, precisamos tomar providências para por fim a um quadro caótico, alarmante, preocupante, de um surto da gripe A, que já gerou três mortes em quatro dias.

Eu solicito, inclusive, o apoio de v.exa., que é médico, que tem uma relação muito estreita com o secretário Dalmo. Já conversamos com o governador, mas é preciso que a secretaria de estado da Saúde, dada a inércia, dada a falta de ação da prefeitura municipal de Tubarão, intervenha neste caso rapidamente, porque a nossa população está extremamente preocupada com esses números que são preocupantes, que são alarmantes.

Repito, com o tempo de 15 dias que leva para garantir a imunização, é preciso que haja uma ação rápida, talvez como aquela desencadeada em Blumenau pelo prefeito João Paulo Kleinübing, no sentido de imunizar toda população, porque o que nos preocupa mais é que as pessoas que foram a óbito nem integravam os grupos de risco, portanto não estavam nem habilitadas para receber a vacina.

Eu próprio hoje fiz um contato com várias pessoas no sentido de recomendar, inclusive, que procurem outras cidades para se imunizarem rapidamente. Mas entendo que essa ação tem que se feita já para tranquilizar a população de Tubarão.

Fazemos esse alerta a fim de deixar pública a nossa preocupação em função do caos em que se encontra, do verdadeiro abandono em que se encontra a administração municipal de Tubarão, pois numa hora dessas não sabemos a quem recorrer porque falta comando na cidade. Nós precisamos de uma ação governamental imediata...

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. e sras. deputadas, todos que nos acompanham, quero registrar a visita especial de dois vereadores do município de São Bernardino, nosso companheiro de partido Ederson Bevilacqua e do PPS, Albanir Martins,

que com muita luta, muita dedicação e muito trabalho estão construindo aquele município.

Sr. presidente, na próxima sexta-feira vamos ter em Chapecó a visita do ministro dos Transportes, que irá discutir vários temas, entre eles a questão das ferrovias, numa articulação com o grande deputado federal Pedro Uczai, coordenador da Frente Parlamentar das Ferrovias.

Nós estamos apoiando e dando força para a realização desse evento, a fim de que ocorra um bom debate, pois a nossa expectativa é que o ministro fale tanto da licitação do projeto técnico da ferrovia que liga Itajaí a Chapecó, quanto do trabalho da nossa ferrovia norte-sul.

O Brasil, nesses últimos anos, vem tendo um crescimento extremamente positivo, um crescimento sustentável entre 4% e 6% ao ano, o que proporciona melhoria nas condições de vida do nosso povo: melhoria de salário, melhoria do poder aquisitivo.

A demanda na área de infraestrutura precisa necessariamente acompanhar todo esse crescimento. São necessários novos aeroportos, novas estradas, etc. O Brasil tem feito grandes investimentos através do PAC 1, do PAC 2, além da retomada do investimento nas ferrovias. Exemplo disso foi o anúncio, pela presidenta Dilma Rousseff, da duplicação da BR-470, do término da BR-101, da recuperação da BR-282, que é a principal rodovia que corta o nosso estado de leste a oeste.

Então, todos têm clareza desse grande desafio e dos grandes investimentos que precisamos fazer em nosso estado para dar conta desse crescimento com sustentabilidade.

Frequentemente temos a presença de ministros em nosso estado lançando projetos, liberando recursos para diversas áreas. O ministro das Cidades liberou recursos para saneamento; o da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e o do Desenvolvimento Agrário, na questão da intervenção da estiagem.

Deputado Daniel Tozzo, andei neste final de semana em grande parte da região oeste do estado e mais uma vez quero fazer uma cobrança pública da necessidade de uma estratégia de investimento maior por parte do nosso estado nas rodovias estaduais.

A situação de várias rodovias continua extremamente precária, e pelas informações que temos, mesmo com os recursos do BNDES, mesmo com os recursos do Bird, deputada Luciane Carminatti, não temos perspectiva de investimento a curto prazo nessas rodovias. Se hoje olharmos as rodovias federais, constatamos que todas elas estão em ótimo estado de conservação, principalmente o trecho de Florianópolis a Chapecó. Indo além de Chapecó, a rodovia está em processo de reforma, pois a região de Pinhalzinho está bastante danificada, mas logo, logo deverá estar toda recuperada.

Sr. presidente, nunca em nossa história a BR-282 esteve tão boa de ponta a ponta. Além disso, o trevo de acesso a Chapecó, com rampas para entrar na cidade vai, com certeza, dar mais tranquilidade aos motoristas e à população da região.

Na verdade, temos novos desafios e um deles é a duplicação da BR-282 de Chapecó até Irani. Essa obra terá que ser feita com urgência para dar mais tranquilidade aos motoristas, além dos trevos já anunciados pela presidenta Dilma Rousseff, na BR-163 e na BR-158 e de outros investimentos que teremos agora no próximo período.

Então, mesmo que as obras estejam atrasadas, está havendo grandes investimentos. O problema é que para as rodovias estaduais não existe perspectiva de investimentos, a exemplo do que acontece na rodovia que liga Chapecó, São Lourenço do

Oeste e Campo Erê, que é uma das mais críticas. Existem outras rodovias também em precárias condições e não há nenhuma perspectiva em curto e médio prazo de investimentos.

O compromisso da bancada estadual e federal é cobrar também do governo federal investimentos para este estado, a fim de melhorar a condição de vida do povo catarinense. Esse é um grande compromisso e estamos trabalhando com a ministra Ideli Salvatti, com a nossa bancada federal, cujo coordenador é o deputado federal Décio Lima.

Nós, do Partido dos Trabalhadores, estamos empenhados em contribuir ao máximo com a melhoria da condição de vida do catarinense, que merece ser bem tratado, como sempre o foi pelo presidente Lula e agora pela presidenta Dilma Rousseff.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Gostaria de cumprimentar o deputado Valter Gallina, pois é uma honra tê-lo conosco nesta Casa.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

(Pausa)

Na ausência de deputados do PPS que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PDT.

(Pausa)

Na ausência de deputados do PDT que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha, quero rapidamente fazer referência ao pronunciamento que o deputado Aldo Schneider, líder do PMDB, fez há poucos instantes desta tribuna, sobre o Projeto de Lei n. 0062/2012, de sua autoria, que acabou de ser protocolado nesta Casa, sr. presidente, criando condições legais para o reaproveitamento das areias descartadas pelas fundições de Santa Catarina.

Faço menção a esse projeto porque sou de Joinville, onde está localizada a maior fundição da América Latina e do mundo: a Fundição Tupi, que até pouco tempo vinha reutilizando as areias descartadas no processo de fundição para fazer *pavers*, ou seja, lajotas que eram vendidas por preços acessíveis e muitas vezes doadas para instituições da cidade e da região. Surgiu uma denúncia contra isso e após ler o conteúdo da justificativa do projeto chego à conclusão de que era infundada porque as justificativas dão conta de que essa areia não é tóxica e pode ser usada para fabricação de lajotas de concreto, como acontece em diversos lugares do mundo sem problema algum.

Então, deputado Aldo Schneider, no meu entendimento, além dos órgãos ambientais autorizarem a utilização dessa areia, nós deveríamos criar um processo de desoneração tributária, dando incentivos fiscais e criando linhas de financiamento acessíveis para os produtos reciclados.

Vai acontecer agora a Rio+20. Todos os produtos que consumirmos terão que ser sustentáveis, pois estamos na era da sustentabilidade. E a utilização dessa areia faz parte desse contexto, dessa necessidade.

Portanto, eu não poderia deixar de fazer o meu pronunciamento enaltecendo esse projeto e defendendo essa proposta que com certeza deverá ser analisada pelas comissões técnicas e haverá de ser aprovada por esta Casa.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Com relação à questão ambiental, o nosso projeto prevê o reaproveitamento e o reuso dessas areias, principalmente no que tange ao custo do depósito da tonelada nos aterros sanitários.

Gostaria de solicitar aos colegas deputados que nos ajudem a incrementar o projeto. Entendo que é um projeto importante para Santa Catarina e será vanguarda em nível de Brasil, no sentido de ter uma lei estadual que regule o reuso das areias das fundições.

Entendo que o fato de o nosso projeto estar amparado por estudos técnicos da Universidade Federal de Santa Catarina, da Fatma e também da Fundema, de Joinville, dá-lhe um embasamento técnico para que não incorramos numa proposta tecnicamente inviável. E lógico que teremos que trabalhar politicamente pela sua aprovação e a partir da sua sanção fazer a regulamentação.

Agradeço a manifestação de v.exa. e deixo o projeto aberto para que os colegas possam incrementá-lo.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Agradeço ao deputado.

Sr. presidente, quero ainda fazer menção à Expogestão, que inicia amanhã à noite, com a presença do governador Raimundo Colombo. Esse evento é organizado pelo Sisjovem, de Joinville, e constitui-se como um dos maiores eventos de gestão de recursos humanos do Brasil.

Portanto, vai ser um sucesso e nós queremos fazer o convite a todos os deputados para que lá compareçam.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, pelo restante do PSD.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pelos meios de comunicação, quero registrar que teremos, na próxima quinta-feira, mais uma audiência pública da comissão de Segurança Pública da Assembleia Legislativa.

Tivemos já algumas audiências: no município de Lages, há poucos dias, no oeste catarinense e teremos agora no município de Itapema para tratar dos assuntos de segurança não somente daquela cidade, mas da Costa Esmeralda e da foz do rio Itajaí.

Vamos discutir os índices de criminalidade com os responsáveis pela segurança - delegados, comandantes da Polícia Militar -, apresentando um diagnóstico da região, como já foi feito em outras regiões, com relação ao efetivo, ao número de viaturas, aos equipamentos, aos armamentos, à estrutura dos prédios das instituições de segurança. Também discutiremos os números de incidência criminal, a fim de que, esse apanhado que a comissão faz, seja levado ao secretário de Segurança, ao comandante-geral da Polícia Militar, ao delegado-geral da Polícia Civil e ao governador do estado, para que mais medidas, além daquelas que o governador já vem implementando, sejam aplicadas.

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pois não!

O Sr. Deputado Gilmar Knaesel - Quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento sobre as nossas audiências públicas na área de segurança, que foram idealizadas por v.exa. e acompanhadas por todos os membros da comissão.

Realmente pretendemos que o nosso relatório de todas as audiências públicas seja utilizado para fazermos um grande trabalho no sentido de oferecermos ao governo do estado e às entidades interessadas um diagnóstico conciso da realidade da segurança pública em Santa Catarina.

Assim, quero mais uma vez cumprimentá-lo pela ideia feliz da realização das audiências públicas, pois é dessa forma que a Assembleia tem que agir. Já que não podemos ir a todos os 293 municípios do estado, da forma como estamos fazendo poderemos oferecer às autoridades competentes boas soluções para a área da segurança pública.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Muito obrigado, deputado Gilmar Knaesel.

Agradeço a v. exa. e incorporo suas palavras ao meu pronunciamento.

Sabemos das dificuldades da região de Itapema, muito embora já tenha havido um avanço muito grande com a construção de um presídio, fruto de uma transação penal, ou seja, de uma participação efetiva do Poder Judiciário e do Ministério Público.

Mas a verdade é que a região ainda é bastante carente, principalmente na questão da recuperação de adolescentes infratores, já que não existe um local adequado. Há o antigo CIP, hoje Casep - Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório -, no município de Itajaí, que está em precárias condições, com muitos registros de fugas e que é quase uma casa de passagem, pois os menores de maior periculosidade que são lá internados acabam fugindo, não atingindo o objetivo de recuperação, de socialização.

A região teve melhorias com a inauguração do presídio de Itajaí e com a desativação do presídio de Balneário Camboriú, luta nossa de muitos anos, de 2003 a 2009, pois um estabelecimento penal projetado para abrigar 80 presos, estava com mais de 400.

Então, com a inauguração do presídio da Canhanduba a segurança teve uma melhora, porque não adianta a polícia agir, ser competente, conseguir a prisão, identificar os autores dos crimes, se não houver um local para mantê-los longe da sociedade. O investimento no sistema prisional não aparece, não é popular, muitas comunidades nem querem abrigar uma unidade prisional, mas elas são importantíssimas para a segurança dos municípios, pois aqueles que têm uma unidade desse tipo com certeza têm uma segurança melhor.

Por essa razão conclamamos todos a participarem das audiências públicas em Palhoça e também na Câmara de Vereadores de Itapema.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Darci de Matos - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, com a permissão da Mesa, quero convidar os deputados que estão nos gabinetes para virem ao plenário, porque vamos votar o projeto do Tribunal de Justiça que cria supervisões nos cartórios de Santa Catarina, o que é fundamental para que eles possam continuar atendendo bem a nossa comunidade.

O Sr. Deputado Dado Cherem - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dado Cherem.

O SR. DEPUTADO DADO CHEREM - Sr. presidente, como não tive ainda a oportunidade

de dar as boas-vindas ao deputado Valter Gallina, quero aproveitar este momento para, em nome do PSDB, dizer da nossa alegria de contar com ele nesta Casa, que ajudou a construir todo esse processo político-eleitoral e administrativo.

A bancada do PSDB sabe da importância de todo o seu trabalho e quer aqui o saudar, assim como o deputado Sandro Silva, que também tomou posse na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Srs. deputados, vamos inverter a sequência da pauta da Ordem do Dia, analisando inicialmente os requerimentos e indicações, enquanto os deputados se deslocam para o plenário, a fim de que possamos deliberar com maioria qualificada o projeto de lei complementar de autoria do Tribunal de Justiça.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno, as Indicações n.s.: 0269/2012, de autoria do deputado Sargento Amauri Soares; 0270/2012, de autoria do deputado Kennedy Nunes; 0271/2012 e 0272/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0273/2012, de autoria do deputado Jailson Lima; 0274/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0275/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0276/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0277/2012, de autoria da comissão de Agricultura e Política Rural; 0278/2012, 0279/2012, 0280/2012, 0281/2012, 0282/2012 e 0283/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Esta Presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s.: 0562/2012 e 0572/2012, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0563/2012 e 0574/2012, de autoria do deputado Edison Andriano; 0564/2012 e 0565/2012, de autoria do deputado Jean Kuhlmann; 0566/2012, de autoria do deputado Darci de Matos; 0567/2012, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0568/2012 e 0570/2012, de autoria do deputado Reno Caramori; 0569/2012, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0571/2012, de autoria do deputado Jailson Lima; 0573/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar; e 0575/2012, de autoria do deputado Dirceu Dresch.

Requerimento n. 0554/2012, de autoria do deputado Mauro de Nadal, que solicita o envio de mensagem ao superintendente regional do DNIT pedindo sua manifestação quanto à instalação de videomonitoramento e de radares ao longo das rodovias federais.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por unanimidade.

Requerimentos n.s. 0560/2012 e 0561/2012, de autoria do deputado Ismael dos Santos, solicitando envio de mensagem aos superintendentes do Inmetro e da Polícia Rodoviária Federal em Santa Catarina, pedindo informações sobre o número de etilômetros aferidos e autorizados e sobre o número de equipamentos para a fiscalização de alcoolemia em condutores no estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0029/2012, de autoria do deputado Aldo Schneider, que solicita o envio de mensagem ao coordenador e aos parlamentares do Fórum Parlamentar Catarinense no Congresso Nacional, pedindo apoio à tramitação do PL n. 5.476, de 2001.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação n. 0045/2012, de autoria da deputada Ângela Albino, a ser enviado ao presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, solicitando informações referentes ao projeto que justificou a abertura do Concurso n. 192/2011 para analista administrativo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0046/2012, de autoria do deputado Ismael dos Santos, a ser enviado ao secretário da Segurança Pública, solicitando informações referentes ao número de equipamentos para fiscalização de alcoolemia em condutores.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

As mensagens de veto não serão submetidas ao Plenário no dia de hoje.

Srs. deputados, pergunto a v. exas. se concordam que seja colocado em votação o projeto de lei complementar de autoria do Tribunal de Justiça.

(Os deputados aquiescem.)

Discussão e votação do Projeto de Lei Complementar n. 0011/2012, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, que cria cargos no quadro de pessoal do Poder Judiciário.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

A votação será nominal e no painel eletrônico.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal pelo processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER

DEPUTADA ANA PAULA LIMA

DEPUTADA ANGELA ALBINO

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR

DEPUTADO CARLOS CHIODINI

DEPUTADO CIRO ROZA

sim

DEPUTADO DADO CHEREM

sim

DEPUTADO DANIEL TOZZO

sim

DEPUTADO DARCI DE MATOS

sim

DEPUTADO DIETER JANSSEN

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT

DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI

DEPUTADO DIRCEU DRESCH

abstenção

DEPUTADO EDISON ANDRINO

sim

DEPUTADO ELIZEU MATTOS

sim

DEPUTADO GELSON MERISIO sim Balneário Camboriú, com 1.272; Lages, com 1.295; Chapecó, com 1.306; Brusque, com 1.319; Joinville, com 2.252; Jaraguá do Sul, com 2.590; e Blumenau, com 3.133 infrações por alcoolemia no perímetro urbano.

DEPUTADO GILMAR KNAESEL sim 1.295; Chapecó, com 1.306; Brusque, com 1.319; Joinville, com 2.252; Jaraguá do Sul, com 2.590; e Blumenau, com 3.133 infrações por alcoolemia no perímetro urbano.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS sim 1.319; Joinville, com 2.252; Jaraguá do Sul, com 2.590; e Blumenau, com 3.133 infrações por alcoolemia no perímetro urbano.

DEPUTADO JAILSON LIMA sim 2.590; e Blumenau, com 3.133 infrações por alcoolemia no perímetro urbano.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN sim 3.133 infrações por alcoolemia no perímetro urbano.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER sim É bom ainda acrescentar a esses dados que nas rodovias estaduais foram registradas 4.276 infrações decorrentes do consumo de álcool e entorpecentes. E apesar do registro de mais de 49 mil infrações, foram instaurados para a suspensão da CNH apenas 13.168 casos. Inclusive, estamos fazendo um requerimento para obtermos esclarecimentos por parte da secretaria da Segurança Pública a razão dessa discrepância. Se tivemos 49 mil infrações, por que houve apenas a suspensão de 13.168 CNHs?

DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI sim Tivemos em 2007, 1.584 casos; em 2008 tivemos 2.298; em 2009, 2.476; em 2010, 3.034; em 2011 3.155, e em 2012, até o presente momento, 621 casos de infração com suspensão da Carteira Nacional de Habilitação em diferentes municípios do estado de Santa Catarina.

DEPUTADO KENNEDY NUNES sim Estamos aguardando o retorno de nossas solicitações via requerimento desta Casa para a Polícia Federal e para a Polícia Estadual, para que possamos fechar essa triste e lamentável matemática. Nós estamos monitorando para que de fato possamos alertar a sociedade catarinense do perigo de se associar o volante à bebida alcoólica.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI sim Muito obrigado, sr. presidente, pela oportunidade!

DEPUTADO MANOEL MOTA sim (SEM REVISÃO DO ORADOR)

DEPUTADO MARCOS VIEIRA sim O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra o deputado Gilmar Knaesel, por até dez minutos.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK sim O SR. DEPUTADO GILMAR KNAESEL - Sr. presidente, catarinenses que nos acompanham nesta sessão, quero dar boas-vindas aos dois novos deputados, Sandro Silva e Valter Gallina, com que tive a oportunidade de conviver no governo de Luiz Henrique da Silveira, como secretário regional da Grande Florianópolis. Trata-se de uma pessoa efetivamente comprometida com o serviço público, com a melhoria da qualidade do serviço público, que tem a oportunidade de estar conosco. Sei que era seu sonho, seu desejo, pois foi candidato para buscar seu espaço.

DEPUTADO MAURO DE NADAL sim Mas quero aqui, sr. presidente, fazer um relato do Encontro Nacional da Unale e dirigir os meus cumprimentos ao deputado Joares Ponticelli, que foi eleito presidente da entidade, um espaço que ele vem buscando ao longo dos tempos, participando efetivamente de diretorias anteriores, pois chegar à presidência da Unale não é tão simples assim.

DEPUTADO MOACIR SOPELSA sim Hoje a Unale é uma estrutura fortalecida, além de dar apoio estrutural aos deputados em suas viagens a Brasília e nas demais atividades parlamentares, no campo político tem defendido os interesses dos deputados estaduais e levado suas sugestões e cobranças ao Congresso Nacional e ao governo federal.

DEPUTADO NEODI SARETTA sim Por isso, é muito importante a posição conquistada pelo deputado Joares Ponticelli, como catarinense, como nosso colega, e devemos enaltecê-lo. S.Exa. realizou, no ano passado, o XV Encontro Nacional da Unale nesta capital, que foi um dos maiores já acontecidos, tanto que agora em Natal foi muito lembrada a nossa hospitalidade, a estrutura oferecida e a forma como foi conduzido o evento.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES sim Li, através da imprensa, e lamento muito, comentários de alguns que talvez não conheçam a estrutura da Unale, dizendo que é apenas mais um cargo ocupado por alguém que nada faz e que nada de interessante trás para Santa Catarina. Muito pelo contrário, acho que

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA sim

DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO sim

DEPUTADO RENO CARAMORI sim

DEPUTADO ROMILDO TITON sim

DEPUTADO SANDRO SILVA sim

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES sim

DEPUTADO SERAFIM VENZON sim

DEPUTADO VALMIR COMIN sim

DEPUTADO VALTER GALLINA sim

DEPUTADO VOLNEI MORAOSTONI sim

Votaram 22 srs. deputados.

Foram 21 votos "sim" e uma abstenção.

Está aprovado em primeiro turno.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o deputado Ismael dos Santos, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, quero dar as boas-vindas ao deputado Valter Gallina e ao deputado Sandro Silva, de Joinville, que hoje marca a história deste Parlamento, pois é o primeiro deputado negro a assumir nesta Casa.

Sr. presidente, srs. deputados, nós, da Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas, temos buscado monitorar além das questões das drogas ilícitas, a questão do consumo das chamadas drogas lícitas, em especial o álcool.

Já fizemos alguns requerimentos e hoje estamos encaminhando outros requerimentos à Polícia Federal e à Polícia Estadual. Já recebemos algumas informações e quero compartilhar com os srs. deputados, com os telespectadores da TV Legislativa, com os ouvintes da Rádio Alesc Digital e com a imprensa que aqui se faz presente, um levantamento preliminar que a Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas garimpou com o intuito de apontar a incidência da associação do consumo de bebidas alcoólicas e condução de veículos nos últimos cinco anos nas estradas de Santa Catarina.

Todos nós sabemos a tragédia que tem sido em nosso país a questão da indevida combinação álcool e volante. São 40 mil mortes nas estradas brasileiras todos os anos, são 160 brasileiros que morrem nas estradas do nosso país todos os dias. E segundo os dados estatísticos que temos recebido, pelo menos 50% disso é consequência do uso e abuso de bebida alcoólica.

Esse levantamento preliminar que a Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às Drogas desta Casa compilou aponta alguns números que eu gostaria de compartilhar com todos.

De 2007 a 2011, portanto, em cinco anos, foram realizados 44.734 autos de infração por alcoolemia em perímetro urbano. Somente em perímetro urbano foram 44.734 infrações! E eu declino aqui alguns municípios com maior número de ocorrências em ordem ascendente: Palhoça, com 1.172 casos; São José, com 1.256; Florianópolis, com 1.269;

a Unale é importantíssima, assim como é importante termos um catarinense à frente dessa entidade. Eu, que participo da Unale desde sua fundação, como presidente pude associar esta Casa e hoje vejo que nossa iniciativa foi acertada.

Quero também falar sobre o momento político que estamos vivendo, ou seja, vésperas das nossas últimas definições para as composições municipais, pois até o dia 31 deste mês todos os partidos deverão realizar as suas convenções e homologar os seus candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereador.

Temos o entendimento de que as eleições municipais são, na verdade, as eleições mais importantes, porque são feitas nas cidades, portanto, mais próximas da população. Sendo assim, envolvem paixão, estruturas partidárias e projetos para as cidades.

Diante disso, o PSDB está-se preparando dentro das suas limitações e das suas possibilidades, sempre com os pés no chão, procurando dar ao município a liberdade de compor sua coligação e fazer seus encaminhamentos. Isso já faz parte de uma estratégia do nosso partido, ou seja, dar autonomia aos diretórios municipais num momento tão importante, que é o de definir o melhor projeto para a sua cidade.

Claro que estamos acompanhando os acontecimentos, como deputado estadual, como representante executiva estadual, no sentido de que o nosso partido faça uma ótima campanha, elegendo o maior número possível de vereadores, de vice-prefeitos e de prefeitos.

Quero aqui salientar uma questão muito importante com relação às cidades cujos candidatos têm espaço na TV, na mídia, que são as grandes cidades do nosso estado, para as quais temos sempre aquele olhar mais atento: Joinville, onde o nosso candidato a prefeito será Marco Tebaldi; Blumenau, onde deveremos participar da maioria com o vereador Napoleão Bernardes, um jovem com estilo, com conhecimento; Criciúma, onde apostamos na reeleição do prefeito Clésio Salvaro; Tubarão, cidade importante do sul do estado, onde vamos tentar o quarto mandato consecutivo do PSDB; Xanxerê e tantas outras, nas quais teremos candidatos pelo PSDB.

Mas quero referir-me especialmente a Blumenau, e está aqui conosco o deputado Ismael dos Santos, que conhece a realidade daquela cidade e que, com certeza, apoiará a candidatura de Jean Kuhlmann, um deputado atuante e por quem tenho muito respeito. Infelizmente não foi possível caminharmos juntos em Blumenau, mas isso faz parte da democracia, da política. Haveremos de disputar a eleição dentro do espaço democrático, de uma forma saudável.

Tenho certeza de que haverá um grande embate em Blumenau e ganhará com isso aquela cidade e a região, já que temos três candidaturas registradas, ou seja, além da nossa e da do PSD, teremos a deputada Ana Paula Lima, pelo PT.

Tenho certeza de que todos nós, deputados, estaremos nesses próximos 15 dias atentos nas nossas cidades, nas nossas regiões, participando decisivamente das composições partidárias.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Luciane Carminatti, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Gostaria de cumprimentar o sr. presidente, os srs. deputados, o público que nos acompanha através da TVAL e da Rádio Alesc Digital.

Quero dar, em primeiro lugar, as boas-vindas aos deputados Sandro Silva e Valter Gallina, que assumem uma cadeira neste Parlamento no dia de hoje. Até descobri que o deputado Valter Gallina é natural de Chapecó. Veja, Ismael dos Santos, a bancada do oeste está aumentando e de fato estamos precisando de ajuda porque quando vimos o anúncio das obras no estado, refiro-me especificamente às rodovias, percebemos que o oeste, o meio-oeste, enfim, o grande oeste catarinense, ainda não recebe o devido tratamento, o que mostra que precisamos ter uma representatividade maior para garantir que todas as regiões sejam beneficiadas de acordo com suas necessidades.

Gostaria de registrar que hoje é o Dia Mundial de Combate ao Trabalho Infantil. Muitos estão preocupados com o Dia dos Namorados, uma data muito festiva para quem tem o seu companheiro ou companheira por perto, mas, infelizmente, temos um dia dedicado ao combate do trabalho infantil.

No mundo inteiro há 215 milhões de crianças que trabalham, sendo que 5 milhões estão presas em trabalhos forçados, exploração comercial e outros fatores ainda mais graves. Mas neste momento quero destacar que esse não é um problema apenas do mundo, mas do Brasil e de Santa Catarina.

Para termos uma ideia, em nosso estado há 102 mil crianças recebendo recursos do governo federal através do Peti - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Santa Catarina tem uma situação tão grave que o próprio secretário da Assistência Social afirmou, no dia de hoje, que o nosso é um dos cinco estados com pior situação no que se refere ao trabalho infantil.

Quando um gestor admite isso, por um lado elogiamos a postura de reconhecer, deputado Ismael dos Santos, que existem problemas e que precisamos assumi-los do ponto de vista do papel do governo no enfrentamento desse problema. Mas, por outro lado, revela a fragilidade das políticas públicas em nosso estado, estado tido como modelo em tantas áreas, mas que tem ainda 102 mil crianças em trabalho infantil.

Para se ter uma ideia, dos 293 municípios, 202 recebem recursos do Peti. A única exceção que temos em relação ao trabalho infantil é que os jovens dos 16 aos 18 anos podem trabalhar dentro de um modelo instituído como Programa Jovem Aprendiz, em que esses adolescentes e jovens, num período,

precisam frequentar a escola e no outro período o trabalho passa a ser um laboratório de exercício da sua atividade profissional, mas esse trabalho não pode ser noturno, perigoso e insalubre, não pode acontecer em locais que prejudiquem a formação desse educando, desse jovem que está em desenvolvimento e também não pode impedir que ele frequente a escola.

Então, quero fazer o registro, como professora e como mãe, que temos que perseguir essa situação no sentido de combatê-la. Eu acho que o governo do estado precisa fazer uma ação mais intersetorial.

Eu acompanhei, nos últimos dias, o desabafo do governador quando chamou o seu secretariado e mostrou insatisfação com os resultados do seu governo. Eu quero dizer que o resultado mais eficaz talvez seja otimizar os programas existentes nas diversas secretarias e integrar essas políticas para que de fato tenhamos os recursos públicos melhor aproveitados e um resultado final mais adequado à população.

É o caso dessas 102 mil famílias. Provavelmente elas são as mesmas que, além de receberem o Peti, têm fragilidade no acesso à moradia, a cursos profissionalizantes aos seus pais e estão em locais de maior situação de risco.

Então, a pergunta que fazemos é a seguinte: como este governo olha para essas 102 mil crianças que estão em situação de trabalho infantil, do ponto de vista das políticas que são oferecidas às famílias catarinenses?

Portanto, quero deixar aqui o registro da necessidade de o estado fortalecer o Suas, uma vez que o Peti - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - faz parte da política do Suas, que é o Sistema Único de Assistência Social. Inclusive, há vários questionamentos dos profissionais da assistência social em nosso estado em relação aos investimentos que vão para a ponta, para a política da assistência nos municípios. Os municípios recebem muito pouco dinheiro para fazer política para a criança e para o adolescente, para não dizer que não recebem nada. Então, o estado precisa rever a sua posição do ponto de vista de gerar uma política pública, como é a política da assistência social.

Quero deixar registrada a minha manifestação no dia de hoje e dizer que observei atentamente que vários parlamentares, através de seus pronunciamentos

nesta tarde, referiram-se à situação caótica das rodovias catarinenses. E quero chamar a atenção para o fato de que desde o ano passado temos recebido informações de que o governo vai lançar programas de revitalização e de recuperação, mas esses programas ainda não chegaram aos municípios e às variadas regiões.

No oeste de Santa Catarina, especialmente a SC-283, que compreende o trecho de Chapecó a Palmitos, está praticamente intransitável. Já fiz um alerta ao secretário de Infraestrutura, e os prefeitos daquela região, com o nosso apoio, vão trancar aquela rodovia nos próximos dias. Isso porque não dá mais para esperar, já faz mais de um ano e não houve nem uma operação tapa buracos. Se bem que nem isso será mais suficiente, porque quando chove, a rodovia fica intransitável já que todos os buracos reaparecem.

Então, faço esse alerta ao governo do estado, através da secretária de Infraestrutura, de que mobilizações vão começar a ocorrer no oeste de Santa Catarina em função das promessas feitas às entidades empresariais, aos prefeitos, às associações de municípios. E nós vamos apoiar, porque até o momento temos praticamente dois anos de governo e não vimos ainda as obras terem início.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, queremos agradecer a participação dos funcionários da Casa nos trabalhos desta tarde, especialmente aqueles que trabalharam em plenário, ao pessoal da Polícia Militar, que nos dá segurança, às assessoras da Mesa Diretora, que de forma muito qualificada nos atendem. Agradecemos também ao pessoal da TVAL e a toda a imprensa, e especialmente a você, telespectador, que acompanhou os trabalhos do plenário no dia de hoje.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, conforme calendário especial.

Está encerrada a sessão.

# ATA DA 064ª SESSÃO ORDINÁRIA

## DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

### REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2012

#### PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Ciro Roza - Daniel Tozzo - Darci de Matos - Dieter Janssen - Dirceu Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Plínio de Castro - Romildo Titon - Sandro da Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Valmir Comin - Valter Gallina - Volnei Morastoni.

#### SUMÁRIO

##### Partidos Políticos

**DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO** - Convida para a audiência pública da comissão de Agricultura, que será realizada no próximo sábado, dia 16 de junho, às 9h30, no município de São José dos Cedros.

**DEPUTADA ANA PAULA LIMA** - Presta homenagem aos Correios e à Caixa Econômica Federal.

##### Explicação Pessoal

**DEPUTADO DIRCEU DRESCH** - Reporta-se às eleições municipais de 2012.

**DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI** - Aborda a negociação feita em relação às dívidas de impostos do sistema Acafe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos ao horário destinado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, o primeiro horário pertence ao PP.

Com a palavra o deputado Plínio de Castro, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Sr. presidente, srs. parlamentares, da mesma forma quero saudar as pessoas que acompanham esta sessão através da TVAL e da Rádio Digital.

Estamos usando este espaço do Partido Progressista, na manhã de hoje, para fazer um convite a todas as autoridades catarinenses, a todos os parlamentares, a todas as pessoas e entidades de classes envolvidas com a agricultura do nosso estado, para participarem da audiência pública da comissão de Agricultura, que será realizada no próximo sábado, dia 16 de junho, às 9h30, no município de São José dos Cedros, nas dependências do CTG Mate Amargo, onde haveremos de reunir todos os agricultores catarinenses, todas as autoridades envolvidas.

Estarão solidariamente nessa audiência, a nosso pedido, por nossa solicitação, todas as representações de classe, como a Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Santa Catarina - Fetaesc -, a Faesc - Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina - e a Fetraf-Sul - Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do nosso estado.

Todos estão envolvidos nessa audiência pública que é, sem sombra de dúvida, a grande possibilidade que temos de, talvez, a nossa representação política do estado e as representações de classe começarem a dar um encaminhamento mais definitivo, um alento e uma esperança para a pequena agricultura de Santa Catarina, sobretudo do oeste catarinense que sofreu com a estiagem no último verão.

Temos a intenção e a pretensão de que, nessa audiência pública, possamos discutir e levantar o verdadeiro dano causado pela estiagem, sob o aspecto econômico. Mas temos a convicção e a esperança de que, a partir de um envolvimento sério, a partir de uma manifestação correta e com um objetivo possamos produzir um documento que permita que todas as autoridades envolvidas com a agricultura de nosso estado unifiquem o seu pedido e a sua reivindicação acima de tudo e que se possa bater às portas do governo federal e pedir socorro, pedir que ele possa ajudar os pequenos agricultores do oeste catarinense a renegociar suas dívidas que estão vencendo neste ano.

É do conhecimento público que a agricultura precisa de financiamento na área de custeio pecuário, custeio de lavoura, eis que foram feitos muitos investimentos no último período. E esses valores, esses débitos dos pequenos agricultores catarinenses, estão vencendo neste período deste ano.

A expectativa era que o resultado da produção da safra deste ano fosse capaz de manter os agricultores, deputado Daniel Tozzo, em condições de ter o seu crédito. No entanto, com a deficiência de produção pela estiagem que assolou a nossa região, a grande maioria está ficando inadimplente perante os agentes financeiros de nosso estado.

Para essa audiência pública mais uma vez conclamo a participação dos srs. parlamentares de Santa Catarina que tenham algum tipo de envolvimento com a agricultura, pois a sua presença é fundamental para o sucesso do evento, sobretudo para buscarmos uma direção daquilo que poderemos conseguir para a nossa agricultura.

Evidentemente, também encaminhamos convite à nossa bancada federal de Santa Catarina no Congresso Nacional, de todos os partidos, aos deputados federais e aos senadores. E estamos na expectativa e aguardando a sua presença, além da grande maciça presença dos agricultores que são os

mais envolvidos no processo e que terão oportunidade de manifestar as suas reivindicações.

O Sr. Deputado Daniel Tozzo - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Quero, deputado Daniel Tozzo, ouvir também a sua palavra, uma vez que o tempo aqui urge.

O Sr. Deputado Daniel Tozzo - Obrigado, deputado Plínio de Castro. Só quero parabenizá-lo pela iniciativa da audiência e confirmar minha presença. Estarei lá com v.exa., pois só quem vive na pele e quem conhece o nosso oeste sabe da grande dificuldade que essa estiagem realmente trouxe aos nossos agricultores. E em relação aos problemas financeiros devem, sim, ser negociados, para que eles continuem a plantar, a produzir, enfim, produzir riquezas e alimento para o nosso estado.

Estarei lá acompanhando e atendendo às reivindicações.

Obrigado, deputado!

O SR. DEPUTADO PLÍNIO DE CASTRO - Muito obrigado, deputado Daniel Tozzo, pela suas palavras. V.Exa. que é um homem do oeste também tem envolvimento direto com a agricultura.

Tenho absoluta convicção de que boa parte da representação política da Assembleia Legislativa estará presente nessa audiência pública, pois é fundamental a sua presença. Estamos conclamando todos, repito, para que se façam presentes e possamos produzir um documento unificado, objetivo e, sobretudo, para darmos um alento para a agricultura do nosso estado.

Muito obrigado, presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Plínio de Castro.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra a deputada Ana Paula Lima, por até 11 minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - sr. presidente, muito bom-dia aos srs. parlamentares, a quem nos acompanha pela TVAL e Rádio Digital e a quem nos dá a honra de sua presença neste plenário, na data de hoje.

O que me leva a ocupar a tribuna nesta manhã de quarta-feira, 13 de junho, deputado Jailson Lima, é falar de duas instituições que às vezes passam despercebidas no nosso cotidiano. São duas instituições de tamanha relevância, de tamanho compromisso com as causas sociais, e de imenso comprometimento de também atender bem à nossa população, a todos os brasileiros e a todas as brasileiras.

Eu falo de duas instituições que têm eficiência, credibilidade: Correios e Caixa Econômica Federal.

Srs. parlamentares e público catarinense, quero aqui ressaltar que a diretoria regional dos Correios em Santa Catarina iniciou neste ano de 2012 um salto de qualidade nos indicadores de desempenho operacional de vendas e também de atendimento em nossa comunidade.

Nos dois primeiros meses, Santa Catarina, através dos Correios, conquistou o 3º lugar no Brasil e o 1º lugar geral, posicionando-se como a regional destaque nacional. Essa é a boa-nova! E a premiação acontecerá agora também no mês de agosto, dando realmente mais credibilidade a esse serviço que todos esperamos em nossas casas, que é o atendimento e também o desempenho operacional de vendas.

Após terminar 2011 na 15ª colocação geral, a diretoria regional catarinense,

representada pelo diretor Márcio Miranda da Rosa - funcionário de três décadas e também líder sindical que tem uma carreira exemplar naquela instituição -, implementou com toda a sua equipe importantes ações para restabelecer o padrão de qualidade associado ao estado de Santa Catarina.

O objetivo dessa atual gestão era voltar a ocupar a liderança nos indicadores comparativos nacionais - fato que não ocorria desde outubro de 2005. Essa conquista aconteceu com equipes motivadas e comprometidas, sob a direção certamente de Márcio.

Com esse resultado nacional todos ganham, inclusive nós, catarinenses, que utilizamos esse serviço. Cabe-nos, como parlamentares, elogiar também o que vem dando certo em nosso país e estado. A regional poderá ter suas reivindicações atendidas com rapidez, os catarinenses receberão os serviços com maior eficiência e os Correios acumularão maior volume de vendas com os consumidores mais satisfeitos.

Não é possível falar dessa merecida conquista sem parabenizar cada um dos 2.229 carteiros, dos 1.058 atendentes, dentre outros servidores que estão em todos os municípios catarinenses e fazem dos Correios destaque e orgulho nacional.

Não posso deixar de pedir, e isso aconteceu na semana passada, numa reunião que tivemos em Blumenau, ao superintendente estadual dos Correios, que dedica um esforço pessoal e todo o empenho para solucionar pequenas pendências na nova sede central dos Correios de Blumenau, quase pronta para o atendimento público, que fica na rua Curt Hering. A comunidade espera ansiosa pela inauguração.

Há, sim, empenho do superintendente regional, sr. Márcio, que estará cobrando de Brasília para que essa sede que está quase pronta possa abrir as portas para atender à população.

Quero agradecer sensibilizada a ampliação da entrega de correspondência que se efetivará no bairro mais distante da cidade, na parte mais germânica da cidade, na Vila Itoupava, distrito de Blumenau. Esse pleito foi levado por nosso mandato em nome daquela comunidade. Após conversar com representantes dos Correios, foi confirmada a ampliação da entrega de correspondências na Vila Itoupava.

Eram 19 ruas que não recebiam correspondências e não faziam parte do trajeto dos carteiros. Depois dessa solicitação, as pessoas que moram nessas 19 ruas poderão receber suas correspondências em suas residências. Isso não estava acontecendo, porque essas ruas não faziam parte do trajeto do carteiro.

Depois dessa solicitação, essas 19 ruas passaram a receber suas cartas em suas casas, beneficiando dessa forma um total de aproximadamente 500 famílias que residem nas referidas ruas do bairro Itoupava.

Fico muito feliz em poder ajudar a querida comunidade, a parte mais germânica da cidade de Blumenau, que é a da Vila Itoupava.

Não poderia deixar, srs. parlamentares, de destacar o trabalho de outra instituição que nos orgulha muito e que vem sendo desenvolvida pela superintendência regional da Caixa Econômica Federal no estado de Santa Catarina.

No início do ano de 2000, a Caixa Econômica estava sucateada, demitia funcionários e fechava agências. Uma década e dois anos depois a Caixa Econômica, e falo uma década porque foi no início do governo do presidente Lula, possui servidores estimulados, atuando num

sistema moderno, criando tecnologia e também atendendo muito bem a todos os cidadãos brasileiros.

As organizações setoriais de toda a sociedade brasileira reconhecem a Caixa pelo seu papel fundamental no crescimento do país, pois cresce e mantém práticas de desenvolvimento sustentável e agregador.

Por isso, possui a oitava marca mais valiosa do mercado. Há 152 anos a Caixa Econômica foi criada e desde então caminha lado a lado com a trajetória do país, acompanhando o crescimento e também o desenvolvimento e o bom atendimento à nossa população.

Nas principais transformações da história do país, como mudanças de regimes políticos, processos de urbanização e industrialização, a Caixa sempre esteve lado a lado com os brasileiros e brasileiras. Também criou e desenvolveu o maior sistema de loterias do mundo. Em dez anos foram abertas mais de duas mil lotéricas, com a descentralização do atendimento que favorece brasileiros e brasileiras que necessitam dos seus serviços. E a meta, srs. parlamentares, é abrir uma lotérica em cada município brasileiro. Ou seja, no estado de Santa Catarina, nos 293 municípios.

A Caixa possui, hoje, 83 mil trabalhadores. No ano de 2000 possuía 53 mil trabalhadores. Tinham 1.680 agências e hoje conta com 2.317, com a meta de chegar em 2015 com 4.400 agências em todo o nosso país.

A superintendência do vale do Itajaí abriu quatro agências em dois anos e este ano abrirá mais sete, e outras sete estão sendo transformadas.

Então, são duas empresas brasileiras de alta eficiência, comprometidas com o povo, fazendo um trabalho social exemplo para outros países.

Quero, no dia de hoje, dar parabéns à Caixa Econômica Federal, pela instalação da superintendência do estado de Santa Catarina e do vale do Itajaí, através do superintendente Renato Scalabrin, e aos Correios, que é orgulho, sim, do povo brasileiro, ao sr. Márcio Miranda da Rosa, que também faz um trabalho de excelência e este ano receberá uma premiação pela região de Blumenau, pela eficiência e pelo trabalho de toda a equipe, de carteiros, de atendentes, de diretores, de gerentes.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima.

Não temos matéria na pauta da Ordem do Dia, nesta manhã; portanto, passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro inscrito é o deputado Dirceu Dresch, depois, a deputada Luciane Carminatti, o deputado Antônio Aguiar, o deputado Jailson Lima e o deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, agradeço a oportunidade de estar na tribuna, no dia de hoje, para conversar com todos os presentes, dialogar com a sociedade catarinense.

Deputada Luciane Carminatti, deputado Neodi Saretta, deputada Ana Paula Lima, deputado Jailson Lima, o momento que estamos vivendo é extremamente importante para a população brasileira, que é a escolha dos prefeitos, dos vice-prefeitos, vereadores. É um momento talvez até mais importante do que quando ocorre a eleição para governo do estado, para presidente da República, para deputados, porque está em jogo, está em debate, o governo municipal que tem tudo a ver com a vida das pessoas, que pode tanto por um lado animar a nossa população, animar a autoestima dos nossos municípios, como pode criar uma situação de desânimo, como tenho visto por aí afora, mesmo no momento da construção

democrática no nosso país, governos extremamente autoritários, que perseguem a vida das pessoas.

Por incrível que pareça, estamos construindo no Brasil uma perspectiva, um movimento da democracia brasileira, da liberdade de expressão, da liberdade política dos brasileiros, mas infelizmente o que vimos ainda em muitos municípios é uma ditadura, um coronelismo absurdo. Então, é o momento de as pessoas dialogarem, discutirem.

Muitas pessoas reclamam dos seus governos, portanto, temos que fazer essa eleição diferente, escolher de forma diferente, já que temos essa oportunidade através do voto que o povo brasileiro conquistou a duras penas. Temos que fazer diferente tanto para eleger, como para não eleger.

Nós do Partido dos Trabalhadores temos a certeza de que estamos dando uma grande contribuição para o Brasil, pois estamos entrando na sétima geração, já que desde o ano de 1982, quando o PT elegeu os seus primeiros dois prefeitos do Brasil, o nosso partido tinha dois anos de vida, hoje está com 32 anos. Naquele ano elegemos os nossos primeiros prefeitos do PT, e um desses prefeitos eleitos foi no estado de Santa Catarina, no município de Campo Erê.

Então, queremos dizer, presidente Jailson Lima, companheiro que neste momento assume a Presidência desta sessão, que vamos continuar contribuindo com o Brasil, vamos continuar com as nossas experiências, deputado Neodi Saretta, v.exa. que tão bem trabalhou no município de Concórdia, vamos continuar com os nossos governos, que têm mudado, têm melhorado a transparência de forma radical, que mudaram e também melhoraram a questão da democracia interna dos municípios, com a participação da sociedade de forma popular, através dos planos de desenvolvimento local, dos planos de governo, através dos debates do orçamento participativo, uma das grandes inovações do nosso partido e que contribui muito para o nosso Brasil.

Neste momento estamos também avançando no geral, com as suas experiências locais, estaduais, com o governo do presidente Lula, agora com o governo da presidente Dilma Rousseff, para justamente trazer presente uma nova perspectiva de relação com o que é público, uma nova perspectiva de relação com a sociedade, com a participação popular, com envolvimento, com tomada de decisões, em que a sociedade participa ativamente.

Então, esperamos que quando esses jovens que nos estão prestigiando hoje com a sua presença nesta Casa forem assumir prefeituras, governos, Parlamentos, possamos ter avançado muito mais com a Lei da Transparência aprovada há poucos dias.

A participação da sociedade está muito mais fácil agora do que na época em que ela viveu por centenas de anos à margem do processo, em que alguns se diziam os iluminados, davam as cartas, dominavam o povo, e a população ficava numa situação extremamente isolada de todo o processo de participação popular e de tomada de decisão.

Quero aqui ressaltar esse momento importante que o nosso partido está vivendo, em que ele se está preparando para uma grande eleição este ano, e dizer da importância de ampliar ainda mais o debate da democracia nos municípios, mesmo que esse projeto não seja vitorioso nas urnas. O debate político é uma das coisas mais importantes, mesmo que não sejamos vitoriosos nas eleições. Mas começamos um processo de construção de um novo modelo, de um novo processo de participação da sociedade, já é para nós uma grande vitória política da participação do nosso partido nas eleições municipais.

Então, já ocorreram avanços significativos nesta eleição com as pré-

candidaturas; o nosso partido já tem em torno de 130 pré-candidatos nos municípios escolhidos, mas muitos deles ainda estão em tratativas, pois pode haver mudanças e ampliar esse número, e temos em torno de 70 pré-candidatos a vice, em alianças que estão sendo construídas pelo estado afora.

O partido, no próximo final de semana, na sexta-feira e no sábado, fará um encontro com o diretório estadual em Brusque, onde o governo do PT do companheiro Paulo Eccel vem fazendo um grande trabalho. Por isso vamos premiar o município com essa reunião do diretório. Será um encontro de capacitação, e a direção nacional virá para o nosso estado fazer uma preparação com os nossos pré-candidatos a vereador, a prefeito, a vice-prefeito.

Estamos muito animados, estou participando, juntamente com o presidente do PT, José Fritsch, do grupo de trabalho eleitoral - GTE - e com mais outros companheiros desse grupo; o nosso partido vai continuar contribuindo com essa sua experiência maravilhosa, que está criando uma nova geração política em nosso país, em nosso estado, e vamos continuar contribuindo com esse grande debate.

Assim sendo, as eleições municipais vão proporcionar para a população catarinense e brasileira um grande momento de discussão da melhoria, do aumento da perspectiva de participação popular e da democracia das nossas administrações nos municípios.

É essa contribuição que o nosso partido, nos seus 32 anos de existência, quer continuar dando à sociedade catarinense e brasileira, com as belas experiências de inclusão e com as prioridades que ele sempre tem trabalhado nos seus governos, que é olhar mais para a questão social, para o fortalecimento do estado, da política pública na educação, na saúde e em outras áreas importantes e necessárias para o desenvolvimento do nosso país e para a condição de vida do nosso povo.

É nesse sentido, é nesse espírito, sr. presidente, srs. deputados e todos que nos acompanham, que vamos entrar nas eleições municipais de 2012 contribuindo com o nosso estado e com o nosso país.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Quero registrar a presença dos alunos da Escola Willy Hering de Rio do Sul, que estão acompanhados do professor Mário Sérgio Stramosk. Sejam todos bem-vindos ao Parlamento catarinense, amigos da nossa bela cidade de Rio do Sul, capital do alto vale, escola que fica no bairro Bela Aliança.

Quero registrar também que estão aqui a rainha, Beatriz Sandri, a I princesa Jessica Ferreira e a II princesa Naeli Alves, da II Festa do Entrevero, da cidade de Palmeiras, no nosso estado.

A II Festa do Entrevero faz parte do 17º aniversário do município de Palmeiras, que também terá o II Rodeio Crioulo de Integração, nos dias 22, 23 e 24 de junho de 2012, no Parque de Eventos Palmeiras, em Santa Catarina. Para os telespectadores e ouvintes da Rádio Alesc Digital, que muitas vezes não conseguem localizar geograficamente Palmeiras, fica ao lado de Otacílio Costa, uma pequena cidade muito acolhedora.

Gostaria de pedir ao pessoal da segurança que deixasse a rainha e as princesas entrar, para que possam cumprimentar os srs. deputados e deixar os convites para a festa.

A próxima oradora inscrita é a sra. deputada Luciane Carminatti, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, srs. deputados, estudantes de Rio do Sul que acompanham esta sessão plenária, quero manifestar-me no dia de

hoje sobre uma matéria que tem repercutido, especialmente na última semana, sobre a negociação feita em relação às dívidas de impostos do Sistema Acafe.

Pude presenciar, deputado Valmir Comin, neste final de semana, a grande angústia do relator da matéria, deputado federal Pedro Uczai, que tanto nos orgulha como professor e como deputado, que marcou sua trajetória nesta Casa com sua luta pelas bolsas de ensino que tantos benefícios trouxe aos estudantes catarinenses que precisam de ajuda para de fato cursar e concluir seus estudos. Então, vi a dificuldade e a angústia do deputado Pedro Uczai, porque como relator da matéria precisou convencer não só o governo.

De fato, o governo federal foi muito parceiro nesse entendimento no sentido de encontrar efetivamente uma fórmula que pudesse tornar as dívidas passadas isentas daqui em diante, eu diria, como também o benefício das bolsas de estudo. E todos sabemos que governo nenhum gosta de reduzir o seu caixa.

Então, o deputado Pedro Uczai foi muito hábil, muito perseverante nessa sua trajetória de buscar um entendimento, que no dia de ontem culminou com a aprovação da Medida Provisória n. 559/2012 que, entre outras matérias, cria o programa de estímulo à reestruturação e ao fortalecimento das instituições de ensino superior.

Portanto, quero dizer aos estudantes que estão aqui, que em função desta ação, ou seja, da criação deste programa, as dívidas tributárias das universidades de todo o Brasil e em especial em Santa Catarina, num total de R\$ 1 bilhão, serão transformadas em bolsas de estudo, além das que já existem hoje, que são as bolsas do art. 170 e 171, mas a partir da criação deste programa teremos mais R\$ 1 bilhão em bolsas que serão destinadas aos alunos das universidades que compõem o Sistema Acafe.

Então, quero fazer essa menção justamente porque esse projeto teve início com o deputado federal Cláudio Vignatti que sugeriu ao Congresso Nacional um projeto de lei que a partir da auditoria feita pela Receita Federal transformasse aquela dívida passada das instituições comunitárias em bolsas de estudo.

Posteriormente, o deputado federal Décio Lima, que hoje coordena a bancada estadual catarinense em Brasília, e também o deputado

federal Onofre Santo Agostini assumiram esse projeto de lei dando continuidade às tratativas do deputado federal Cláudio Vignatti.

E no dia de ontem tivemos também a confirmação da aprovação desse projeto que vai beneficiar em Santa Catarina mais seis mil estudantes catarinenses do Sistema Acafe.

Então, precisamos valorizar essa grande conquista que Santa Catarina passou a ter, tendo como relator o nosso deputado federal Pedro Uczai, autor dessa matéria.

É importante esclarecer que a luta do Sistema Acafe não terminou nessa votação. Temos ainda que acompanhar a votação no Senado Federal e o nosso governo federal, para que nenhum burocrata diga à nossa presidente Dilma Rousseff que esse projeto deve ser vetado.

Por isso, quero fazer um chamamento aos estudantes do Sistema Acafe, aos mais de 400 estudantes catarinenses que foram a Brasília de ônibus, permanecendo por mais de 30 horas na estrada, e que ontem estiveram com os reitores das universidades catarinenses, acompanhando a votação e fazendo a devida pressão para que esse projeto fosse aprovado.

Como funcionava essa questão antes da auditoria feita pela Receita Federal? Muitos municípios recebiam o Imposto de Renda dos profissionais, vindos nas folhas de pagamentos das instituições comunitárias, e negociavam. Inclusive, lembro-me muito bem que quando estive na condição de secretária de Educação, em Chapecó, já transformamos o Imposto de Renda devido em prédio, em bolsas de estudo, mas, infelizmente, depois assumiu outro prefeito que não deu continuidade a esse benefício.

Portanto, aquilo que um governo garante em bolsas de estudo pode ser transformado, pode ser investido em unidades de saúde, em estruturas físicas. Mas agora temos um entendimento nacional de que esse Imposto de Renda devido deve ser pago, e o que foi acordado são apenas 10% em dinheiro. E 90% dos cerca de R\$ 17 bilhões no Brasil serão pagos em bolsas de estudo, nos próximos 15 anos.

Então, gostaria de comemorar essa vitória porque temos três parlamentares envolvidos nessa luta. Em primeiro lugar o deputado federal Cláudio Vignatti, que iniciou esse processo, depois mais três catarinenses, os deputados federais Onofre Santo Agostini, Décio Lima e Pedro Uczai,

relator da matéria e responsável por todas as tratativas de entendimento junto aos órgãos do governo para alcançarmos o montante de R\$ 1 bilhão para Santa Catarina e seis mil bolsas. Portanto, são mais seis mil estudantes a serem beneficiados.

Devemos homenagear o parlamentar Pedro Uczai que teve essa brilhante atuação que nos orgulha. Com certeza, os mais de seis mil estudantes, quando receberem uma bolsa de estudo, deverão se lembrar que isso foi graças ao compromisso desse parlamentar. Então, quero fazer esse registro!

Por último, deputado Jailson Lima, quero somente fazer uma correção. No dia de ontem foi anunciada a vinda do ministro dos Transportes, na próxima sexta-feira, em Chapecó, para tratar de outra obra fundamental, que é a Ferrovia do Frango ou a ferrovia que vai ligar o vale do Itajaí com as regiões oeste e extremo oeste catarinense. Mas acabamos de receber a notícia de que essa data foi transferida para a próxima segunda-feira.

Portanto, na próxima segunda-feira, em Chapecó, teremos o debate acerca dessa importante obra que deverá ter o seu projeto licitado nos próximos dias e que vai garantir que o oeste de Santa Catarina tenha finalmente uma ferrovia para fazer jus ao desenvolvimento e ao trabalho de todo o povo, das empresas e das instituições do oeste do estado.

Então, ficou para a próxima segunda-feira a vinda do ministro dos Transportes.

Muito obrigada, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigada, deputada Luciane Carminatti.

O próximo orador inscrito sou eu. Como não há nenhum deputado para me substituir na mesa e como não há mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para hoje, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a presente sessão.

## ATOS DA MESA

### ATOS DA MESA

#### ATO DA MESA Nº 133, de 03 de abril de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0518/2012,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005 c/c o art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003.

**CONCEDER APOSENTADORIA** por tempo de contribuição, a servidora **ADELIR BEZ LOPES**, matrícula nº 0526, no cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-48, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais na forma da lei.

#### Republicado por Incorreção

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 351, de 14 de junho de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

**RESOLVE:** com fundamento nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de janeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

**DESIGNAR** a servidora **LORIS NASSAR CAMISAO**, matrícula nº 3129, da função de Chefe da Seção - Comunicação, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 01 de junho de 2012 (CGP - Escola do Legislativo).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Antônio Aguiar - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

#### ATO DA MESA Nº 352, de 14 de junho de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1124/2012,

**RESOLVE:** com fulcro no art. 2º, § 5º, da Emenda Constitucional nº 41/2003.

**CONCEDER ABONO DE PERMANÊNCIA** equivalente ao valor da contribuição previdenciária a servidora **DEJANE LUIZA BORTOLI**, matrícula nº 1092, ocupante do cargo de Consultor Legislativo I, código PL/ASI-61, a contar de 28 de dezembro de 2010..

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Reno Caramori - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATO DA MESA Nº 353, de 14 de junho de 2012**

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0738/2012,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005, combinado com o art 7º da Emenda Constitucional 41, de 2003.

**CONCEDER APOSENTADORIA** por tempo de contribuição, a servidora **DIVA GUIMARÃES DE CERQUEIRA CINTRA**, matrícula nº 1366, no cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-65, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade, na forma da lei, a contar de 1º de junho de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente  
Deputado Jailson Lima - Secretário  
Deputado Reno Caramori - Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

## PUBLICAÇÕES DIVERSAS

### AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, PARA DISCUTIR A CRIMINALIZAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS EM SANTA CATARINA, REALIZADA NO DIA 16 DE MARÇO DE 2012, ÀS 15 HORAS, NO PLENARINHO PAULO STUART WRIGHT.**

Aos dezesseis dias do mês de março do ano dois mil e doze, realizou-se a audiência pública promovida pela Comissão de Legislação Participativa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, para discutir a criminalização dos movimentos sociais em Santa Catarina. A **senhora Presidenta, Deputada Estadual Angela Albino** iniciou a audiência e, imediatamente, compôs a mesa chamando as seguintes autoridades: Deputado Estadual Sargento Amauri Soares; Joaquina de Oliveira Johnson, membro do Comitê Florianopolitano em Solidariedade aos Moradores de Pinheirinho e em Defesa da Moradia e membro da Central Sindical Popular; Marco Aurélio Hofman, representando o Comando da Polícia Militar; João Luiz de Oliveira (Gão), militante do movimento social; Afrânio Boppré, Presidente estadual do PSOL; Lino Peres, professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo do Centro Tecnológico da UFSC. Após, registrou a presença de Valmor Paes da Silva, diretor do Sintram/ SJ (Sindicato dos Trabalhadores Municipais de São José); Anderson Moraes, Presidente do Diretório Central dos Estudantes da Universidade do Sul de Santa Catarina; Wolnei Chucre, secretário de Organizações e Relações Sindicais do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Estadual; Thiago Duarte do Nascimento, diretor da Federação dos Trabalhadores Municipais de Santa Catarina; Mauri Antônio da Silva, secretário-geral da Associação dos Docentes de Ensino Superior de Santa Catarina. Em seguida, passou a palavra ao **senhor Deputado Estadual Sargento Amauri Soares** que cumprimentou os presentes e fez vários agradecimentos acerca da realização da audiência pública. Disse que a conjuntura que havia ensejado aquele debate fora a repressão sofrida pelos moradores de Pinheirinho no Estado de São Paulo, e, evidenciando a importância do assunto, acrescentou que o Estado catarinense não estava isento daquela problemática social. Citou o comportamento dos policiais e dos bombeiros nos movimentos sociais ocorridos nos Estados da Bahia e do Rio de Janeiro e enfatizou a necessidade de se debater sobre tal comportamento porque estavam ocorrendo seguidamente, inclusive na cidade de São José no Estado catarinense. Descreveu a divisão da sociedade em classes antagônicas, onde uma classe detinha concentradamente os meios de produção, outra era organizada pelo Estado e estava sempre ao lado da classe economicamente dominante e aquela que não tinha acesso aos direitos que lhe eram devidos, da qual a maioria era pertencente. Analisou que numa sociedade capitalista não era possível acessar os direitos sem desconcentrar o poder e a riqueza. Falou da classe economicamente dominante que dirigia o Estado politicamente e que construíra mecanismos de organização do próprio Estado para se prevenir das ofensivas das forças populares, como os aparatos de dominação ideológica, aparatos de condenação, aparatos de legislação e os aparatos de repressão. Repetiu que era daquela maneira que a sociedade estava organizada e que não se deveria ter ilusões em relação ao caráter da sociedade. Evidenciou a capacidade do Estado de passar a ilusão de que um Estado era para todos e alertou que aquilo não era verdade; que o Estado era sempre da organização política da classe dominante. Pelas razões acima, colocou que na categoria dos policiais precisaria ter um regime específico de regulação das relações de trabalho e que, por tudo aquilo, era impossível falar em desmilitarização no Brasil, até porque não havia acordo da classe dominante nem dos detentores do poder do Estado. Defendeu as instituições de segurança como forma de preservar a tranquilidade pública e falou da demanda da comunidade pela construção de postos policiais nos bairros, numerando que 95% da população concordavam com a desmilitarização, a desmocratização

e a permissão à sindicalização, à filiação e à greve dos policiais e dos bombeiros; e que 5% da população não concordavam porque entendia que a sociedade precisava da força da repressão disciplinada o suficiente para matar quando fosse destinado. Anotou que o que fora visto nos últimos anos era a classe economicamente dominante, com os seus ramais nos meios de comunicação, agindo de forma brutal contra o movimento de paralisação dos policiais militares da Bahia, como garantia da lei e da ordem, de acordo com o artigo da lei federal escrita pelo constituinte Fernando Henrique Cardoso, filho de general; então, para garantia da lei e da ordem, as forças poderiam agir desde que convocadas por um dos Poderes. Referindo-se novamente aos acontecimentos na Bahia e no Rio de Janeiro, acrescentou que a massa dos policiais da Bahia apoiava e participava do movimento e que o Rio de Janeiro estava entrando num processo de mobilização que levaria a uma paralisação. Comparou que, se na Bahia as forças de repressão agiram para conter um movimento que estava acontecendo, no Rio de Janeiro as forças de repressão agiram para conter uma possível paralisação, adicionando que tais atos estavam apoiados em instrumentos filosóficos e jurídicos e que fora avocada a Lei de Segurança Nacional. Comentou sobre o caso do cabo Daciolo, do Rio de Janeiro, que fora expulso da corporação e convidado pelo juiz da região militar do Norte para convencer o Marco Prisco, líder da greve das PMs, a se render, e que, como não conseguira executar aquela tarefa, saíra da Bahia e chegara preso no Rio de Janeiro. Disse que enquanto o cabo havia sido levado preso para Bangu 1, o senhor Prisco havia sido preso e levado para o quartel do Exército. Voltando ao comportamento dos policiais, disse que os policiais militares estaduais agiam com força nos movimentos sociais porque eram a força de repressão do Estado da classe economicamente dominante, e pediu maiores esclarecimentos sobre o episódio ocorrido em São José. Disse ainda que para as forças do Estado, que tinham o dever constitucional de obedecer cegamente, dizer "não senhor" era mais grave do que matar alguém. Diante disso, alertou que os movimentos dos militares continuariam, e explicou que, diferentemente do magistério, se os policiais militassem a favor de uma greve, os líderes seriam presos antes da greve se estabelecer. Pontuou que era preciso aprofundar aquele debate e democratizar as relações internas nas instituições militares, e que, ao mesmo tempo, tinha receio porque, recentemente, o Exército fechara as associações com características parecidas. Novamente comentou sobre o movimento ocorrido na Bahia e sobre aqueles que eram contrários aos movimentos policiais, e opinou que o Jaques Wagner, governador da Bahia, demonstrara aquilo que realmente era ao entregar o poder aos generais para reprimir os policiais, externando que as expressões do governador da Bahia, do Ministro da Justiça e da Presidenta da República eram assustadoras. Repetiu que não se podia ter ilusão quando se tratava de interesse de classe, porque a classe dominante tinha o Estado a seu domínio e o que mandava era executado, e frisou que a sociedade precisava ter consciência daquele fato para defender a democratização das relações sociais através da socialização dos meios de produção e da construção de um estado com um caráter diferente do atual. Encerrando, agradeceu o tempo concedido para se manifestar. [Taquígrafa- Revisora: Sabrina R. Schmitz.] A **senhora Presidenta** registrou as presenças de Antônio Duarte, representando o gabinete da deputada Luciane Carminatti; de Gabriela Santetti, coordenadora da Assembleia Nacional de Estudante - Livre; de Geanine Santos, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados de SC; de Rosane Souza, coordenadora do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Santa Catarina/regional Florianópolis; de Matheus Felipe de Castro, advogado criminalista e professor da UFSC; de Raquel Guisoni, da coordenação da UBM (União Brasileira de Mulheres/ SC); de Daniel Diego de Andrade, diretor de Comunicação da União Catarinense de Estudantes; de Carlos Rogério, coordenador do Fórum Social Permanente dos Bairros Brejuru e Frei Damião, no Município de Palhoça, e secretário do Conselho de Assistência Social de Palhoça; e de Flávio Souza, presidente da Associação Comunitária Amigos do Continente. Na sequência, propôs que se ouvisse o senhor Afrânio Boppré, ex-Deputado Estadual e, depois, que a palavra fosse intercalada com as falas da plenária, fazendo com que aquela audiência se tornasse mais

dinâmica. Isso posto, passou a palavra ao **senhor Afrânio Boppé, ex-Deputado Estadual e presidente estadual do PSOL**, por até quinze minutos, que iniciou sua manifestação saudando os presentes e parabenizando a Deputada Angela Albino pela iniciativa de propor aquela audiência, provocada que foi por vários segmentos da sociedade. Fez uma abordagem sobre o tema da criminalização dos movimentos sociais, decorrente que foi da selvageria da Polícia Militar de São Paulo ao desalojar as pessoas que moravam numa área central, portanto privada, de São José dos Campos, avaliando que era aquele o problema a ser discutido, ou seja, que houve uma ocupação de sem-teto organizada com o intuito de suprir uma necessidade básica da população, o direito à moradia. afirmou que aquele era o tema a ser debatido, bem como também que por trás da ação violenta existia uma necessidade social gravíssima no Brasil, que não seria resolvida com polícia, e questionou se aquela era a solução para os problemas sociais. Disse que existia um problema de fundo envolvendo todos aqueles que lutavam, que se organizavam, que tentavam encontrar outra estratégia de sobrevivência dentro de uma sociedade desigual e injusta que era a sociedade capitalista, que era a produção ideológica que pretendia criminalizar, porque a polícia não entraria se não for promovida a ideia de que o movimento social era criminoso, e que, de outro modo, não se perguntava se não era criminosa a condição em que as pessoas estavam vivendo. Ressaltou que o tema moradia, que foi se agravando ao longo do tempo, era muito importante, e citou que até os anos 1960, 20% da população no Brasil morava no espaço urbano e 80% no rural, e que segundo os últimos dados do IBGE houve uma inversão, ou seja, 82% morando no espaço urbano e somente 18% morando no campo. Assim, as cidades cresceram e, segundo sua avaliação, a resposta que queriam dar para o fenômeno urbano era a polícia, que, por natureza, era incompetente para resolver aquele problema. E perguntou qual o pai de família que, em sua consciência, pega seus filhos e vai morar no Morro do Bumba, em Niterói, no Rio de Janeiro, em cima de um lixão, colocando em risco sua família. Lembrou que quando foi candidato a Prefeito por Florianópolis, chegou na comunidade do Siri, nos Ingleses, no norte da Ilha, que ficava há poucos quilômetros de Jurerê Internacional, para fazer campanha e a presidenta da Associação dos Moradores daquela comunidade disse que eles não queriam nada, apenas que fossem tirados daquela área. Disse que, em princípio, quem morava no Siri era associado à marginalidade, ao tráfico, e que as pessoas esqueciam do Abadias, que morava numa mansão em Jurerê Internacional e que a Polícia Federal havia derrubado uma parede recheada de dólares, e que aquela concepção deveria ser invertida naquele debate. Repetindo, disse que ninguém, em sua consciência, levaria seu filho para morar no Morro do Bumba, em Niterói, em cima de um lixão; para morar no Siri, que era uma comunidade que fica embaixo das dunas, afirmando que aquilo acontecia porque os salários eram muito baixos, e o salário mínimo, que deveria atender as necessidades básicas do trabalhador e da sua família, de acordo com a Constituição, não conseguia suprir tais necessidades, razão pela qual o Dieese falava que o salário mínimo deveria ser em torno de R\$ 2.300,00. afirmou que em função do salário ser reduzido e do alto grau de exploração, acontecia a precarização da vida. Salientou que o problema de fundo era social e que a solução do problema era sistêmica e não uma política pública setorializada, fragmentada. Reportando-se ao problema dos Estados Unidos, à crise mundial que se estava vivendo, disse que era decorrente da crise da moradia, das hipotecas, em que a indústria da construção civil saturou o mercado e depois se aventurou a vender habitações a quem não tinha condições de comprar, acontecendo o calote. Explicou que com aquilo a hipoteca foi sequestrada novamente, o direito da moradia foi sonogado e os bancos ficaram insolventes, porque financiaram e não receberam, e que aquela crise, que inicialmente era da indústria da construção, virou uma crise financeira e atualmente estava nas mãos do setor público, que era quem estava pagando. Ao afirmar que o setor público estava pagando, perguntou por que na ausência do interesse do Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, em resolver o problema, o Ministério das Cidades não tomava a iniciativa e fazia uma política pública que superasse a situação do Estado de São Paulo. E abriu um parêntese para dizer que não entendia por que Olívio Dutra, que dirigia o Ministério das Cidades, tinha sido demitido, e que lá dentro havia ficado Raquel Rolnik, que tinha dado uma entrevista belíssima à revista Caros Amigos dizendo que tinha ficado no Ministério, mas que não dava para fazer mais nada de tão conservadora que tinha ficado a política pública lá dentro, e que por isso atualmente trabalhava na ONU com a problemática da moradia. Repetiu que existia um problema social de fundo no tema Pinheirinho, que era o problema da moradia, e que o PSOL esteve diretamente envolvido apoiando a luta daqueles moradores com o Deputado Ivan Valente, de São Paulo, assim como esteve o Senador Suplicy, mais uma vez uma voz isolada, e muitos outros lutadores, e que a associação daqueles que queriam resolver o problema estruturalmente era que se fazia necessária. afirmou que via a importância daquela audiência pública como um elo de solidariedade dos explorados e dos oprimidos e que naquele momento tristemente ali se reuniam para debater o tema do Pinheirinho. Citou que era professor e que no primeiro dia de aula iniciou sua disciplina perguntando aos alunos quem tinha conhecimento do fenômeno Pinheirinho, e somente um aluno tinha informação a respeito, ressaltando que aquilo acontecia por conta da desinformação, porque se a população em geral entendesse a origem do problema, saberia que a polícia não poderia

agir daquela forma. Assim, afirmou que além do tema político, e concordava plenamente com toda a explicação dada pelo Deputado Sargento Amauri Soares, tinha também o monopólio das comunicações, que muitas vezes não levava a mensagem vista por todos os ângulos, havendo sempre o predomínio de uma voz oficial, e que todos deveriam entender que existia uma aliança entre veículos de comunicação, Polícia Militar e aparelho jurídico do Estado. Disse que via ali muitos companheiros e muitas companheiras de luta, como do PSOL, e fez questão de registrar a presença do Anderson Moraes e do Nestor Ribeiro, da direção estadual, da imprensa alternativa, dos sindicatos, e concluiu agradecendo a oportunidade e dizendo que iniciativas daquela natureza os animavam a lutar e que muitos Pinheirinhos ainda sairiam vitoriosos. Na sequência, a senhora Presidenta passou a palavra à **senhora Joaquina de Oliveira Johnson, membro do Comitê Florianopolitano em Solidariedade aos Moradores de Pinheirinho e em Defesa da Moradia e membro da Central Sindical Popular**, que reverenciou todos os ativistas e lutadores presentes àquela audiência. afirmou que com muita tristeza falaria do tema Pinheirinho e relatou que estava na praia de Campo Bom quando ocorreu o fato, tomando conhecimento da situação pela TV, sendo impossível não chorar ao ver mães correndo com seus filhos diante de dois mil militares que, sob o comando do Alckmin e também da Prefeitura, tiraram de lá uma comunidade constituída há muito tempo com bala de borracha, gás lacrimogêneo, bomba e queimando barracos. Disse que depois do ocorrido participou de uma reunião nacional da coordenação nacional da CSP-Conlutas, da qual estava uma delegação do Pinheirinho, que, chorando, relatou o ocorrido, dizendo que estavam lá há oito anos e que era impossível ter resistência bélica naquele enfrentamento, porque a polícia estava lá para matar. Disseram também que policiais violentaram mulheres, que estavam naquele momento à deriva de um governo que tivesse uma preocupação social, porque também o governo federal não havia tido uma intervenção direta, esteve lá apenas dizendo que o Pinheirinho tinha liminar que garantia a permanência até a regularização. Questionando o ocorrido, perguntou se era para desocupar a terra que faziam aquilo, e ela mesma respondeu, dizendo que eles faziam, sim, pois já tinham matado milhares de sem-terra! E continuou questionando o que estava por trás do que o governo e a polícia fizeram numa ocupação de terra que foi a maior ocupação de terra urbana da América Latina. Tentando fazer com que as pessoas entendessem, afirmou que a comunidade do Pinheirinho ficava em São José dos Campos, uma cidade rica que tinha o 6º PIB do Estado de São Paulo e o 18º do País, e que pelas falas daqueles que a haviam antecedido, era possível tirar como primeira conclusão que havia o interesse do capital em tirá-los daquela área. Não era apenas a discussão da ocupação de uma terra, que aliás era considerada massa falida. [Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira.] Segundo dados, o terreno tinha 1,3 milhão de metros quadrados e várias empresas possuíam interesse imobiliário muito grande naquele terreno. afirmou que, com aquela atitude, o governo estava demonstrando que não queria mais nenhuma ocupação naquele lugar. Comentou que a comunidade do Pinheirinho havia sido ocupada, no ano de 2004, por 500 famílias, e que naquele momento haviam sido desocupadas 1.600 famílias cadastradas, num total de 5.500 pessoas. Disse que em Pinheirinho havia hortas, uma creche e até uma organização política. Explicou que eram realizadas reuniões por blocos, dentro da comunidade, e que todo sábado ocorria a assembleia da comunidade daquela localidade. Falou que não havia luz elétrica na comunidade, havendo à época ligações clandestinas de eletricidade. Comentou que desde 2004 a luta daquela comunidade era pela legalização daquelas terras. Contou que aquele terreno era de uma família alemã que havia sido assassinada em 1969 e que não possuía herdeiros; que o caso do assassinato ainda continuava sem solução jurídica e investigativa. Disse que aquela luta era jurídica, política e humana, e que a Prefeitura deveria dar assistência. Lembrou que havia uma assistência jurídica, realizada por vários advogados, entre eles o senhor Toninho, que teria sido alvejado por quatro balas de borracha durante o embate com a polícia. Comentou que a partir do ano de 2010 as ameaças de desocupação começaram a aumentar e que, preocupada com a situação, a coordenação da comunidade do Pinheirinho estava buscando apoio na luta dos movimentos sociais para continuar naquele local. Citou que havia documentos que encaminhariam a desapropriação do terreno, mas que o Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, baseando-se no princípio de que a Justiça Federal não pode passar por cima da Justiça estadual, ordenou a desocupação do terreno, utilizando violência policial para aquilo. afirmou que era muito importante a mobilização social em prol das desapropriações e da defesa das pessoas que lutavam por moradias, dizendo que o Governador Alckmin havia prometido 1.100 novas moradias, e que o povo não queria aquela casinha de apenas 60 metros quadrados, mas sim uma casa igual a que ele tinha ou sonhava em ter. Confessou que foi muito triste ter visto diversas mães carregando seus filhos no colo, desorientadas e sem rumo certo, pois não tinham para onde ir. Dedicou o dia 8 de março às mulheres da comunidade do Pinheirinho, pois estas lutaram bravamente pelas suas casas e por suas famílias. Disse que o governo federal estava estudando a possibilidade, em parceria com o Governo do Estado de São Paulo e a Prefeitura, de desapropriação do terreno, afirmando não acreditava naquilo, mas sim na luta dos movimentos sociais pela reintegração de posse aos moradores do Pinheirinho. Pediu uma salva de palmas aos moradores daquela comunidade, pois eram bravos lutadores e cidadãos que mereciam

ter seus direitos respeitados pelo Estado. A **senhora Presidenta, Deputada Estadual Angela Albino**, passou a palavra ao senhor **Valmor Paes da Silva, do Sintram/ SJ - Sindicato dos Trabalhadores Municipais de São José**, que se identificou como funcionário público estadual, atuando no Município de São José há vinte anos. Disse que era maratonista, mas que estava usando muletas naquele momento, em decorrência de agressões sofridas na repressão militar ocorrida naquele Município. Falou que se o senhor Antônio Conselheiro voltasse aos dias atuais ele estranharia, pois iria notar que a Guerra de Canudos ainda não havia acabado e que, mesmo após 120 anos, o Estado continuava a reprimir os movimentos sociais da mesma maneira, utilizando a violência. Disse que o Prefeito de São José, Djalma Berger, já acompanhava a política daquele Município há muitos anos, desde os tempos em que seu irmão, Dario Berger, era Vereador daquele Município, e que quando assumiu a Prefeitura de São José encontrou um sindicato, em 2009, bastante atuante, afirmando que o senhor Djalma Berger havia tentado uma aproximação da Prefeitura com o sindicato, justificando que não iria atuar ao lado daquele Prefeito porque possuía uma ideologia muito diferente da do mesmo, antagonista. Contou que, naquela época, havia detectado através do Diário Oficial que a São José Previdência estava nas mãos de uma corretora de valores que estava falindo. Disse que, ao saber disso, imediatamente pediu uma audiência pública à Câmara de Vereadores sobre o tema, explicando que existia uma lei federal que determina que os fundos de previdência dos trabalhadores municipais públicos não poderiam aplicar mais do que 20% do total de seus investimentos em uma única corretora. Afirmando que o Banco Central suspeitou da situação e encaminhou pedido de investigação ao Tribunal de Contas de Santa Catarina. Segundo ele, nada havia sido feito à época, o que acarretou na falência daquela corretora e a consequente perda dos investimentos do fundo de previdência. Falou que agora o governo estava retirando inclusive as economias dos trabalhadores, pois nem o fundo de previdência estava sendo preservado, restando apenas a lutas pela manutenção das conquistas e dos direitos adquiridos anteriormente, pois não havia mais avanços em termos de conquistas. Disse que ainda acreditava no Estado democrático, porém, havia sido brutalmente espancado ao exigir o cumprimento de uma lei - a lei da São José Previdência - que havia levado todo o dinheiro dos trabalhadores; e da lei do piso nacional, que determinava um salário de R\$ 1.187,00 aos professores. Questionou de onde teria partido a ordem de ataque, tortura e prisão aos sindicalistas. Citou que poderia apresentar as provas de que fora agredido, pois havia feito exame de corpo de delito, além das imagens realizadas, que comprovariam as agressões. Denunciou que estava ocorrendo uma barbaridade no Município de São José: a repressão brutal ao movimento social e aos dirigentes sindicais. Disse que aquelas imagens iriam correr o mundo, inclusive Brasília, mostrando às pessoas o que ocorrera em São José. Convidou todos a assistirem as referidas imagens. *(Procede-se à exibição de vídeo.)* [Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos] Após, a **senhora Presidenta, Deputada Estadual Angela Albino**, lembrou que na quarta-feira às 8h30min o sindicato iria fazer um novo ato e convidou todos para participar e garantir a democracia. Registrou a presença do senhor Tico Lacerda, militante e ex-candidato a Vice-Prefeito de Florianópolis. Em seguida passou a palavra ao **senhor Marco Aurélio Hofmann**, que cumprimentou todos e expôs, em relação ao vídeo exibido, que as cenas eram fortes e que mais tarde comentaria sobre o fato ocorrido. Concordeu com as palavras do ex-deputado Afrânio Boppré quando ele disse que a polícia não era a solução para os problemas sociais, complementando que a Polícia Militar sozinha não resolvia problema social nenhum. Expôs que o que havia acontecido com os moradores do bairro Pinheirinho, em São Paulo, era o típico problema de direitos humanos, que ultrapassava o problema social e se tornava um problema internacional. Clarificou que cabia ao Estado a proteção e a garantia dos direitos humanos fundamentais, explicando que quando falava Estado estava se referindo a todos os órgãos do Estado, aos Deputados, à Secretaria da Saúde, à Secretaria da Educação, à Secretaria da Cultura e à da Segurança Pública. Relatou que o artigo 7º da Constituição Federal de 1948, que citava a norma do salário mínimo, foi escrito logo após a Segunda Guerra Mundial e que já naquela época a norma dizia que o salário mínimo era para atender as necessidades básicas da pessoa e da família. Em relação à desocupação, sugeriu à Deputada que nas próximas audiências estivesse presente um representante do Poder Judiciário porque a polícia estava cumprindo uma ordem judicial e contou que o Comandante que não cumprisse a ordem seria preso, acrescentando que a polícia cumpria a ordem e ia até o local fazer a desocupação ocasionando o confronto. Afirmando que cabia sempre à polícia aplicar a lei, proteger a vida e a integridade física da pessoa, o que não tinha ocorrido no caso do senhor Valmor. Sobre o vídeo que foi passado, disse que a Polícia Militar iria apurar os fatos, e que todos os membros da mesa e a vítima tinham o direito de acompanhar. Observou que pelo que tinha assistido no vídeo havia indícios de crime e o fato seria apurado, e explicou que ia ser aberto um inquérito policial militar naquele caso, para apurar as circunstâncias e os responsáveis pelos os abusos e os excessos; que a Polícia Militar não tinha poder de arquivar o inquérito e iria ser encaminhado ao Juiz. Informou que a Polícia Militar tinha uma corregedoria, um serviço de Disque-Denúncia e que as denúncias de abuso e excesso praticado pela polícia eram apuradas com rigor. Em relação à tortura que foi relatada, disse que aquilo era um crime muito grave e que aquele tipo de condenação, pela Lei 9. 455, de sete de

abril de 1997, caberia além da prisão de dois a oito anos, a perda do cargo e da função do emprego público. Cientificou que a condução para o batalhão iria ser apurada, mas que poderia falar em nome da Polícia Militar que aquele tipo de condução não existia na doutrina da polícia. Destacou que na Polícia Militar trabalhavam com ordens e, com a anuência da Presidente, leu a ordem oficial do comando-geral da PM a respeito do movimento social e entregou uma cópia à Presidente, Deputada Estadual Angela Albino. Explicou que caso a ordem não tivesse sido cumprida naquele episódio, ele, como membro da Corregedoria e professor da Academia de Polícia, garantia que o fato seria apurado com rigor e quem tivesse cometido excessos e abusos seriam punidos. Agradeceu pela atenção de todos. A **senhora Presidenta, Deputada Estadual Angela Albino**, perguntou de que data era aquele documento, tendo recebido como resposta do **senhor Marco Aurélio Hofmann** que era datada de 24 de junho de 2005. Assim sendo, a **senhora Presidenta** disse não caber a ela fazer intervenção, mas submeter à Corregedoria. Disse que todos viram, durante a formação de um batalhão de choque, o Comandante dizer que era para combater os movimentos sociais, que ele tinha usado aquela expressão no rádio, e que por várias vezes tentaram entender de onde havia partido a ordem. Em seguida concedeu a palavra ao **senhor Tiago Duarte do Nascimento, Presidente da Fetram/ SC**, que cumprimentou todos e disse que após a assembléia do Sintram foram realizar o ato dos trabalhadores em frente à Prefeitura Municipal de São José. Clarificou que o senhor Valmor já havia relatado o que tinha acontecido, e ele queria questionar a maneira como ocorreu e o que ocorria durante o processo porque não tinha como desassociar o Poder Executivo e o Prefeito Municipal com as ordens da Polícia Militar. Ressaltou a importância de os fatos serem apurados e perguntou por que o carro do sindicato, que estava com o som, foi levado para dentro do 7º Batalhão Militar e por que os documentos do motorista foram apreendidos, acrescentando que levaram a advogada do sindicato e que mexeram na sua bolsa sem a devida autorização. Ante o exposto, contou que depois que a advogada ligou para a OAB denunciando o fato, o Comandante mandou levar para a delegacia e durante o caminho sofreram agressões e ameaças. Contou que um vídeo, que estava sendo veiculado na *internet*, mostrava um policial militar sacando a arma no meio da multidão ameaçando atirar no carro em que estava o senhor Valmor. Disse que durante a caminhada chegou um carro branco e três viaturas da Polícia Militar para apreender o carro e que dois policiais a paisana estavam batendo fotos e filmando. Perguntou ao Major por que a Polícia Militar perseguia, filmava e intimidava o trabalhador, o dirigente sindical e o movimento social e afirmou que aquilo acontecia em diversos movimentos, que aquele não tinha sido um caso isolado. Agradeceu a todos pela oportunidade da fala. A **senhora Presidenta, Deputada Angela Albino**, esclareceu que os questionamentos iriam ser respondidos no final. Em seguida passou a palavra ao senhor **João Luiz de Oliveira (Gão)**, que, após desejar boa-tarde a todos, disse que estava representando o movimento social e que foi convidado para fazer um debate em Florianópolis sobre a situação do Pinheirinho. Expôs que para o pessoal que trabalha com movimento social o que tinha acontecido em São Paulo não era novidade. Contou que em 1991 ou 1992 foi em Goiânia no episódio do Massacre da Conquista Real, no qual 833 famílias foram despejadas, complementando que lá a polícia derrubava e quebrava tudo. Dito isso, comentou que nas filmagens que ele tinha as pessoas corriam para dentro de casa, para debaixo da cama e debaixo da mesa e sempre trabalhavam na união. Observou que o pessoal do Movimento social era unido, mas que aquela audiência era para estar cheia de pessoas porque todos do Movimento social sofriam algum tipo de discriminação, fosse prostituta, travesti, negro ou até mesmo a própria polícia que não recebia um salário digno. Afirmando que não estava ali para julgar ou defender ninguém, mas queria dizer que o que faltava dentro das favelas e dentro do movimento social era educação política, acrescentando que quem não tinha consciência política não sabia por que era excluído. Analisou que o Estado deveria criar políticas públicas porque a sociedade era assistenciada de educação, de segurança, de saúde, de habitação. Informou que Florianópolis possuía novecentos mil habitantes e 65 favelas. [Taquígrafa-Revisora: Jacqueline de O. V Bitencourt] Disse que poderiam aproveitar o ensejo para traçar um paralelo entre Pinheirinho, em São Paulo, e a situação de Biguaçu, Palhoça e São José, não se atendo apenas à Ilha e fazendo um debate mais amplo. Traçou um comparativo entre investimento e capital, afirmando que quem mais sofria com toda a desordem eram aqueles que mais investiam economicamente na sociedade, explicando que os pobres, as domésticas, os pedreiros, os carpinteiros e as prostitutas aplicavam todo seu dinheiro no mercado da própria cidade. Falou que, apesar disso, eles eram excluídos e jogados para a periferia sem qualquer tipo de assistência. Para exemplificar, citou o caso dos moradores da Via Expressa que foram levados para a Vila União, acrescentando que quando as pessoas foram realocadas ficavam apenas em suas casas, justificando que aquilo ocorreu porque não conheciam nada nas redondezas e não podiam trabalhar. Comentou também o caso dos moradores da Vila do Arvoredo, que após 21 anos de luta conseguiram um terreno de 23 mil metros quadrados, mas que acabaram descobrindo que se tratava de um terreno alagado da Casan e que, por tal motivo, a Caixa Econômica não iria construir lá, pois só o adensamento custava R\$ 3 milhões. Contou que, atualmente, estavam discutindo para a Vila do Siri o terreno de 47 mil metros quadrados que havia pertencido ao traficante

Paulinho da Matriz, morto havia alguns anos. Observou não acreditar em revolução armada, pois havia pessoas que mal podiam segurar uma arma, quanto mais dar um tiro em alguém, e acrescentou que deveriam trabalhar na consciência política das pessoas, independentemente do partido a seguir, explicando a elas quais eram os seus direitos. Frisou a necessidade de mudança e de debate político, avaliando que quem não debatia política era escravizado por ela. Citou o caso da comunidade do Papaquara, que foi dizimada pela enchente, complementando que, ao fim, a Prefeitura pagou R\$ 10 mil como indenização e R\$ 2,4 mil como aluguel. Avaliou que o aluguel social era o maior desarticulador do movimento social, porque quando as pessoas se acostumavam a ter o aluguel pago acabavam não voltando mais para a luta. Falou que se o caos estava instalado era hora de uma revolução, a ser feita através do conhecimento, explicando que ganhava quem se adequava ao sistema o mais rápido possível. Mencionou haver três situações: a dos que dominavam, a dos que debatiam e a dos que eram assistidos, acrescentando que deveria haver uma mescla entre quem debatia e de quem era assistido para derrubarem quem dominava. Lamentou que houvesse oito mil favelados na cidade e que na audiência estivessem presentes apenas quarenta pessoas, apesar de o debate ser importante para todos, e finalizou seu pronunciamento afirmando que estavam todos viciados no assistencialismo, que precisava ser quebrado. Em seguida, fez uso da palavra o **senhor Daniel Silveira Ramos, do Comitê Florianópolis em Solidariedade aos Moradores do Pinheirinho e em Defesa da Moradia**, que saudou os presentes e propôs como encaminhamento uma moção de solidariedade aos moradores do Pinheirinho que também expressasse algumas reivindicações ao Poder Público com relação à desapropriação do terreno do Pinheirinho em benefício dos moradores, à reconstrução das casas e à indenização das famílias, além de uma apuração dos responsáveis pelo massacre e sua consequente punição. Solicitou que tal moção fosse endereçada aos representantes dos três Poderes, da Prefeitura de São José dos Campos, do governo do Estado de São Paulo e do governo federal, e também propôs uma moção de repúdio e exigiu que fossem apurados os responsáveis na questão de São José. Contou a história do terreno do Pinheirinho, iniciando em 1969, com o assassinato dos irmãos alemães que tinham a propriedade do local, até chegar à década de 1980, quando passou às mãos do senhor Naji Nahas, responsável pela quebra da bolsa de valores em 1989. Falou que a especulação imobiliária estava por trás do inflacionamento dos terrenos e dos imóveis, fazendo com que as famílias de trabalhadores acabassem indo morar em áreas perigosas. Observou que o Pinheirinho não havia sido destruído somente pela especulação imobiliária, mas também pelo que representava, pois as famílias que lá moravam eram extremamente organizadas, dividindo-se em onze regiões, cada uma com sua coordenação local dentro do bairro e com uma coordenação geral, reunindo-se em assembleia todo sábado. Mencionou que até os dias atuais os remanescentes do Pinheirinho continuavam participando, aos sábados, de reuniões na cidade de São José dos Campos. Disse que no Pinheirinho havia trabalhadores negros, pobres, sem acesso à saúde, à educação e à política de moradia, e que aquelas pessoas acabaram construindo uma alternativa que não era admitida pela especulação imobiliária e pelo Poder Público, que defendiam o lucro e a exploração, acrescentando que aquele havia sido o motivo de terem destruído Pinheirinho. Convidou todos a participarem do Comitê do Pinheirinho, justificando que se fizeram o que fizeram com o Pinheirinho, um verdadeiro pólo do País, provavelmente fariam o mesmo com mais frequência se não houvesse uma resposta da comunidade. Mencionou, por fim, haver também uma campanha de solidariedade material em prol do Pinheirinho, com sindicatos dando cestas básicas, remédios ou dinheiro. Frisou que as pessoas haviam sido expulsas de suas casas, que haviam dado o aluguel social para elas no valor de R\$ 500,00, mas que imediatamente os aluguéis da cidade de São José dos Campos não valiam menos de R\$ 500,00. Despediu-se falando da necessidade de continuarem na luta, apoiando a discussão do Pinheirinho. Prosseguindo, o **senhor Lino Peres, professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo do Centro Tecnológico da UFSC**, cumprimentou todos e disse ser pesquisador da área de habitação, informando que sua tese de doutorado foi sobre a crise do padrão habitacional no Brasil. Citou o caso do Monte Cristo, em 1989, que teve uma ocupação organizada e articulada, momento em que conseguiram garantir a permanência das sete populações locais, tendo sido uma vitória do movimento popular organizado à época. Lembrou que se estava completando cem anos desde o Contestado e sugeriu uma homenagem ao centenário. Disse que o que o assistava na questão do Pinheirinho era que se estavam repetindo as repressões do governo militar, que na época também incendiava favelas por abrigarem os subversivos e a marginalidade, acrescentando que as obras da Copa, no Rio de Janeiro, já estavam fazendo com que as grandes construtoras passassem a expulsar os moradores locais nos mesmos modelos militares. Avaliou estar ocorrendo uma crise de poder, justificando que o Estado armado burguês tinha uma polícia atuante e mostrava que, mesmo conquistando o governo, não controlava o poder. Observou que muitos de seus companheiros estavam atualmente em gabinetes, nos governos, e que haviam saído do movimento, da luta, para irem para o campo da institucionalização dos direitos, onde relaxaram. Falou que haviam perdido a capacidade de resistência e de estarem atentos à luta diária, avisando que aquilo era um chamado aos militantes que relaxaram,

se acomodaram e se burocratizaram nos gabinetes. [*Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato.*] Falou que haviam perdido a capacidade de resistência e de estarem atentos à luta diária, avisando que aquilo era um chamado aos militantes que relaxaram, se acomodaram e se burocratizaram nos gabinetes, em Brasília e também na Alesc, e que a luta continuava acontecendo diariamente. Comentou que, como professor, há muitos anos estava na luta, no dia a dia, garantindo que as populações não fossem expulsas. Comentou também que chamou a atenção o fato de as populações nas universidades os chamarem porque estavam desesperadas, e recordou o que aconteceu com uma comunidade negra que estava há quarenta anos ao lado do campo do Avaí e foi ameaçada de ser expulsa na época pela Angela Amin, e com o Sinergia eles, juntamente com os estudantes, conseguiram garantir que a comunidade não fosse expulsa. Lembrou que aquilo aconteceu também em Angra dos Reis na comunidade em cima das dunas, contando que foi feito um mutirão com os estudantes para que eles não fossem expulsos, e disse que queriam expulsá-los, que fizeram abaixo-assinado, na época, juntamente com a senhora Angela Amin, porque a classe média local queria expulsar a população por preconceito de classe. Continuando, disse que na vila do Arvoredo aconteceu a mesma coisa, que tentaram levar a comunidade para a Vargem Grande e o senhor Dário arrepiou porque poderia perder a eleição, e com o abaixo-assinado ele recuou e não deslocou a população para o referido local. Depois tentaram levar a população para o Rio Vermelho e não conseguiram, e ela acabou ficando a, mais ou menos, três quilômetros de raio dentro dos Ingleses. Lembrou que alguém disse que atualmente ofereceram um terreno alagado para a comunidade. Destacou que atualmente a luta deles era para ficar no Rio Vermelho, ao lado do Marcondes de Matos, no Costão Golf, e disse não duvidar que seria feito novamente outro abaixo-assinado para tirar a comunidade de lá. Analisou que o atual regime capitalista não era somente o processo da desigualdade entre os trabalhadores, mas que aquilo já era uma questão do século XIX, lembrando que Engel dialogava com os anarquistas dizendo para eles não terem a ilusão que a habitação se resolveria no sistema capitalista clássico, onde os bens de produção e da terra eram de propriedade privada. Prosseguindo, refletiu que não era somente a desigualdade entre os trabalhadores, mas também o processo da segregação e da espoliação do trabalhador, que ele tinha que morar nas periferias longínquas, citando que existiam atualmente 171 favelas e que elas se espalhavam cada vez mais para fora, enquanto na Ilha aportava mais transatlântico de luxo. Analisou que a luta pela terra era a questão central nas reivindicações dos Sindicatos, que compareceram a reunião com o Pinheirinho, porque até então estavam há muito tempo lutando para fundar o fórum de habitação na Câmara de Habitação do fórum da Cidade. Contou que foram ao Sindicato pedir apoio e solidariedade ao Papaquara porque a população ficou invisível e havia sido expulsa e o pessoal achou que o problema havia ficado resolvido, no que ele afirmou que não, que o alagamento abrangia cem metros de distância e a população continuou pagando o aluguel caríssimo e ficou no local desassistida, e o Sindicato ao invés de pedir apoio ficou em silêncio. Prosseguindo, desejou que o comitê, através da luta do Pinheirinho, lutasse pela solidariedade e desse apoio aos invisíveis de Florianópolis, que estava bipartida em duas, que mais de 40% da população estava em situação de irregularidade. A seguir, sugeriu alguns encaminhamentos, sendo o primeiro que se realizasse um debate jurista, explicando que a OAB deveria ser chamada porque no local foi assaltada a função social da propriedade, lembrando que no artigo 183, da Carta Magna, registrava o reconhecimento da função social da propriedade, e reiterou que aquele ponto constitucional estava sendo atacado pelo Alckimin. Informou que o jurista Souto Maior, no *site*, explicava toda a farsa e o ataque que se fazia aos direitos humanos. Como segundo encaminhamento, solicitou ao Deputado Sargento Amauri que fosse feita uma apuração sobre o estupro de mulheres. Dessa forma, disse que a OAB e a Polícia Militar tinham que fazer várias ações combinadas para resolver imediatamente a situação do pessoal do Pinheirinho e lutar para reempossar as pessoas que perderam suas terras. Declarou que concordava com todas as propostas colocadas na audiência pública, porém, salientou que o Pinheirinho chamava a atenção porque apesar dos avanços dos direitos sociais que tiveram, com quatro movimentos populares, como, por exemplo, o Estatuto das Cidades, se repetiam práticas que se pensavam ultrapassadas. Em seguida, informou que a Ponta do Leal estava há mais de quarenta anos em cima de palafita e que eles conseguiram ocupar o terreno ao lado. Avaliou que a única maneira de eles terem o direito reconhecido da terra era através de uma ação jurídica direta. Quanto ao programa de regularização fundiária, que era o reconhecimento dos moradores nas suas terras, disse que desde os governos progressistas, nos anos 1980, com um governo que aparentemente lutava pelos direitos, se tinha avançado no Brasil, porém, existiam práticas que faziam uma regressão ao período militar. Encerrando sua fala, colocou a Universidade à disposição para fazer uma reflexão, juntamente com todos, como era feito há mais de vinte anos com os moradores. Retomando a palavra, a **senhora Presidenta** perguntou se a assembleia concordava em reduzir em um minuto a fala de cada orador, ao que todos aquiesceram, e, em seguida, passou a palavra para o **senhor Mauri Antônio da Silva**, que, de imediato, reafirmou que o exemplo ocorrido na comunidade do Pinheirinho mostrava a realidade do pensamento do Marcos, o qual recordou que no século dezoenove havia uma contradição na sociedade capitalista entre a

propriedade dos meios de produção e os direitos humanos fundamentais, citando o direito à moradia, à educação e à saúde, e quanto mais o capitalismo se desenvolvia mais ocorria a concentração dos meios de produção e o ataque aos direitos humanos fundamentais. Opinou que se deveria continuar defendendo uma perspectiva socialista dos direitos humanos, entendendo os direitos humanos fundamentais como um direito superior ao direito de propriedade. Contou que, considerando aquele direito, o governo de São Paulo, ao mandar a polícia executar a ordem judicial de reintegração, assim como o Poder Judiciário, infringiu os direitos humanos fundamentais internacionais, e, portanto, ambos deveriam ser denunciados à Corte Interamericana de Direitos Humanos por violação dos direitos humanos no Brasil. Prosseguindo, reafirmou o apoio à moção de repúdio ao ocorrido na cidade de São José e desejou que a audiência enviasse a moção ao Prefeito Djalma Berger e ao Comando da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina contra a repressão que ocorreu em São José, no dia 14 de março, quando os professores e demais categorias daquele Município decidiram entrar em greve a partir do dia 21 de março. Continuando, contou que os manifestantes, quando saíram em passeata em direção ao prédio da Prefeitura Municipal, foram violentamente agredidos pela polícia, sendo que dos três diretores presos um foi torturado. Reiterou que o fato ocorrido deveria ser apurado pelas autoridades e os responsáveis serem penalizados. Terminando, lembrou alguns encaminhamentos já propostos, destacando, entre eles, a continuidade das manifestações de solidariedade tornando público o caso e se ampliando a coleta de recursos financeiros e materiais com o objetivo de apoiar as famílias atingidas pela bárbara repressão ocorrida no Estado de São Paulo. Fazendo uso da palavra, o senhor **Antônio Duarte, assessor da Deputada Estadual Luciane Caminatti**, saudou todos em nome da Deputada Luciane, que estava no Oeste, e lembrou que em Abdon Batista também havia tido problemas de repressão. Sobre a questão de Pinheirinho, comentou que a decisão colocou a terra como propriedade individual do Naji Nahas. Porém, destacou que se fosse propriedade individual ele deveria pagar alguns milhões de dívidas de IPTU, e que aí foi colocado que ele não teve acesso à propriedade da terra. afirmou que ele era proprietário da terra ou não era, porque para expulsar as pessoas ele foi colocado como proprietário da terra, mas para cobrar o IPTU o governo não fazia nada. Por sua vez, o senhor Naji disse que não teve acesso a terra e que por isso o governo não poderia cobrar dele o IPTU. Em seguida, colocou que as pessoas achavam que a repressão estava longe e que no Estado de Santa Catarina, muitas vezes era colocado pela mídia como maravilhoso, havia repressão de vários órgãos do Estado, e não somente da Polícia Militar. Continuando, contou que em 2005 saiu um edital da Polícia Militar para comprar gás de pimenta e balas de borracha para o curso de direitos humanos da Polícia Militar, e analisou que aquilo foi, no mínimo, trágico. Quanto às várias decisões do Judiciário, destacou uma usada constantemente em Santa Catarina, que era o interdito proibitório, que, segundo seu ponto de vista, era uma excrescência no mundo jurídico, explicando que era usado para afastar pessoas que corriam perigo de vida ou físico por agressão de outrem, e que no Estado de Santa Catarina era usado para os movimentos sociais. Recordou que o Marcelo foi vítima do Passe Livre, e antes do movimento iniciar disseram que ele não poderia estar na rua porque havia uma ordem de prisão contra ele. Continuando, disse que o pessoal do Sintrasm, em 2007, também teve o interdito proibitório. Em seguida, salientou que todo aquele processo não era somente em São Paulo e mencionou o caso de expulsão de terra no Mabe e num terreno em Imbituba, dizendo que os casos eram cotidianos e estavam bem próximos de todos. Concluindo, avaliou que em combate àquela repressão não existia órgão de defesa para eles se socorrerem, a não ser um, dois ou três bravos Deputados da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, já que no Estado até o momento atual não existia um órgão de Defensoria Pública. Por fim, destacou que existia a defensoria dativa da OAB, que fazia alguns tipos de ações individuais, porém, não encaminhava para orientação jurídica nem para ações coletivas. Ato contínuo, fez uso da palavra o **acadêmico Diogo Leal Pauletto**, que se apresentou dizendo que estudava História da UFSC e fazia parte da Anel, Assembleia Nacional dos Estudantes Livres. Contou que esteve em São José dos Campos, no final de fevereiro, e pôde ver um pouco da tragédia que acometeu os moradores do Pinheirinho e que o fato foi realmente triste. Porém, disse que observou que eles estavam se organizando, fazendo assembleias semanais e lutando para conseguirem de volta sua terra e suas casas, e comentou que aquilo o marcou bastante, mais até do que a situação do que eles se encontravam. Destacou que a luta daquela comunidade era para punição ao alto comando da Polícia, à Juíza Márcia Loureiro, que foi quem legitimou a ordem da polícia, ao Prefeito Eduardo Cury, de São José dos Campos, e ao Governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckimin. Disse acreditar que a luta e a vitória não eram somente deles, mas que todos os ativistas dos movimentos sociais, do movimento sindical, do movimento popular e estudantil deveriam estar juntos na luta, porque a vitória deles era uma vitória da classe trabalhadora, era dos demais Pinheirinhos que havia pelo Brasil e também das comunidades de Florianópolis e de Santa Catarina. Ante o exposto, informou que a Anel estava organizando em todo o País uma campanha de solidariedade chamada Somos Todos Pinheirinhos, cuja programação envolvia vários debates, atos e atividades por todo o Brasil em escolas e

universidades. Contou que naquela tarde ocorreu um debate sobre Pinheirinho e reforma urbana na Universidade Federal de Santa Catarina. Informou que será realizada uma assembleia nacional da sua entidade, que, a seu ver, era o maior fórum depois do congresso, em São José dos Campos, com o objetivo de prestar solidariedade aos moradores através de um ato que será realizado naquela localidade e que debaterá com os estudantes do País sobre o ocorrido no Pinheirinho, também sobre a moradia e criminalização dos movimentos sociais. Reiterou o convite às entidades e aos ativistas para participarem daquele comitê para darem continuidade à luta do Pinheirinho e à moradia no Estado de Santa Catarina. Prosseguindo, prestou solidariedade aos companheiros e companheiras de São José que estiveram protestando pelos seus direitos e foram duramente reprimidos, e lembrou que era visto um aumento da repressão em todo o lugar. Analisou que a reação que os governantes tinham com os trabalhadores e com os movimentos sociais, que lutavam pelos seus direitos, era de repressão e de polícia, que os trabalhadores eram tratados como criminosos ao invés de os governantes se preocuparem em resolver os problemas sociais. Por fim, reiterou o seu apelo para que todos continuassem na luta e informou que em Florianópolis havia o comitê de solidariedade ao Pinheirinho em defesa da moradia. Retomando a palavra, a **senhora Presidenta** informou que por motivos particulares teria que se ausentar da audiência pública e passou a presidência dos trabalhadores ao **Deputado Estadual Sargento Amauri Soares**, que, de imediato, passou a palavra ao **senhor Glauco Marques**, que inicialmente levantou duas questões de como os movimentos sociais eram tratados em nosso País. Primeiramente, analisou que aquela forma tinha tudo a ver com a doutrina que orientava a formação dos militares nas academias militares das Forças Armadas, seja do Exército, da Aeronáutica e da Marinha, e por decorrência das academias militares estaduais, porque na sua essência aquela doutrina não foi alterada nos seus fundamentos, ideológico ou programático, do que era praticado no período da Ditadura no Brasil. Como segundo ponto, falou que após o final da ditadura militar as Forças Armadas, e por decorrência também de forma semelhante as PMs eram forças auxiliares, tinham um *status* de poder de fato e não de direito dentro da República Federativa, observando que aquela era a forma como os executivos tratavam os movimentos sociais. Comentou que aquela forma era muito utilizada pelos poderes executivos quando queriam trazer problemas para solucionar questões sociais, quando eles colocavam o militar para dialogar. Falou que, de certa forma, aquela contradição estava expressa na composição da mesa da audiência, explicando que ao invés de eles terem um representante da Secretaria de Justiça, da Secretaria de Estado, do Ministério da Justiça ou da reforma agrária para discutirem sobre uma questão social do Pinheirinho, estava na mesa um representante da Polícia Militar. Salientou que aquilo era uma distorção e que eles precisavam tomar cuidado para não negociarem com a Polícia Militar, mas, sim, com um poder que resolvesse a situação. E, concluindo, chamou a atenção que as autoridades usavam os militares como se fosse um anteparo para, inclusive, trazerem mais dificuldades para as negociações. [Taquígrafa-Revisora: Ana Rita M. de Souza.] O **senhor Presidente, Deputado Estadual Sargento Amauri Soares**, concedeu a palavra **senhora Elenira Vilela, professora da UFSC**, que, após cumprimentar todos os presentes e os telespectadores, concordou com a manifestação do Major de que o Judiciário brasileiro também tinha que ser discutido e que, na opinião dela, no Brasil não existia Poder mais podre, mais vendido e ilegal, entre os Três Poderes, do que o Judiciário e também alegou que ele era irresponsável. A seguir, lembrou o fato ocorrido com a Ministra Helena Calmo que foi massacrada ao tentar fazer o mínimo de controle social sobre os juízes deste país, dentro de uma suposta democracia no Estado de direito. Comentou que assistiu ao filme Código de Honra e questionou o Major se um policial, que ao receber uma ordem para massacrar o povo não deveria ter dignidade e conhecer o Código Penal para dizer que não iria cumprir a ordem, e acrescentou que ordens eram dadas e que as pessoas podiam ou não cumprir. Contou que, segundo relatório da ONU, torturas continuavam ocorrendo nas cadeias brasileiras e que não conseguiam combater porque os torturados eram negros, pobres e prostitutas e era preciso combater urgentemente aquela prática. Isso posto, acrescentou que a repressão política também acontecia e contou um fato ocorrido com o companheiro dela, senhor Marcelo, que sofreu interdito proibitório, esclarecendo que ele assessorava o Sintraturb e que, ao fazerem uma greve, alguém mandou começar uma briga para prender militantes do Sintraturb e que eles foram presos e maltratados pela polícia. Quanto à Constituição, disse que o princípio importante era o da dignidade humana, e que na prática aquilo não ocorria porque o mais importante era o da propriedade privada e do capital e que Pinheirinho era uma prova daquilo. Disse que a política do governo estadual era higienista e explicou que o fechamento das escolas públicas Celso Ramos e Henrique Stodiek, era para tirar os pobres de circulação, porque os estudantes eram moradores do morro do Maciço, e para favorecer a especulação imobiliária devido à valorização da área. Informou que o *campus* do Instituto Federal de Santa Catarina, em São José, onde trabalhava, estava sendo atacado pelo senhor Djalma Berger que queria passar uma rua na frente do prédio do Instituto para valorizar a obra a fim de agradar alguém, mas que apesar de muitos esforços para falar com aquele Prefeito, ele não recebeu ninguém para discutir o assunto. Reiterou que o princípio da propriedade privada estava acima do princípio da dignidade

humana e ressaltou que o Pinheirinho era como a Ponta do Leal e a Ponta do Coral. A seguir, o **Major Hofmann** respondeu ao senhor Thiago Duarte que sempre que uma pessoa sofria qualquer tipo de violência, fosse física ou psicológica, causava traumas e indignação, e que o caso era recente e entendia a sua dor em relação à atuação da Polícia Militar. Disse ainda que se havia sido feita apreensão indevida de documentos e de veículo pelo batalhão em todos os aspectos que envolveram aquele movimento, conforme todos assistiram no vídeo, e que tudo seria apurado no inquérito Policial Militar e que iria para o Ministério Público. Em relação às filmagens e às fotografias feitas pelos policiais, disse que aquilo era um movimento mundial e que as filmagens e as fotografias serviriam para provas, para apreciação judicial para o Juiz poder dar a sentença com tranquilidade e isonomia. Dirigindo-se ao senhor Gão, disse que gostou da fala dele com relação à falta de consciência política. Comentou que, no futebol, o Brasil era o quinto colocado no *ranking* da Fifa e que na educação, que deveria ser o primeiro, era o octogésimo quinto. Observou que a consciência política estava ligada à educação e que se as crianças e os jovens fossem educados haveria consciência política para mudar a situação. Quanto à questão das balas de borracha e do gás pimenta, disse que não era absurdo porque para as Nações Unidas os encarregados pela aplicação da lei tinham que ter treinamento específico para a utilização daquelas armas, tendo em vista que numa perturbação da ordem não se poderia usar o bastão e a arma de fogo e, sim, as armas não letais, de uso restrito. Informou ainda que o curso havia sido realizado com o Ministério da Justiça, com o Comitê Internacional da Cruz Vermelha e com as Organizações Policiais da Inglaterra. Dirigindo-se à professora Lenira, respondeu que era óbvio que ordem ilegal não poderia ser cumprida, mas que tinha sido cometido um delito e o policial poderia dizer que ele estava preso em flagrante, mas sempre dentro da técnica. Em relação à ordem judicial, disse que em alguns casos ela deveria ser questionada e que a polícia tinha que evitar ao máximo às ações que envolvessem risco à integridade física e à vida das pessoas. Explicou que nos casos de desocupação o problema se tornava grave porque haviam crianças vulneráveis, bem como idosos e mulheres. Reafirmou que, às vezes, a responsabilidade pelos abusos e pelos excessos cabia ao Estado e também ao funcionário que havia errado. Agradeceu a oportunidade da fala e colocou a Polícia Militar à disposição de todos para maiores esclarecimentos. Retomando a palavra o **senhor Presidente, Sargento Amauri Soares**, usando os três minutos de sua inscrição, disse que quanto à fala do senhor Glauco, teceu alguns comentários, para a reflexão dos presentes, de que muita gente gostava de dar o tapa e esconder as mãos nas diversas esferas do governo, e disse que o Comandante tinha lido naquela audiência a ordem que tratava daquela questão, complementando que, mesmo que os policiais tivessem agido individualmente, a responsabilidade era do Comandante do batalhão e que viu no vídeo uma sequência de erros, principalmente porque não estavam lidando com bandidos, tanto do campo popular quanto do campo da técnica policial e que estava constangido na condição de integrante da Polícia Militar. Disse que com relação à Aprasc, nos momentos agudos de luta, faziam notas de apoio defendendo uma posição, às vezes criticadas pelos próprios policiais, e estavam conversando com os comandantes gerais sobre aquela questão. Prosseguindo, falou sobre o episódio do movimento dos professores que ficaram trancados no Centrosul, e que por causa de uma atitude impensada de um acabou acontecendo uma série de erros e disse que ali, naquele episódio, a responsabilidade era de muita gente. Ainda fez duas observações, que julgava pertinente, uma de que se houvesse alguma ilusão no neodesenvolvimentismo dos anos atuais o Brasil só iria crescer realmente com políticas sociais fortes, construindo o socialismo que todos queriam; e segundo, que todos os trabalhadores pagavam imposto sindical. Observou que infelizmente não tinha mais nenhum sindicalista naquele local, porque ele defenderia uma estrutura sindical oficial na defesa do trabalhador. Disse que respeitava a posição de cada um, e contou que há dois anos, quando falou em um debate no plenário, quase apanhou quando disse que estava muito fácil ser representante sindical, sem que a categoria soubesse. Encerrou dizendo que aquelas eram as ponderações que queria fazer. Na sequência, concedeu a palavra à **senhora Joaquina de Oliveira Johnson**, que agradeceu a ele e aos Deputados por terem garantido a audiência pública. Comunicou que a iniciativa tinha partido do comitê e que todos achavam importante registrar institucionalmente na Assembleia Legislativa sobre a Criminalização dos Movimentos. Em relação a Pinheirinho, em São Paulo, disse que naquele momento havia cinco mil pessoas desabrigoadas, que estavam fora de sua terra, que pagavam IPTU e que já havia o embargo de desapropriação desde 2005. [Taquígrafa-Revisora: Dulce Maria da Costa.] Observou que existiam vários Pinheirinhos e que era preciso a união de todos, porque enquanto os vários Pinheirinhos não tomassem para si o poder político e o poder econômico no País não iriam ter nada. Prosseguindo, concordou com as colocações feitas de que o capitalismo não se iria resolver o problema da moradia, da educação, e que o da reforma agrária era possível de se resolver, tendo em vista que países capitalistas resolveram aquele problema. Acrescentou que o governo federal, embora tivesse Bolsa Família, Bolsa Gestante e muitos outros programas, não tinha como prioridade a habitação. Comentou que o governo cortou verbas do orçamento para a educação, para a Lei Maria da Penha e que eram cortes e mais cortes no social e que o governo tinha compromisso com a classe

trabalhadora e com os miseráveis, e que para atender as suas necessidades tinha que ter fundo social. Ironizou sobre o valor do piso salarial, que havia sido comentado na *Internet* que dava para comprar uma mochila, de R\$ 1.451,00. Frisou que a sociedade que defendiam, e que todos os que estavam com acento à mesa defendiam, era socialista. Com relação à questão da polícia, disse que tinha um vídeo gravado que seria transmitido pela TVAL e que a população poderia assistir. Observou que não tinha nada pessoal nas suas palavras, mas que não acreditava que iria ter investigação a fundo com relação ao que fizeram com o senhor Valmor, e que investigação a fundo a polícia só fazia quando envolvia empresário. Comentou sobre o que sofreram os companheiros da Aprasc nos últimos dois períodos. Ressaltou que o Major tinha que ser o porta-voz das apurações sobre o que fizeram com o senhor Valmor, como compromisso assumido na audiência pública. Observou que eles defendiam os policiais como trabalhadores, e que deveriam ser sindicalizados, tanto os policiais militares quanto os civis. Acrescentou que defendiam também a desmilitarização e que estavam ao lado deles em todas as greves, fosse dos policiais militares ou civis. Agradeceu a oportunidade da fala e lembrou aos presentes que os convites para a audiência pública eram encaminhados para todas as autoridades. Na sequência, fez uso da palavra o **professor Lino Perez**, que lembrou ao Major que na repressão de dados, anos atrás, nos Estados Unidos, a polícia empregou arma química no Vietnã, em pleno Século XX, no Primeiro Mundo. Dirigindo-se à senhora Joaquina, esclareceu que era uma questão de nível de análise e que ele falava em nível estrutural. Registrou que há anos estava lutando para implantar o FNHS, Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, e que vários direitos foram incorporados pelo governo federal como política de Estado, no âmbito do movimento popular, e que era um dos que lutava há mais de trinta anos naquele sentido. Observou que no sistema capitalista tinham que avançar mais. Registrou que era trotskista e que se orgulhava de ser, e que, em sua opinião, a grande questão de Trotski foi que a luta era no curto prazo, que era diária e que não havia nenhuma contradição naquilo. Argumentou que o governo atual havia respondido sobre a democratização do País, e que tinha limite estrutural para avançar. Reforçou o fato de que era uma luta diária e constante para conseguir as migalhas que a oligarquia nacional concedia aos trabalhadores. Lembrou outro evento sobre criminalização, que na época foi sobre o passe-livre, e questionou os Deputados sobre o resultado dos encaminhamentos feitos naquela ocasião. Sugeriu que fosse feito um levantamento para ver o que avançou de lá para cá. Disse que era importante denunciar e acompanhar o resultado das investigações e que não sabia se o Tribunal Militar era aberto, mas que tinha que ficar em cima para ver como ficaria a situação do senhor Valmor. Observou que estava chocado com a situação do Pinheirinho porque eram milhares de pessoas cercadas por dois mil militares e teceu alguns comentários sobre a repressão militar que era feita contra os movimentos sociais. Questionou ainda sobre o critério de distribuição militar. Ressaltou que o episódio da comunidade do Pinheirinho o havia assustado e que deveria ser colocado pedagogicamente para a conscientização de outras pessoas, inclusive na faculdade de Direito, com os juristas, para avançar sobre o assunto. Referindo-se ao ponto levantado pelo senhor Toninho, disse que o pessoal da esquerda, os movimentos populares, careciam de advogados para lutar por suas causas, e citou como exemplo a Defensoria Pública, que era o único Estado do Brasil que não tinha Defensoria e que a OAB vinha sempre com a mesma ladainha. Neste momento, houve conversas paralelas com a plenária, para as quais respondeu que de uma vez por todas a Defensoria deveria ser instalada no Estado e que era papel dos Deputados lutar para que fosse instalada. Frisou que ninguém tinha dinheiro para pagar advogados permanentemente para defender as reivindicações sindicais e populares independentes. A seguir, deixou como encaminhamento a criação de um órgão permanente e sugeriu que a questão do Pinheirinho fosse permanente, através do comitê. Reiterou a sugestão de verificar quais os avanços serão tomados em relação aos encaminhamentos da audiência sobre criminalização. Na sequência, fez uso da palavra o **senhor João Luiz de Oliveira, o Gão**, que disse que a sua fala seria a respeito da causa e do efeito e que como a causa já estava sendo debatida há tempo, e que todos sabiam o que estava acontecendo, ele falaria sobre o efeito. Traçou um paralelo entre as áreas que não podiam ser ocupadas e que os pobres estavam invadindo e a orla de Florianópolis que estava sendo invadida por grandes empresários, com grandes construções. Observou que as coberturas na Beira-Mar eram vendidas por R\$ 5 milhões e que, se de cada uma fosse tirado R\$ 1 milhão para o Fundo de Habitação do Município, que não tem dinheiro, resolveria o problema de habitação. Acrescentou que aquele assunto havia sido discutido há poucos dias. Disse que o movimento social era desorganizado, porém era muito forte e historiou sobre alguns fatos ocorridos com pessoas do movimento social. Criticou o tempo que era dado para o debate das ocupações, dando como exemplo o Pinheirinho, que o tempo deve ter sido de mais ou menos três meses e que quando chegou a ação de desocupação, em dois dias criaram o terror e tudo aconteceu. Expressou sua tristeza em ver que uma audiência tão importante estivesse praticamente vazia e que aquilo era horrível para o movimento social porque eles tinham que debater e lutar. Teceu alguns comentários sobre a sua luta na comunidade da Ponta do Leal que, a cada 31 dias eram feitas 25 reuniões, e que era uma loucura porque todo mundo queria aprender. Comentou que ninguém acreditava que eles iriam conseguir

aquele terreno da Casan, na área mais nobre do balneário, e que a votação estava indo para a Câmara de Vereadores e estavam ganhando o terreno, depois de muita luta. Observou que eles entendiam como se dava a luta habitacional e que na opinião dele tinha que ter um corpo de ação e um corpo político, caso contrário, a coisa ficava desvinculada. Observou que as leis e os debates eram feitos dentro de quatro paredes. Comentou que atualmente tinham os Deputados Estaduais, Ângela Albino, Luciane Carminatti, Sargento Mauri Soares e o Padre Pedro Baldissera e questionou sobre os demais. Ressaltou a importância do voto e o quanto era importante pesar bem na hora de votar, para depois cobrar. Continuando, chamou a atenção para o que estava acontecendo com a educação, bem como com a saúde que estava sendo privatizada, e observou que aquela situação era comandada pela política e que quem elegia os políticos era o povo. Falou da necessidade da população ter consciência política sobre a realidade da situação para não servirem mais de massa de manobra. Lembrou que na discussão sobre o Plano Municipal de Habitação tinha dezenove pessoas naquele local e que no Estreito, onde tinha a maior concentração de favelas, havia 78 pessoas. Contou que eles tomaram as rédeas do Plano Diretor do Continente e iriam começar a debater. Enfatizou a necessidade de o povo se unir para estudar e entender como funcionavam as leis, para saber o que queria, porque o embate era feito na rua, mas resolvido na política. Observou que todos eram escravos de uma mesma situação e que a realidade do ser humano ninguém debatia. Convidou todos para o debate na parte continental de Florianópolis, quando discutiriam sobre moradia e enfatizou que eles tinham conhecimento de causa porque eram moradores de favela. Ressaltou que o povo só iria reclamar os seus direitos quando tivesse consciência de quais eram esses direitos. Observou que o rico não queria direito, queria privilégios e o que era direito do pobre virava obrigação e assistencialismo. Disse que a minoria rica era quem esmagava a grande maioria pobre e que a proposta era a de se fazer a revolução dentro das favelas através do estudo da política. Agradeceu a oportunidade da fala. Retomando a palavra, o **Senhor Presidente, Deputado Estadual Sargento Mauri Soares**, registrou a justificativa de ausência do Ministério Público. A seguir, agradeceu a participação de todos e passou a elencar os encaminhamentos tirados da audiência, quais sejam: moção de repúdio em relação à repressão ocorrida na comunidade do Pinheirinho, a ser encaminhada às autoridades competentes; proposta de moção de repúdio, de autoria do senhor Mauri Antônio da Silva, a ser encaminhada ao Prefeito de São José e ao Comando da Polícia Militar de São José, sobre a violência policial contra os servidores municipais em greve no dia 15 de março; proposta do professor Lino Perez de fazer levantamentos sobre os encaminhamentos feitos em audiências anteriores sobre o mesmo assunto para ver quais providências já foram tomadas; informar a Comissão sobre os resultados das apurações do incidente ocorridos em São José. Quanto à audiência com o Comando-geral, informou que estava esperando posição do sindicato naquele sentido. Após algumas conversas paralelas, o Presidente perguntou se teria mais alguma coisa e a **senhora Joaquina de Oliveira Johnson**, pediu para fazer um adendo ao seu encaminhamento, no sentido que ficasse registrado em ata o compromisso do Major. Em seguida, o **Major Hofman** respondeu que os fatos iriam ser apurados e que ela poderia ficar tranquila. Acrescentou que a sua preocupação era pertinente e explicou que, após a investigação, o inquérito iria para o Ministério Público e que, se aquele Ministério entendesse que o processo havia sido mal conduzido, ele mandaria de volta para novas diligências e pediria a responsabilidade de quem dolosamente não apurasse ou acobertasse a situação. Esclareceu que no inquérito, tanto no civil quanto no militar, a polícia não tem o poder legal de arquivar o processo; que aquele poder era exercido pela Justiça, pelo Ministério Público e pelo Juiz. Na sequência, o **senhor Presidente, Deputado Estadual Sargento Amauri Soares**, disse que em relação à Defensoria havia uma decisão de que tinha que ter e que Santa Catarina estava proibida de continuar com a defensoria dativa e que ainda cabia recurso. A seguir, o **professor Lino Perez** informou que havia começado na universidade o debate sobre a mudança no Código Florestal, e que na quarta-feira, dia 21 de março, teria outro debate na Arquitetura e no dia 23 de março, um ato, às 17 horas, na Ponta do Coral com show e grupos musicais, para sensibilizar a população quanto à defesa pública da área da Ponta do Coral, do Lessa e da Ponta do Goulart, tendo em vista a importância de transformar em lei aquela área como sendo área cultural e evitar a construção de um espigão de 20 andares, cujo processo de desapropriação foi irregular. O **senhor Presidente, Deputado Estadual Sargento Amauri Soares**, agradeceu a presença de todos e parabenizou mais uma vez o Comitê de Defesa da Comunidade do Pinheirinho pela iniciativa de provocar a Comissão de Legislação Participativa para a realização daquela audiência pública. Agradeceu também aos servidores da Casa por terem acompanhado a audiência e informou que em alguns dias a ata estaria pronta à disposição dos interessados. Nada mais havendo a tratar, encerrou a presente audiência pública. [Taquígrafa-Revisora: Almerinda Lemos Thomé.]

**Deputada Estadual Ângela Albino**  
**Presidente da Comissão de Legislação Participativa**

\*\*\* X X X \*\*\*

**ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PROMOVIDA PELA COMISSÃO DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇOS PÚBLICOS DA ALESC PARA DEBATER A QUALIDADE DO SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL EM SANTA CATARINA, REALIZADA NO DIA 21 DE MAIO DE 2012, ÀS 18H, NA CÂMARA DE VEREADORES DE BLUMENAU**

Em 21 de maio de 2012, às 18h, no Plenário da Câmara de Vereadores de Blumenau, realizou-se audiência pública da Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos da Alesc para debater a qualidade do serviço de telefonia móvel em Santa Catarina. Presidindo a audiência, a **Deputada Estadual Ângela Albino** abriu os trabalhos cumprimentando os presentes e convidando para fazer parte da mesa a Deputada Estadual Ana Paula Lima, requerente da audiência pública; o Vereador Vânio Francisco Salm, representando a Câmara de Vereadores de Blumenau; o senhor Gonzalo Charlier Pereira, diretor de Relações Institucionais da Oi Santa Catarina; o senhor Daniel Encarnação, diretor de Relações Institucionais da Vivo/região Sul; a senhora Fabiana Torres Machado, gerente jurídica da Claro/região Sul; o senhor André Gustavo Rosa, gerente executivo de Relações Institucionais da TIM Brasil; o senhor André Indalêncio, Promotor de Justiça, representando o senhor Lio Marcos Marin, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina; o senhor Daniel Reginatto, conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil do Município de Blumenau; e a senhora Elizabeth Fernandes, diretora do Procon estadual. Após a composição da mesa, propôs como dinâmica da reunião que inicialmente fosse ouvida a Deputada requerente, depois um membro da mesa e a plenária e ao final as operadoras, a cujos representantes agradeceu a presença, lamentando a ausência de representação da Anatel. Dito isso, passou a palavra à **Deputada Estadual Ana Paula Lima**, que agradeceu a presença de todos e disse que o Parlamento catarinense havia convocado a audiência pública em Blumenau com a intenção de ouvir autoridades e comunidade no sentido de exigir soluções para os graves problemas da telefonia móvel na região. Comentou o acúmulo de milhares de reclamações nas mesas dos Procons e as indagações nos juizados especiais, sem resposta nem solução, sobre as causas da precariedade do serviço que vinha sendo prestado. Registrou que, segundo dados da Anatel, havia 247 milhões de linhas de celulares ativas no Brasil, das quais 7 milhões em Santa Catarina, e que somente no ano de 2011 o Procon estadual registrara mais de três mil reclamações referentes ao serviço, pormenorizando que as empresas do setor ocupavam o segundo lugar no ranking de reclamações, atrás apenas das instituições financeiras e avaliando ser preciso exigir investimentos imediatos para a melhoria das áreas de cobertura, estabelecer prazos para as ampliações do sistema e cobrar por uma vigilância eficaz dos órgãos de fiscalização. afirmou que a estrutura da Anatel no Estado era precária por haver apenas uma unidade operacional e doze fiscais para atuar em todos os Municípios e comentou que em muitas regiões ou não havia área de cobertura ou o sinal era fraco, além de os serviços de internet serem precários, salientando que aquilo atrapalhava o desenvolvimento de empresas que necessitavam de conexão em tempo real e integral. Destacando a importância econômica da região, disse ser inadmissível alguns bairros não terem cobertura de telefonia e internet em cem por cento numa época em que a inserção digital era um direito para o pleno exercício da cidadania. Complementando, disse que especialmente em Blumenau milhares de cidadãos que residiam nos bairros da Velha, Progresso, Vila Itoupava, Nova Rússia e Grande Garcia estavam excluídos daqueles serviços e, automaticamente, privados de seus direitos à cidadania, o mesmo se repetindo em Indaial, Gaspar, Pomerode, Luiz Alves e região da Foz do Rio Itajaí-Açu. Declarou que discordava da lógica de somente investir-se em áreas de fácil lucro e deixar milhares de cidadãos sem acesso ao serviço, lembrando que o Brasil tinha um dos mais altos custos do mundo em relação aos serviços cobrados pela telefonia. afirmou que a Anatel e as operadoras deveriam apresentar para as autoridades catarinenses um relatório detalhado sobre as providências adotadas para solucionar as reclamações de milhares de usuários, salientando que a partir da presente audiência pública o Parlamento catarinense poderia cobrar da Anatel se há exigências dela em relação às operadoras, se há medidas promovidas para combater o problema e se há sanções pelo descumprimento dos contratos, observando que numa audiência pública ocorrida na cidade de Florianópolis fora exigida a suspensão da venda de linhas até que fosse regularizado o sinal para todos os que já haviam adquirido o serviço. Voltando às queixas por parte da população, citou a falta de cobertura, as ofertas enganosas, a demora na resolução do problema e a falta de transparência na contratação de pacotes de serviço. Contou que todos os dias recebia em seu gabinete milhares de reclamações de consumidores por causa da telefonia, motivo pelo qual estavam sendo realizadas diversas reuniões em bairros de Blumenau, comentando ser a telefonia um microuniverso na rotina dos Procons no Brasil afóra, posto que as operadoras ignoravam a lei, cobravam por serviços não contratados, forneciam conexão menor que a prometida. Disse que a qualidade da telefonia em Santa Catarina deveria ser debatida com profundidade em todas as regiões para que se pudesse exigir, em parceria com os

órgãos de fiscalização, como Procon, OAB e Ministério Público, soluções imediatas, até porque o problema não era somente na região. Retomando a palavra, a **senhora Presidente, Deputada Estadual Angela Albino**, comunicou a chegada ao plenário do senhor Estevão Hobold, gerente da Anatel no Estado de Santa Catarina, e convidou-o para fazer parte da mesa. Antes de dar sequência às falas, registrou a presença do Vereador Vanderlei Paulo de Oliveira, do Município de Blumenau; do senhor Jorge Luiz Strehl, vice-presidente regional da Fiesc do Vale do Itajaí; do senhor Cesar Antonio Negri, representando o senhor Sérgio Almir dos Santos, Prefeito de Indaial; da senhora Vera Lúcia Castellani, diretora executiva da Federação das Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina (Famesc); do senhor Emílio Seixas, presidente do Sindicato dos Empregados de Empresas Prestadoras de Serviço, Asseio e Conservação de Blumenau e Região; do senhor Sigberto Tiedt, presidente da Associação de Homens de Negócio e diretor do Sindicato de Representantes Comerciais do Município de Blumenau; e do senhor Rodrigo Eduardo Estevão, assessor de Orientação ao Consumidor, do Procon de Blumenau, momento em que disse que o dia inteiro havia tentado se comunicar com aquele órgão tanto via telefone quanto via internet e não tinha conseguido, por isso deixava aquela queixa, que deveria ser justificada na hora da fala do seu representante. [*Taquígrafa-Revisora: Dulcinéia Maria Goulart.*] Prosseguindo, registrou ainda a presença do senhor Paulo Roberto Santos, presidente do Sindicato dos Representantes Comerciais de Blumenau e Região; do senhor Adriano Pereira, presidente da Associação de Moradores da Rua Franz Müller e diretor do Sindicato dos Músicos de Blumenau; do senhor Sérgio Wruck, diretor social do Sindicato dos Representantes Comerciais de Blumenau; do senhor Ivo Rene Westphal, diretor do Grupo Liberdade, do Município de Blumenau; do senhor Luiz Juvenal Leite, presidente da ONG Nova Rússia Preservada; do senhor Natalino Bonacolsi, presidente do PT do Município de Rodeio; do senhor Márcio Lueders, presidente do PCdoB de Blumenau; do senhor Valcir Ferrari, Vereador do Município de Rodeio; do senhor Celso Marloch, presidente do Conselho de Segurança do Bairro Garcia; do senhor Lenilso Luís da Silva, presidente do Movimento de Consciência Negra de Blumenau Cisne Negro; do senhor Lucas Eduardo da Silva, presidente da União Blumenauense dos Estudantes; e do senhor Hartwig Persuhn, Prefeito do Município de Doutor Pedrinho. Após os registros, agradeceu ao pessoal de apoio da TV da Câmara de Blumenau e passou a palavra ao **Vereador Vânio Rodrigues, da Câmara Municipal de Blumenau**, que cumprimentou todos, especialmente as Deputadas Estaduais Ana Paula Lima e Angela Albino por oportunizar o debate sobre as questões da telefonia móvel em Blumenau. Reiterou que a população de Blumenau vem sofrendo com a ineficiência da telefonia móvel e considerou tal fato inconcebível tendo em vista os avanços tecnológicos empregados naquele ramo, afirmando ser preciso encontrar possíveis soluções para o problema e informando que já foram encaminhados pelos Vereadores de Blumenau muitos requerimentos, indicações e abaixo-assinados com o objetivo de obter uma resposta para tal ineficácia. Perguntou aos representantes das empresas presentes qual o fator inviabilizador do acesso ao serviço pelas comunidades situadas nos bairros mencionados pela Deputada Ana Paula Lima e em todo o Município e pediu em nome de todos os Vereadores que os representantes das empresas de telefonia apresentassem uma solução para aquelas pessoas que precisavam utilizar tal serviço. Disse esperar que as empresas responsáveis pelo serviço de telefonia, representadas naquela audiência pública, fossem eficazes e sensíveis na busca de soluções, observando que são pagas taxas elevadas por aquele serviço precário na comunidade. Finalizando, sugeriu que a população pudesse ser ouvida e que também pudesse ouvir o que vem cobrando dos Vereadores e dos Deputados que representam o Município. A seguir, usou da palavra o **senhor Paulo Roberto Santos, presidente do Sindicato dos Representantes Comerciais de Blumenau e Região e conselheiro do Conselho Regional dos Representantes Comerciais**, que cumprimentou todos os presentes e registrou que representa 45 mil representantes comerciais distribuídos não só em Santa Catarina, mas em toda a região Sul. Indagando o que efetivamente a Assembleia Legislativa poderia fazer como poder fiscalizador e a Anatel como operadora, disse que a telefonia fora privatizada para melhorar os serviços e fora virada do avesso, salientando que as empresas de telefonia não se importavam com os clientes. Contou que se cansara da TIM e que ao reclamar dela no Procon eles informaram que a operadora que menos incomodava era a TIM, mas havia migrado para a Vivo e agora estava voltando para a TIM, lembrando que as pessoas ficavam migrando de uma operadora para a outra e depois uma operadora comprava a outra e ninguém se responsabilizava pelos problemas. Afirmou que os problemas não estavam acontecendo só em Blumenau, que em todo o Brasil os problemas eram os mesmos, e indagou o que os Deputados Estaduais poderiam fazer a respeito, considerando que a Anatel era um órgão federal. Dirigindo-se aos fornecedores da telefonia celular, perguntou quando iria acabar a "brincadeira" de deixar um cliente para o outro e quando os clientes iriam ser respeitados, comentando que para eles

era um grande negócio e que estavam competindo para ver quem teria o maior número de usuários. Disse que como vendedor buscava a fidelização do seu cliente, que eles da telefonia não faziam isso, pois faziam contratos malfeitos, e que como a Anatel e os Deputados não fiscalizavam, para eles restava fazer uma audiência pública. Na sequência, falou a **senhora Elizabete Fernandes, diretora do Procon estadual**, que cumprimentou todos os presentes e disse que depois de muita luta dos órgãos de defesa do consumidor eles estavam encontrando mais um aliado, a Assembleia Legislativa, salientando que em relação a todos os problemas levantados da tribuna eles estavam sozinhos. Comentou que num Estado com 293 Municípios somente 67 tinham Procons municipais e que o problema era muito maior do que tinha sido relatado. Informou que tinham um diagnóstico parcial dos problemas com telefonia no Estado e que nos quatro fóruns estaduais realizados no ano passado sobre telefonia móvel as operadoras estavam presentes. Afirmou ter sido feita pressão para que fossem solucionados os casos nos Procons e que 97% dos problemas que chegavam até lá eram resolvidos e comentou que Blumenau, Gaspar e Pomerode tinham Procon municipal e ainda assim aquelas comunidades ficavam totalmente desamparadas. [*Taquígrafa-Revisora: Ione Terezinha Reis de Melo.*] Enquanto dirigente de um órgão de defesa do consumidor, manifestou a sua satisfação em ter a Alesc como aliada, uma vez que os Deputados representavam todo o Estado e todas as regiões, o que considerou importante para somar e fazer pressão para resolver o problema. Avaliou ser preciso estimular as pessoas a procurar os Procons, a continuar com fóruns para chamar as operadoras e a tentar encontrar soluções para o problema de cobranças indevidas, propagandas nebulosas, linhas telefônicas e aparelhos celulares. Finalizando, agradeceu pela união de todos e disse que aquilo iria colaborar com toda a comunidade consumidora catarinense. O **senhor Luiz Juvenal Leite, presidente da ONG Nova Rússia Preservada**, disse que o caso da Nova Rússia passava pela Telesc, pela Brasil Telecom e pela Oi. Contou que não havia conseguido linha telefônica para Nova Rússia até surgir a possibilidade do uso da telefonia móvel, quando conseguiu antenas externas que captavam, segundo ele, um sinal muito ruim para a região, o qual foi se perdendo com o passar do tempo. Informou ter elaborado no último ano um documento e que este havia sido entregue na loja da Vivo, que a operadora lhe enviara algumas mensagens dizendo que a tecnologia do sinal iria mudar de CDMA para GSM, complementando que imaginara, como leigo, que seria beneficiado com aquela mudança mas que para sua surpresa houvera perda do sinal, citando como exemplo uma escola isolada de Nova Rússia. Encerrando, disse que em épocas de eleição votava-se em um Vereador imaginando que ele iria representar quem nele votara e por isso a oportunidade era para reivindicar e agradecer a presença da comunidade, das pessoas de Indaial e de Timbó. O **senhor Marcos Veber, da comunidade de Luiz Alves**, afirmou que o Município de Luiz Alves também tinha problemas de telefonia fixa e móvel e ponderou que talvez aquilo ocorresse em função do baixo número de habitantes, informando que Luiz Alves era uma das cidades mais ricas do Brasil e talvez a segunda com o maior PIB dos Municípios que fazem parte da Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí (Amfri). Considerando que os dados apresentados representavam um povo muito trabalhador e sempre em crescimento, disse perceber que o atual desenvolvimento não acompanhava o avanço nas tecnologias, principalmente de internet e de telefonia, razão pela qual solicitou às Deputadas presentes e às demais autoridades e empresas de telefonia que olhassem pela comunidade, porque todos necessitavam daqueles serviços. Afirmou que havia empresas em Luiz Alves com trezentos funcionários que às vezes ficavam sem R\$ 1,00 de faturamento devido à falta de sinal de Internet e de telefonia celular. Ao final, depois de afirmar que boa parte do Município estava sem abrangência do serviço de telefonia, entregou dois ofícios à senhora Presidente, os quais enfatizavam melhor os problemas do Município. O **senhor Ermindo Buenos, representando o bairro da Velha Grande**, depois das saudações iniciais, agradeceu à Deputada Ana Paula pela realização da audiência. Informou que o bairro da Velha Grande situava-se a uns 12 quilômetros do centro da cidade e que por isso a cobertura da telefonia fixa era muito fraca, acrescentando que muitas regiões não possuíam o serviço e que o bairro que representava não tinha cobertura de telefonia móvel, por isso solicitou com urgência que as empresas de telefonia móvel se reunissem com o objetivo de colocar uma antena a fim de as quase seis mil pessoas do bairro usufruírem do serviço, afirmando que as lojas revendedoras de aparelhos celulares não orientavam as pessoas sobre aquela dificuldade, só se importavam em vendê-los. O **senhor Jair Compiani** iniciou a sua fala cumprimentando os participantes e parabenizando-os pela presença na audiência, afirmando que a audiência teria que ter sido realizada pelos Vereadores e que a ausência deles provava o quanto Blumenau estava desguarnecido. Mencionou que havia tempo que vinha pagando contas de telefones e horas de serviços não solicitadas e que tivera que ir atrás para resolver tudo o que dele fora usurpado. Pediu desculpas aos representantes das operadoras se por acaso fosse agressivo em suas

palavras, afirmando que também sentia falta da presença dos outros Deputados de Blumenau para auxiliar as pessoas da região que muito gastavam com telefonia. Disse sentir-se cansado de tantos gastos com operadoras e de ser mal atendido, contando que há três meses fora chamado pela operadora Oi para tratar sobre sua linha fixa, ocasião em que lhe propuseram que pagasse R\$ 129,00 por mês com direito à Internet dia e noite e cinquenta minutos para falar com quem quisesse, além de um *chip* para ligações para telefones fixos da Oi sem custo. Sobre a proposta, disse que teria caído numa fria mais uma vez se a aceitasse pois atualmente tinha um *chip* da Oi que nunca funcionara e quatro contas da linha para pagar, afirmando não saber mais quem procurar. [*Taquígrafa-Revisora: Sibelli D'Agostini.*] Contou, ainda, que mesmo estando há três meses sem trabalhar ligara para a Oi querendo pagar apenas o que devia e que a Oi lhe mandara procurar outros setores, afirmando que, cansado de tudo aquilo, solicitara o desligamento do telefone, pois já estava há um mês sem Internet, só que a conta viria de qualquer maneira. Indo além, disse que esperava uma resposta da Anatel e que a responsabilidade era dela porque recebia do povo para fazer aquele trabalho. Salientou que atualmente o uso do telefone era obrigatório e que era uma vergonha a telefonia que se tinha no Brasil, afirmando que era um cartel, tendo em vista que se saía de uma operadora para a outra e eles não estavam nem aí, momento em que foi aplaudido pela plenária. Prosseguindo, aproveitou a presença da presidenta estadual do Procon para alertar que na semana anterior o Procon de Blumenau havia lançado um selo para dar às empresas que menos atrapalharam, opinando que o certo seria dar um selo bonito para quem nunca incomodou o contribuinte e pedindo à senhora Presidenta que exigisse do Procon a divulgação na imprensa de modo geral do nome das empresas que ganhariam o tal selo. Ato contínuo, a palavra foi concedida ao **senhor Germano Bertuol, presidente da Associação de Moradores da Rua Bruno Ruediger**, que cumprimentou todos, principalmente a plenária, comentando que a audiência estava lotada pela importância do assunto. Informou que a Rua Bruno Ruediger tinha cobertura parcial de algumas operadoras e, dirigindo-se ao pessoal da Vivo, disse que havia uma antena da operadora Vivo que não cobria toda a rua e que se houvesse um pouco de boa vontade a referida operadora poderia aumentar a cobertura do sinal quase que imediatamente, complementando que as outras operadoras, por não terem lá uma antena, teriam que se empenhar um pouco mais. Contou que há onze anos, quando o sistema era analógico, conseguiu um emprego no Velha Grande graças a um telefone da TIM, registrando que atualmente ele não conseguia receber nenhuma ligação naquele bairro porque o sinal estava pior do que onze anos atrás. Reiterou que as pessoas se enganavam com as tecnologias, citando como exemplo a troca do sistema CDMA para o sistema GSM e afirmando que em determinados pontos o sistema havia piorado. Reclamou que as pessoas do Velha Grande estavam sendo excluídas do sistema de comunicação há vários anos e que tanto a Vivo como as outras operadoras cruzavam os braços em vez de resolver o problema dos mais pobres. Disse que por ter trabalhado de vigilante na central da Vivo sabia da dificuldade de se chegar aos dirigentes para fazer as reivindicações necessárias, enfatizando que não podiam perder a oportunidade da audiência pública para fazer aquilo. Reforçou as palavras do senhor Ermíndio, estimou que no Velha Grande havia mais de dez mil pessoas sem cobertura e reiterou que era pouco o investimento que teria que ser feito pela Vivo no bairro Velha Grande, afirmando que as outras operadoras também precisavam respeitar o consumidor. Por fim, agradeceu à Alesc pela realização da audiência e à plenária pela mobilização. A seguir, a palavra foi concedida ao **senhor Adriano Pereira**, que cumprimentou os presentes e disse que iria reforçar algumas demandas já apresentadas porque percebera que a maioria dos participantes era da região dele, o bairro Velha Grande, salientando que podia falar com propriedade porque nascera lá e conhecia bem o problema de viver num bairro distante doze quilômetros do centro da cidade sem uma antena de celular. Contou que há dez anos usava celular de duas operadoras, a TIM e a Vivo, e que o gasto era muito grande porque tinha que retornar as ligações feitas para ele e não recebidas devido à falta de sinal. Com relação à Internet, disse que não tinham sinal e concordou com o senhor Compiani sobre haver um golpe em relação aos consumidores, já que ligavam para a residência das pessoas oferecendo um serviço de Internet banda larga de oito mega quando na verdade não pegava nem um mega. Ressaltou ser sério o problema e disse que postos de saúde, escolas da periferia de Blumenau não tinham nem cobertura nem acesso à Internet nem celular. Registrou ter sido vítima três vezes das operadoras, pois assinou o plano da Oi, da Brasil Telecom para ter Internet na sua casa e a Internet não qualificava, tendo que fazer todo um processo através do Procon quanto à qualidade do serviço prestado. Informou que fizeram ofícios aos Vereadores, ao próprio Prefeito da cidade, o qual nunca se comprometera com a causa da comunicação, nunca se empenhou em relação àquela demanda do Município. Quanto à telefonia convencional, disse que em várias ruas do bairro não havia aquele tipo de serviço, informando que o Ministério Público estava

averiguando uma ação contra a Brasil Telecom por ter ela pedido mais de R\$ 5 mil para ligar uma linha de telefone para uma pessoa que morava naquela localidade, complementando que recentemente todas as lideranças da comunidade do bairro Velha Grande entraram com outra ação sobre a questão de Internet, celular e telefone convencional. Prosseguindo, frisou que embora tivessem dado entrada a diversas ações nunca viera uma resposta a contento por parte das empresas, salientando que eles pagavam para elas e não recebiam aquilo que mereciam. Avaliou que o plenário da Casa estava lotado pela importância da audiência pública realizada em Blumenau sobre a grave situação da telefonia na região e manifestou a sua esperança de sair da presente audiência com respostas alentadoras, com algo positivo para as lideranças que estavam ali, e não só para o bairro deles, mas para toda a cidade, sendo aplaudido pela plenária. Ato contínuo, a palavra foi concedida à **senhora Janete Maria de Castilho**, que cumprimentou os presentes e disse que viera fazer uma reivindicação de Rio do Cedro, da região dos lagos, que tinha 10.500 habitantes e 29 comunidades desamparadas. Informando que fazia parte da Feirinha Comunitária Amigos do Pinhal, da Barragem do Pinhal, destacou que havia sido esquecido um ponto importante, qual seja, a Anatel ser responsabilizada pela falta de qualidade do serviço. Disse que esperavam que alguém desse uma resposta para aquele problema e que eles tinham que reclamar no Procon, entrar com uma ação e aguardar, para ganhar uma indenização de R\$ 2 mil. Explicou que se no Alto Cedro acontecesse um incidente com qualquer pessoa, eles tinham que andar 35 quilômetros para pegar um sinal e chamar socorro, só que aí já estavam no primeiro hospital ou no Corpo de Bombeiros. Reiterou que a reclamação deles tinha que ser para a Anatel, agradeceu a presença dos representantes das operadoras na audiência pública e parabenizou a Deputada Ana Paula por requerer a audiência. Registrando o potencial enorme turístico da região, disse que as pessoas acessavam a Internet com o objetivo de procurar Rio do Cedro para conhecê-lo e lá se hospedar. Prosseguindo, aproveitou a oportunidade para parabenizar o Prefeito Hartwig Persuhn e disse a ele que sabia da necessidade do Município de Doutor Pedrinho, frisando que a reclamação que estava fazendo tinha que ser focada na Anatel para que ela cobrasse das operadoras o atendimento das reivindicações. [*Taquígrafa-Revisora: Almerinda Lemos Thomé.*] Em seguida, a senhora Presidenta passou a palavra ao **senhor Valcir Ferrari, Vereador de Rodeio e presidente da Associação de Bairros Rodeio 12**, que cumprimentou os presentes e disse que pelo fato de o seu Município ser pequeno, com 10.922 habitantes, percebia que a resolução para Rodeio se tornava difícil porque o interesse das operadoras em geral era abranger Municípios mais populosos porque teriam rentabilidade maior. Informou que cerca de cinco mil habitantes de Rodeio não tinham abrangência de nenhuma das operadoras de telefonia móvel e que mesmo a telefonia fixa deixava a desejar, tendo em vista que não tinham mais linha para beneficiar sequer uma empresa ou um comércio que quisesse se instalar na comunidade. Dito isso, reivindicou não às operadoras, mas à Anatel, a resolução dos problemas do seu Município por acreditar ser ela a responsável por fiscalizar e cobrar das operadoras a abrangência dos sinais e informou que além de já terem feito requerimentos, abaixo-assinados e ofícios, encaminharam um abaixo-assinado junto com um requerimento ao Deputado Federal Décio Lima e que este se comprometera de entregá-los para a Anatel, acrescentando que na semana anterior também fora entregue um requerimento ao Deputado Jailson Lima e que ele também tinha se comprometido a ajudar, só que até aquele momento nada tinha sido resolvido. Considerando importante a realização daquela audiência, pois que possibilitava às pessoas reivindicarem, apelou às autoridades, principalmente à Anatel, que resolvessem a questão de Rodeio, complementando que como Vereador e presidente da Associação de Bairros Rodeio 12 poderia atestar que os bairros Rodeio 50, Rodeio 12, Rodeio 32, Diamante e Rio Morto, não tinham abrangência nenhuma de celular e por isso dependiam das antenas dos Municípios vizinhos. A **senhora Presidenta** agradeceu a participação do Vereador Valcir e parabenizou os demais Vereadores presentes pelo comprometimento com as suas regiões e pela busca de soluções para os problemas já referidos. Na sequência, passou a palavra ao **senhor Sérgio Popper, representando o Sindicato dos Representantes Comerciais de Blumenau e Região (Sirecom)**, que cumprimentou os presentes e disse que, ao contrário do que os oradores anteriores afirmaram, haviam lhe contado que as audiências públicas de Blumenau pareciam não ser interessantes porque as pessoas não apareciam, salientando que fazia questão de registrar que hoje o plenário estava lotado. Registrou que representava 41 mil representantes comerciais do Estado de Santa Catarina e que eles ligavam para as suas empresas e os seus clientes sem muitas vezes obter respostas, acrescentando que a OAB, segundo informação dada na última audiência pública, já estava preparando uma ação civil pública contra a Anatel para que ela fosse responsabilizada pela perda de dinheiro, de negócios e até de coisas familiares. Pedindo desculpas ao representante da Anatel ali presente, repetiu o que havia falado na

audiência pública de Florianópolis: que a Anatel era casada com a Oi, a Vivo e todas as outras operadoras, que pagavam festa de aniversário e outras coisas, razão pela qual não tinha responsabilidade de fazer a cobrança. Disse que a Assembleia Legislativa, a Câmara de Vereadores de Blumenau, a OAB e o povo de toda aquela região tinham que trabalhar via Justiça para fazer com que não mais vendessem 10 mega de Internet e entregassem 1 mega ou nada, como havia sido falado ali, complementando que também tinham que responsabilizar a Anatel, que nem era estabelecida em Santa Catarina, mas no Paraná, o que dificultava ainda mais para o povo catarinense. Finalizou afirmando que aquela audiência deveria ser feita em todos os Estados e informou que numa reunião do Sindicato dos Comercios do Brasil realizada em Natal, da qual tinha participado, dissera a todos ser necessário fazer em cada Estado um movimento objetivando que as operadoras e todas as Agências Reguladoras, como Anatel, Anac, comecem a assumir a sua responsabilidade ou, se assim não for feito, que o governo as extinga, sendo muito aplaudido por isso. Em seguida, a senhora Presidenta passou a palavra ao **Prefeito de Doutor Pedrinho, senhor Hartwig Persuhn**, que cumprimentou a mesa e disse que Doutor Pedrinho tinha 3.600 habitantes e era talvez o menor Município de Santa Catarina. Agradeceu a Anatel pelo trabalho feito lá e contou que depois que assumira a Prefeitura, em 2009, fora a Brasília junto com o João Paulo, na Anatel, para registrar que não tinham telefonia móvel, somente fixa, e que no ano seguinte, em 2010, foram atendidos com a telefonia móvel da TIM. Disse que atualmente o celular estava bom mas que seria importante que mais uma antena fosse instalada em Salto Donner a fim de que pudessem atender outros habitantes, que se sentiam preteridos em função de não possuírem cobertura. Sobre as reclamações do pessoal de Blumenau, afirmou não entender como a população ainda podia sofrer tanto com toda a tecnologia existente, enfatizando a necessidade de se dar atenção àquelas pessoas que queriam e precisavam trabalhar. Concluiu agradecendo novamente a Anatel pelo que fez em Doutor Pedrinho e pediu a instalação de mais uma antena. Na sequência, fez uso da palavra o **senhor André Gustavo Rosa, gerente executivo de Relações Institucionais da TIM Brasil**, que saudou os presentes e disse que embora as reclamações viessem especificamente para a telefonia era salutar dar alguns esclarecimentos setoriais. Sobre as prestadoras não cobrirem Municípios menores em razão da falta de lucratividade, explicou que atualmente, por um regramento da Agência feito na última licitação, colocado nos termos de autorização que a TIM possuía como prestadora de telefonia móvel, existia a obrigação de cobrir os Municípios com até 30 mil habitantes, informando que antes da tecnologia 3G a obrigação de cobertura era em Municípios com um número um pouco maior de habitantes. Disse ser preciso separar arrecadação de lucro e salientou que nos dias atuais a telefonia móvel era o segundo setor que mais arrecadava no País, só perdendo para os bancos, observando que aquela informação poderia ser confirmada através do Banco Central ou no site da própria CNI e que naquele mesmo relatório, no item lucratividade, podia-se ver que dentre os principais setores produtivos do País a telefonia móvel caía para o 15º em lucratividade, havendo somente dois setores que lucravam menos, os quais não lembrava. Disse que o setor de telefonia móvel era relativamente jovem, tendo em vista que a privatização tinha sido feita em 1997, e que de lá até os dias atuais a Anatel e o governo federal já haviam imposto três mudanças de tecnologia, informando que quando uma rede era substituída, como naquele momento com a colocação da rede 3G, tudo o que havia sido feito no passado seria descartado, ou seja, outro investimento teria que ser feito. Falando especificamente pela TIM, afirmou que recentemente foi discutido o edital do 4G, envolvendo Copa do Mundo e outros eventos, comunicando que o posicionamento da TIM era que o edital do 3G não deveria ocorrer naquele momento, porque com o 4G a cobertura se daria primeiramente nos Municípios maiores, depois adentraria nos menores, com cronograma imposto, podendo-se aproveitar e ampliar a capacidade de cobertura. [*Taquígrafa-Revisora: Siomara G. Videira.*] Frisou que a cobertura nas áreas distritais e rurais não era um assunto recente, que era uma preocupação que vinha acontecendo à medida que o País se desenvolvia, acrescentando que por isso trouxera para a audiência cenários referentes ao governo federal, para mostrar que localidades menores, como Doutor Pedrinho, precisavam ser atendidas. Comentou uma medida provisória assinada pela Presidenta Dilma relacionada à arrecadação setorial e informou que o Tesouro Nacional havia recolhido de Fundo de Fiscalização das Telecomunicações (Fistel) R\$14 bilhões e de Fundo de Universalização do Serviço de Telecomunicação por Telefonia Fixa (Fust) R\$ 11 bilhões, o que totalizava R\$ 25 bilhões parados nas contas do governo. Dito isso, considerou válido levar a discussão à Câmara Municipal para que os Vereadores procurassem os Deputados e estes procurassem seus Pares na Câmara Federal e no Senado com o intuito de ser aplicado aquele dinheiro inutilizado em atendimento à população, mais precisamente no aumento da cobertura de sinal, informando que para Santa Catarina estava previsto para o próximo triênio R\$ 150 milhões em rede. Voltando a comentar a medida provisória assinada pela

Presidenta, disse que ela fora assinada para permitir a massificação de banda larga nos Municípios menores através da compensação tributária, utilizando parte do Fistel. Respondendo ao que fora perguntado, concordou que há onze anos a telefonia tinha um alcance maior, explicando que quanto mais a tecnologia avançava, mais o alcance da faixa de frequência diminuía e por isso eram necessárias mais antenas para dar cobertura. Comparando, disse que a Itália tinha em torno de 60 milhões de habitantes, 300 mil metros quadrados de território e 64 mil antenas instaladas pelo país, enquanto que o Brasil tinha 190 milhões de habitantes, 8,5 milhões de quilômetros quadrados e 51 mil antenas instaladas. Nesse ponto, observou que a sociedade clamava por mais cobertura mas não aceitava que mais antenas fossem instaladas, destacando que aqueles eram conceitos que as prestadoras vinham discutindo. Disse que falava especificamente pela TIM, prestadora que considerava os Estados de Santa Catarina e do Paraná porque era oriunda daqueles dois Estados desde o sistema Telebrás, deixando claro que a TIM estava fazendo movimentos para que o quadro não fosse alterado através da medida provisória citada anteriormente e do Decreto de Compartilhamento de Infraestrutura entre setores, como energia elétrica e rodovia, informando que o referido decreto encontrava-se na Casa Civil para ser assinado pela Presidenta Dilma e objetivava o aceleração do processo. Reforçou o clamor da sociedade pelo aumento da cobertura e frisou que o problema no País todo era de infraestrutura. Encerrando, colocou-se à disposição para mais esclarecimentos e destacou que não existia omissão nem falta de interesse em investimentos por parte da TIM. Fazendo uso da palavra, a **senhora Fabiana Torres Machado, gerente jurídica da Claro - região Sul**, cumprimentou todos e agradeceu o convite para participar da audiência. Informou que a Claro era autorizatória do serviço de telefonia móvel e prestava serviço em regime privado, estando submetida às regras da Anatel. Reiterou as palavras do Gustavo sobre a Claro ser obrigada a atender 80% da área urbana do Município-sede em que fora instalado o serviço de telefonia móvel e disse que desde o início das suas atividades em Santa Catarina a Claro vinha numa crescente instalação de sites de cobertura, informando que atualmente eram 200 Municípios atendidos com a tecnologia GSM 32 com 3G, que continuava crescendo, e que Blumenau tinha 33 sites GSM 32 com 3G. Com relação aos avanços da cobertura, disse que a Claro empacava em algumas questões legais dos Municípios e do Estado, entre elas a liberação dos licenciamentos, comentando a ação civil pública que discutia a instalação de antenas em área residencial de Blumenau, informando que havia uma liminar proibindo as operadoras de instalar sites na área residencial de Blumenau e que aquela não era somente uma questão de interesse econômico, mas também legal. Esclareceu que a tarifa era uma das mais caras do mundo em razão da carga tributária ser alta e pediu aos Deputados que ampliassem o debate sobre o fundo setorial no sentido de que os fundos fossem destinados especialmente para os Municípios pequenos, destacando que a empresa trabalhava e procurava proporcionar o melhor atendimento para o cliente, este considerado o maior patrimônio dela. Finalizando, disse que a Claro trabalhava em parceria com os diversos setores da sociedade para buscar melhorias e colocou-se à disposição de todos para mais esclarecimentos. Em seguida, usou da palavra o **senhor Daniel Encarnação, diretor de Relações Institucionais da Vivo/região Sul**, que saudou todos, agradeceu a oportunidade de participar da audiência e disse que apesar das manifestações contrárias o número de clientes acessando as telecomunicações mostrava que o sistema era um sucesso. Em relação às diversas manifestações que ouvira no decorrer da audiência, afirmou que o Brasil era o único País onde a concorrência havia dado certo porque os sites especializados, como o da Anatel, focavam a questão da perda e aumento de clientes. [*Taquígrafa-Revisora: Sabrina Schmitz.*] Sobre as três mil reclamações feitas sobre as operadoras no Procon, disse, em nome da Vivo, que estavam em quarto lugar e que tiveram o menor número de reclamações. Manifestou alegria em saber que no dia 15 de maio o Procon de Blumenau concedera o prêmio Selo Empresa Destaque em Atendimento e avaliou que aquilo demonstrara que estavam no caminho certo para melhorar o atendimento e o serviço prestado, conforme retratado no aumento de clientes captados nos últimos tempos, no DDD 47. No que tange à cobertura, esclareceu que segundo o regulamento do Serviço Móvel Pessoal (SMP) as operadoras tinham que ter cobertura de 80% da área urbana do distrito-sede do Município para atendê-lo e disse que aquilo estava dentro da norma da Anatel, do que era previsto no sistema. Dito isso, informou que no dia 12 de junho a Anatel iria fazer um leilão dos 450 mega-hertz, faixa de frequência apta para quem vive no meio rural, uma vez que conseguira se expandir mais, contornar morros e chegar a locais mais distantes, explicando que a faixa de 3G e 4G, utilizada para telefonia de dados, não tinha aquele poder de alcance. Continuando, comentou que o leilão provavelmente iria corrigir aquele problema das localidades rurais não cobertas e reconheceu que embora fosse uma solução tardia, aquilo era um anseio muito forte da população daquelas localidades, contando que trocaram de tecnologia três vezes porque as operadoras fizeram

vários investimentos ao longo dos anos. Salientou que não existia um Município atualmente no Brasil que não estivesse coberto por celular e que existia pelo menos uma operadora nos Municípios. Quanto ao licenciamento, registrou que havia 250 leis municipais no Brasil e cada uma com um tipo de restrição, lembrando que elas foram feitas no começo do ano 2000, quando não se sabia o alcance nem o malefício que o celular poderia causar às pessoas. Disse que a ideia de copiar o princípio do rádio e da televisão em relação à colocação da antena não funcionava para o celular e que obrigatoriamente as antenas tinham que estar mais próximas das pessoas para a ligação ser mais rápida. Prosseguindo, informou que Criciúma tirou as restrições ao alterar a lei em novembro de 2011 e destacou que a mudança não havia sido somente por força das operadoras, comentando que quando a operadora dizia que gostaria de alterar a lei as pessoas acabavam acreditando que era para ela obter lucro. Isso posto, contou que a Associação Comercial e Industrial de Criciúma (Acic) pedira a alteração da lei sob a justificativa de que ela estava prejudicando as pessoas e explicou que daquele ano para cá não fora instalada nenhuma antena porque existiam procedimentos a serem seguidos, afirmando que falava aquilo com tranquilidade porque a sua empresa havia protocolado um pedido de antena e este fora aprovado pela Prefeitura seis meses depois de ter sido dado entrada ao pedido, que agora estava em processo estadual. Sobre os processos, disse que existiam alguns que demoravam, felizmente ou infelizmente, e que eram entraves para a melhoria do sistema. No caso da ação civil pública, informou que estavam impedidos de colocar antenas no Município e que as antenas eram reguladas por uma lei federal e pela Anatel, acrescentando que os Municípios, por questão de urbanismo, acabaram fazendo alguns tipos de regulação. Sobre a observação do senhor Luiz, presidente da ONG Nova Rússia Preservada, esclareceu que a troca de CDMA para GSM em Nova Rússia não fora escolha da Vivo e sim do mercado, observando que o mundo inteiro optara pela GSM e fabricava aparelhos GSM. Contou que a Vivo tentara manter o CDMA mas que fora impossível lutar contra todos os fabricantes do mundo e contra toda a tecnologia mundial, reiterou que a troca para GSM não fora opção da Vivo e, dirigindo-se ao senhor Luiz, pediu que ele informasse o nome da escola aos engenheiros da Vivo para ver o que a operadora poderia fazer naquele caso específico. Sobre o comentário feito na audiência pública sobre vender celulares sem perguntar se havia cobertura no local disse que aquilo não era a tônica da questão porque as pessoas não estavam preocupadas com a venda e sim se havia cobertura na sua localidade, informando que quem comprou celular dos promotores de venda indevidamente por não haver cobertura de sinal na sua região poderia retornar à loja da Vivo e lá ou devolver o celular ou receber o seu dinheiro de volta. Com relação a investimentos, disse que dos 293 Municípios do Estado a Vivo possuía 2G em 191 Municípios e que até fevereiro possuía 3G em 120 Municípios, acrescentando que atualmente já cobria 150 Municípios. Deu conhecimento que de janeiro de 2012 até os dias atuais foram instalados 3G em 37 Municípios do Estado que não tinham outra maneira de conseguir acesso à banda larga, observando que a partir da implantação daquela tecnologia móvel as pessoas já poderiam acessar a Internet. Registrou que um levantamento feito nos catorze Municípios do Médio Vale do Itajaí apontara cobertura em doze deles e 3G em nove e, concluindo a sua manifestação, colocou-se à disposição de todos. Fazendo uso da palavra, o **senhor Gonzalo Charlier Pereira, diretor de Relações Institucionais da Oi Santa Catarina**, inicialmente informou que a presente audiência era um desdobramento de outra que ocorrera em Florianópolis, na Assembleia Legislativa, na qual ficara determinada a ocorrência de outras audiências públicas em Blumenau, Tubarão e Lages. Considerou relevante destacar alguns pontos, entre eles que os brasileiros tinham um problema de baixa estima em razão da tendência de se dizer que no Brasil as coisas não funcionavam, não davam certo, enfatizando ser necessário corrigir-se o referido problema. Outro ponto por ele destacado foi que o Brasil tinha o sistema bancário mais avançado em telecomunicações do mundo e que aqui se realizavam mais transações em caixa eletrônico do que em caixas normais, afirmando que nenhum outro país do mundo tinha aquela proporção em fazer transação bancária por sistema eletrônico. Enfatizou também que a eleição no Brasil era informatizada e a mais tecnológica do mundo e que aqui era onde mais rapidamente se divulgavam os resultados, ressaltando que a tecnologia era brasileira e era de Santa Catarina. Prosseguindo, destacou que quase 100% das declarações do Imposto de Renda eram transmitidas via Internet e revelou que nenhum outro país do mundo tinha um índice próximo ao do brasileiro. Sobre o censo, disse que embora a coleta de dados para o censo brasileiro fosse feita de porta em porta a transmissão daqueles dados era realizada por equipamentos de mão dos coletores de informação, afirmando que nenhum outro censo, nas porções do brasileiro, acontecia de forma tão rápida. Entretanto, reconheceu que o sistema de telecomunicações brasileiro tinha defeitos e que havia muito ainda a melhorar, motivo pelo qual estavam ali para ouvir, corrigir e melhorá-lo. Reafirmou que o sistema de telecomunicações brasileiro estava entre os melhores do

mundo, que em nenhum outro país avançado havia tanta competição como no Brasil e lembrou a fala do colega da operadora Vivo sobre haver sempre nos principais países do Primeiro Mundo uma grande empresa que detinha a maior parte da fatia do mercado, ressaltando que a diferença entre o primeiro e o quarto colocado era inferior a dez pontos percentuais e que aquela diferença demonstrava que o sistema era altamente competitivo. Ponderando que a competição era extremamente positiva porque levava o sistema de telecomunicações a melhorar cada vez mais disse que também a cobrança do cidadão estimulava a melhoria do sistema, reforçando o seu pedido de autoestima aos brasileiros. Sobre a necessidade de ampliar e qualificar o sistema de telefonia móvel, opinou ser indispensável o conhecimento das regras que norteavam o sistema de telecomunicações e o sistema de telefonia móvel e disse que a norma para telefonia móvel no Brasil considerava coberto o Município que tivesse pelo menos 80% da área de seu distrito-sede com cobertura, acrescentando que as telefonias móveis no Brasil iam muito além dos 80% e que gostaria que houvesse muito mais área coberta fora do distrito-sede. [Taquígrafa-Revisora: Ana Rita Moriconi de Souza.] Disse que as empresas de telecomunicação atualmente iam além do que era cobrado como obrigação e afirmou não ser possível fazer o que era pretendido em Blumenau e que era impossível a comunicação via telefone celular em bairros que não possuíam antenas, complementando que segundo o parágrafo primeiro do artigo primeiro da Lei 5.731 daquela comarca, de 10 de outubro de 2001, era vedada a instalação de antenas de transmissão de telefonia móvel sobre bens públicos ou privados localizados em zonas residenciais, não havendo exceções. Sobre isso, observou que era vedada somente a instalação de antenas de telefonia móvel, não sendo vedada a instalação de antenas de TV ou de rádio. Prosseguindo, concordou com o comentário feito naquela audiência sobre os serviços de telefonia móvel serem muito melhores antes de 2001 e avaliou que os esclarecimentos feitos naquela audiência fariam com que as operadoras pudessem ter um canal de diálogo direto com a Câmara de Vereadores pelo qual poderiam expressar ao Legislativo municipal a vontade de melhorar os serviços de telefonia móvel da região, afirmando que já possuíam mapeados os pontos onde seriam possíveis aquelas melhorias. Contou que no ano de 2004 foram acrescentados parágrafos mais restritivos à referida lei, inclusive com aplicação de multas, observando que o descumprimento do disposto no artigo primeiro sujeitaria o infrator ao pagamento de multa no valor de R\$ 5 mil, a ser aplicada em dobro nos casos de reincidência. Disse que nos Municípios onde não havia leis restritivas se fazia o licenciamento municipal e em seguida o licenciamento estadual na Fatma e que a média de espera da análise de processos naquele órgão era de 120 a 180 dias, afirmando que as empresas tinham à disposição dinheiro, projetos e o licenciamento municipal e reiterando que o licenciamento estadual levava de 120 a 180 dias. Afirmando que, segundo a legislação federal, era privativo da União legislar sobre telecomunicações, pediu que fossem observados os preceitos da Carta Magna do Estado brasileiro, lembrando que as leis municipais não poderiam sobrepor-se à Constituição Federal e afirmando que a partir daquele momento, tão logo as licenças ambientais fossem emitidas, as operadoras iriam instalar a infraestrutura necessária na cidade de Blumenau. Disse que Criciúma possuía uma lei municipal idêntica à de Blumenau e que lá aquela lei fora derrubada, atendendo a uma solicitação da Prefeitura e das operadoras de telefonia móvel, sendo aquela lei alterada e adequada à legislação federal. Contou que havia mais de dez pedidos de licenciamento de sites das diversas operadoras em Criciúma, afirmando que o mesmo ocorria em Tubarão. Finalizando, pediu que todos sentassem à mesma mesa e dialogassem a respeito do tema, conversando sobre uma legislação que permitisse às operadoras voltar a investir na cidade de Blumenau, momento em que foi aplaudido pela plenária. Logo após falou o senhor **André Indalêncio, Promotor de Justiça, representando o senhor Lio Marcos Marin, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina**, que destacou algumas iniciativas da Promotoria de Blumenau a respeito do fornecimento dos serviços de telefonia na área rural daquela cidade, além de uma ação civil pública que discutia a questão da velocidade da Internet 3G, que fora prometida mas não cumprida, como já mencionado na audiência. Mencionou que foram instaurados dois inquéritos civis em Florianópolis, frutos da primeira audiência pública realizada, que visavam averiguar a insuficiência de fiscalização e dos serviços prestados pelas agências de telefonia. Informou que por um dispositivo legal do Código do Consumidor o Fórum competente para uma situação abrangente e que ultrapasse os limites de uma cidade deveria ser o da Capital, destacando que todos os serviços de telefonia eram públicos e concedidos, não eram serviços privados. Complementando, disse que aqueles eram serviços exercidos privadamente porém sujeitavam-se às regras da Constituição Federal, muitas delas regidas por dois princípios fundamentais daquele processo, o da universalização e o da eficiência. Comentou a liminar na ação civil pública que tratava da legislação municipal e disse que na cidade de Blumenau não existiam somente áreas residenciais, que havia zonas

industriais, zonas mistas e zonas de serviço que poderiam receber as antenas desde que fosse feito o Relatório de Impacto Ambiental, porque ainda não se sabia o que aquela tecnologia causava de malefício à população. Abordando a questão da eficiência, sugeriu que fosse verificado se no plano do Poder Público federal existia um plano de metas para que o atendimento se estendesse a toda a população e disse que o custo público daquela situação era muito alto porque cada situação não resolvida no âmbito administrativo levava os cidadãos a procurarem a Justiça e aquilo gerava esforços, tempo e dinheiro público, afirmando que aquilo deveria passar pela esfera administrativa antes da esfera judicial, que o Poder Judiciário deveria ser sempre o último recurso do cidadão e que a sociedade não podia ficar insistindo sempre nos últimos recursos. O **senhor Daniel Encarnação, diretor de Relações Institucionais da Vivo/região Sul**, perguntou ao público presente quem ali nunca havia enfrentado um problema relacionado à telefonia móvel e quem entendia por completo a fatura do seu telefone celular. Disse que os problemas relacionados a telefonia afetavam toda a comunidade, que desconhecia a ação movida pela OAB e que o problema estava no dia a dia de todos, afirmando que havia duas situações, a do cidadão que possuía um problema individual e ia ao Procon todos os dias fazer as suas reclamações e a da universalização dos serviços de telefonia pública, que era um problema político. [Taquígrafo-Revisor: Eduardo Delvalhas dos Santos.] Disse também que quando foi privatizado o serviço de telefonia no Brasil optara-se pela criação das agências reguladoras, explicando que aquelas agências eram parte do Estado e não deveriam ter ingerência política, mas sim uma atuação técnica para regulamentar o setor, dependendo da agência, além de fiscalizar os serviços prestados. Salientou que a responsabilidade por tudo que estava sendo falado na audiência era da agência reguladora e que ela não estava funcionando, acrescentando que era aquele o ponto que queria ressaltar para que as Deputadas centrassem nele a sua atuação. Avaliando ser a regulamentação o problema da telefonia, disse que a lei municipal já citada precisaria ser revista porque sem antena não haveria sinal de celular, contando ter ouvido que o intuito da lei era vedar uma eventual propagação de ondas que poderiam causar câncer e que não sabia se aquilo era verdade. Por fim, disse que entendia, como representante da OAB, que a responsabilidade da questão da telefonia passava pela Anatel. O **senhor Estevão Hobold, gerente da Anatel no Estado de Santa Catarina**, saudou todos os presentes e disse que iria abordar a estrutura da Anatel no Estado de Santa Catarina. Informou que a estrutura da empresa era operacional, que o escritório regional ficava em Curitiba e possuía 12 fiscais e que ela tinha uma área de outorga de serviços privados, que seriam os serviços de telecomunicação prestados em regime privado e restrito, como para Marinha, Aeronáutica, rádio cidadão e outros. Destacou que em momento algum deixaram de fiscalizar demandas que tinham chegado à Anatel por falta de condições e explicou que inicialmente as demandas eram feitas todos os anos com uma parte da fiscalização centralizada e que, pela facilidade das redes prestadoras, se conseguia pegar dados em qualquer Estado do Brasil, complementando que a estrutura que tinha poder de fiscalização maior absorveria aquela parte. Disse que cada um dos Estados contribuía com uma amostra para o grupo de trabalho centralizado e que existiam fiscalizações pontuais, que seriam as demandas de órgão público, Ministério Público, Procon e sociedade em geral, informando que estavam atendendo nos dois pontos pontuais e sistêmicos. Em seguida, apresentou os dados relatados pelo trabalho de fiscalização, informando que em 2011 foram 68.829 horas de fiscalização de SMP (Serviço Móvel Pessoal) e que em 2012 estavam previstas 73.800 horas de fiscalização também para o SMT, acrescentando que em 2011 tinham sido abertos 525 processos de infração e que estes geravam sanção para a operadora e multas no valor de 270 milhões, sendo 146 milhões somente do SMT. Informou também que durante a fiscalização verificavam a qualidade do serviço, a tarifação, o faturamento, a instalação, o licenciamento das estações, os direitos e garantias dos usuários e os compromissos de abrangência, destacando Blumenau como o lugar que teve mais fiscalização de abrangência de sinal na área urbana. Disse que o compromisso de abrangência era de 80%, que na fiscalização a Anatel utilizava aquele percentual e que o serviço era prestado em regime privado. Disse, ainda, que os dados que tinha fornecido eram referentes ao Brasil e que iria, então, comentar os dados em Santa Catarina, informando que em 2009 foram fiscalizadas no Estado 1.786 horas com 20 ações de fiscalização em qualidade, direitos e garantias dos usuários, coberturas, chamadas e serviços de emergências e reclamação de interferência, feita por algumas prestadoras; que em 2010 foram gastas 1.994 horas de fiscalização em 32 ações; que em 2011 tinha sido 2.280 horas de fiscalização com um total de 48 ações e vários serviços fiscalizados. Informou também que Anatel tinha uma Central de Atendimento e que para atendimento nas unidades descentralizadas havia uma Sala do Cidadão, que em Florianópolis atuava diretamente com as prestadoras para buscar solução para os casos pontuais, razão pela qual não era feita a fiscalização. Prosseguindo, disse que em 2011 foram recebidas 102

chamadas de reclamação na Central de Atendimento, observando que a maior insatisfação estava relacionada à cobrança, aos serviços adicionais que as pessoas pagavam e não eram utilizados e a planos de serviço confusos, solicitando que as prestadoras se empenhassem em esclarecer o usuário quando fossem vender aqueles planos. Informou que na semana passada a Anatel colocara um regulamento de sansão com alterações em relação ao anterior, entre elas a criação de incentivos à regularização da infração, a possibilidade de celebração de compromisso de ajustamento de conduta às exigências legais; a graduação dos percentuais de circunstâncias agravantes e atenuantes. Informou, ainda, que a Anatel estava constantemente trabalhando e que cogitavam fazer uma alteração no regulamento do serviço móvel pessoal, complementando que o regimento interno da Anatel estava em consulta pública, a de nº 20, e que no site da empresa todos poderiam dar sugestões ou reivindicar alguma coisa para Santa Catarina, como passar a ser escritório regional em vez de unidade. Finalizando, colocou a Anatel à disposição e agradeceu a presença de todos. [Taquígrafo-Revisor: Jacqueline de O. V. Bitemncourt.] Retomando a palavra, a **senhora Presidenta** informou que passariam aos encaminhamentos e, sendo o primeiro referente à legislação municipal, concedeu a palavra ao Vereador Vânio Francisco Salm, de Blumenau, que, por sua vez, cedeu a palavra ao **Vereador Vanderlei Paulo de Oliveira, de Blumenau**, que desejou boa-noite a todos e agradeceu a oportunidade oferecida pela Assembleia Legislativa e pela Câmara de Vereadores de Blumenau de fazer aquela audiência pública. Comentou que, juntamente com o Vereador Vânio, estava se comprometendo com relação aos encaminhamentos por haver uma gama enorme de leis em Blumenau tratando do assunto, antigas e novas. Salientou ser membro da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça e reforçou estar assumindo naquela audiência pública o compromisso de analisar com cuidado o encaminhamento da legislação. afirmou que se fosse de competência do Legislativo iriam procurar encaminhar pelo Legislativo, só que acreditava tratar-se de competência do Executivo por ser matéria relacionada ao Código de Edificações e ao Plano Diretor, acrescentando que se fosse aquele o caso, iriam fazer uma análise muito acurada sobre o assunto e, na condição de projeto ou de anteprojetos, iriam encaminhar a questão ao Município de Blumenau, comprometendo-se também em encaminhar o tema e os encaminhamentos dados pela audiência pública para a Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí e para a Associação das Câmaras de Vereadores do Médio Vale do Itajaí. Falou que os representantes já haviam dado os caminhos para o problema político e para o problema das legislações estadual e federal, acrescentando que iriam tomar as providências políticas cabíveis. Em seu nome e em nome do Vereador Vânio, membro da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Blumenau, reiterou estar assumindo aquele encaminhamento, afirmando que nos próximos dias estaria dando notícias às Deputadas e, na medida do possível, aos representantes das empresas e ao Ministério Público. Acrescentou ser necessário tomar cuidado com alguns encaminhamentos porventura dali retirados para que não gerassem algum tipo de processo, justificando que não queriam que uma legislação causasse celeuma e afirmando que aquilo não seria interessante nem para a Câmara de Vereadores, nem para a cidade, nem para o objeto daquela importante audiência pública. Agradeceu a todos em nome do povo de Blumenau e despediu-se, tendo sido aplaudido. Em seguida, a palavra foi passada à **Deputada Estadual Ana Paula Lima**, requerente da audiência pública, que agradeceu a presença dos representantes das operadoras de telefonia, do Ministério Público, da Ordem dos Advogados, do Procon estadual, da Anatel e dos demais participantes. Comentou que um dos trabalhos parlamentares era fiscalizar e ouvir a comunidade para poder solucionar seus problemas e afirmou ter sido muito importante a ida das operadoras de telefonia a Blumenau. Avaliando que os problemas ali discutidos não eram individuais e sim coletivos, perguntou o motivo de não haver expansão da telefonia se as pessoas pediam aquilo e queriam ser proprietárias de telefones móveis. Disse que há cerca de quinze dias haviam votado, na condição de Parlamentares da Alesc, em financiamentos do BNDES que previam investimentos em fibra ótica e, afirmando que Blumenau e Municípios da região seriam contemplados com aquilo, avaliou não haver motivos para não se expandir a rede. Sobre o problema da falta de cobertura telefônica em algumas áreas, sugeriu que fosse cobrado das operadoras um mapa mostrando a cobertura da telefonia móvel para que as pessoas pudessem escolher a operadora baseando-se na área de cobertura desejada, sugestão que foi aplaudida por todos. Referindo-se à questão da legislação, disse acreditar que Blumenau já resolvera o problema, observando que os Vereadores tinham papel fundamental para derrubar legislações municipais obsoletas. Encerrando a sua manifestação, agradeceu a presença de todos e considerou de salutar importância o debate daquela noite. Retomando a palavra, a **senhora Presidenta** agradeceu a Deputada Ana Paula Lima pelo empenho no âmbito da Comissão em realizar aquela audiência e enalteceu a participação das empresas, lembrando que em outros momentos elas não se fizeram presentes. Aproveitou a oportunidade para saudar afetuamente cada uma das

representações das empresas que compareceram mesmo sabendo que não iriam ouvir elogios, avaliando ser aquele um exercício básico de democracia e salutar para todos. Agradeceu, igualmente, as representações institucionais presentes e os Vereadores que se dispuseram a fazer um levantamento da legislação no Município de Blumenau. A seguir, sugeriu três encaminhamentos para serem submetidos à aprovação: que fosse feita uma moção recomendando à Anatel que mantivesse um escritório em Santa Catarina; que a Federação Catarinense de Municípios (Fecam) fizesse um levantamento das legislações municipais para readequar a legislação obsoleta de alguns Municípios à nova realidade tecnológica que vivia o País, justificando que se um Município disciplinava uma coisa e outro Município disciplinava outra, as áreas de contato entre tais Municípios poderia apresentar telefonia deficitária, além de em áreas fronteiriças a dificuldade da telefonia geralmente ser maior; e que fosse pedido à Fatma a liberação de licenciamentos que atingissem interesses públicos, que muitas vezes demoravam de 120 a 180 dias para serem liberados, devendo ser encarados como serviço público. Afirmando haver problemas demais envolvendo a questão, disse que a legislação municipal atrapalhava, que o Procon reclamava que não tinha ajuda, que a Anatel afirmava que não tinha estruturas, que as empresas argumentavam que esbarravam na burocracia, acrescentando que tudo aquilo dava a impressão de ser um conluio para todos os usuários, ao final, pagarem a conta sem usufruir dos benefícios. Disse, ainda, que algumas reclamações feitas naquela audiência não se referiam apenas a problemas com burocracia, equívocos, legislação ou custo Brasil, observando que quando uma fatura apresentava um erro e o usuário passava mais de um mês tentando corrigi-lo, aquilo não tinha resposta em problema tecnológico ou em problema de legislação. Afirmou que atualmente o celular não era mais deferência de alguns em relação a filhos ou profissão e sim uma necessidade e um instrumento, inclusive para a própria segurança de quem trafegava nas estradas de Santa Catarina. Prosseguindo, registrou que metade da bancada feminina da Assembleia Legislativa estava presente na audiência e ressaltou o compromisso das mulheres com o tema. Afirmando que as empresas eram criadas para o lucro e não para fazer o bem público salientou que era preciso que elas também viessem ao encontro dos interesses públicos, complementando não ter visto nenhum representante de instituição privada ou pública em desacordo com o que pretendiam realizar. Destacando a telefonia como uma ferramenta importante para o desenvolvimento nacional, disse que do jeito como as coisas estavam as empresas perdiam um imenso potencial de clientes, os quais ficavam trafegando entre uma empresa e outra para saber com qual se incomodariam menos. Enfatizou que aquela audiência servia para juntar todas as vozes e fazer com que o Brasil e suas ferramentas de desenvolvimento da economia privada estivessem a serviço do futuro e da distribuição de renda, afirmando que a telefonia móvel precisava se inserir naquele contexto. Por fim, agradeceu a presença de todos, o apoio da equipe da Assembleia Legislativa e da Câmara de Vereadores, bem como a presença dos Vereadores. Parabenizou o único Prefeito que se fez presente, o senhor Hartwig Persuhn, do Município de Doutor Pedrinho, e em seu nome agradeceu novamente aos presentes. Informou que prestariam contas dos encaminhamentos retirados naquela noite na página eletrônica da Assembleia Legislativa e, nada mais havendo a tratar, deu por encerrada a audiência pública. [Taquígrafa-Revisora: Carla Greco Granato.]

**DEPUTADA ESTADUAL ANGELA ALBINO**  
**PRESIDENTE**  
 \*\*\* X X X \*\*\*

## ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

### ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO, REFERENTE À 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

Às onze horas do dia vinte e dois de maio do ano de dois mil e doze, sob a presidência do Deputado Elizeu Mattos, amparado do art. 123 do Regimento Interno, foram abertos os trabalhos da Sétima Reunião Ordinária da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, referente à 1ª Sessão Legislativa da 17ª Legislatura. Foi registrada a presença dos Senhores Deputados Elizeu Mattos, Manoel Mota, Angela Albino, Plínio de Castro, Ciro Roza e Altair Guidi. Colocaram em discussão e votação os projetos de lei PL./0077.0/2012 Relator Deputado Altair Guidi com emenda modificativa; 0089.4/2012 Relator Deputado Silvio Dreveck; 0099.6/2012 Relatora Deputada Angela Albino com emenda substitutiva global; 0122.0/2012 Relator Deputado Silvio Dreveck com emenda modificativa; 0136.5/2012 Relator Deputado Elizeu Mattos; 0144.5/2012 Relator Deputado Elizeu Mattos; 0158.0/2012 Relator Deputado Altair Guidi; 0159.1/2012 Relator Deputado Elizeu Mattos com emenda modificativa; 0165.0/2012 Relator Deputado Elizeu Mattos. Todos os pareceres foram apro-

vados por unanimidade; e os Ofícios 0009.6/2012 Relator Deputado Silvio Dreveck; 0045.0/2012 Relator Deputado Silvio Dreveck; 0056.2/2012 Relator Deputado Manoel Mota; 0059.5/2012 Relator Deputado Ciro Roza; 0071.1/2012 Relator Deputado Ciro Roza; 0074.4/2012 Relator Deputado Ciro Roza; 0101.1/2012 Relator Deputado Ciro Roza; 0102.2/2012 Relator Deputado Ciro Roza; 0138.3/2011 Relator Deputado Manoel Mota; 0593.0/2011 Relator Deputado Altair Guidi; 0632.1/2011 Relator Deputado Silvio Dreveck; todos os pareceres aprovados por unanimidade. A Deputada Angela Albino pediu a palavra para relatar o trabalho realizado na audiência pública em Blumenau, com o comparecimento da Anatel e de todas as operadoras, de Prefeitos de toda a região de onde foram tomados alguns encaminhamentos que depois serão submetidos à aprovação desta Comissão. Salientou o desempenho e a disposição nos trabalhos realizados pela equipe da Comissão, nas pessoas da Secretária Estela Maris Rossini e Eliane da Silva Neves, e das Taquígrafas Ione Reis de Melo, Sibelle D'Agostini, Almerinda Lemos Thomé e Dulcinéia Maria Goulart; do Elias, da Sonografia; da equipe da TV-AL, das funcionárias do Setor de Eventos e do pessoal da Informática da Alesc. Informou que a audiência foi transmitida pela Tevé da Câmara de Vereadores de Blumenau, finalizando disse que foi uma audiência exitosa - em nome da Comissão e da Presidência da Comissão. O Presidente colocou que a Secretária Estela havia relatado o sucesso da audiência em Blumenau, que teve participação maciça da população, da Anatel e das Operadoras. Tendo sido solicitada por requerimento, pela Deputada Ana Paula Lima, e presidida pela Deputada Angela Albino, agradeceu pela disponibilidade, já que estava em reunião em Florianópolis. Leu ofício nº 132/2012, da Câmara Municipal de Joaçaba, com a solicitação do Vereador Fabian Piovezan para realização de audiência pública no Município para discutir com a população a qualidade dos serviços prestados pelas concessionárias de telefonia móvel em Santa Catarina, haja vista as seguidas reclamações de cidadãos. Solicitou que a Comissão mantivesse contato com as Operadoras para marcar uma data, para atender a região do meio-Oeste, com a participação de todas as regiões do Meio-Oeste. O Deputado Altair Guidi colocou que deveria ser organizado um trabalho para atender todas as regiões. O Presidente esclareceu que na primeira audiência pública com o mesmo tema, foi decidido que seriam atendidas as cinco regiões. Colocou o requerimento para aprovação e este foi aprovado por unanimidade. A Deputada Angela Albino colocou que de fato precisaria ter o compromisso de um dos Deputados da Comissão em assumir a presidência da audiência pública, haja vista à proximidade do calendário eleitoral. Sugeriu tomar a Fecam como parceira, para fazer um levantamento das legislações municipais. O Presidente leu o Ofício nº 055/12, da Câmara Municipal de Catanduvas, manifestando preocupação quanto ao tratamento do Governo Estadual para com o Município, com relação a uma unidade da Udesc na região. Solicitou que a Assessoria da Comissão encaminhasse cópia aos membros da Comissão; à própria Udesc e à Casa Civil, estranhando o relato de que eles foram forçados a abrir mãos da Unidade da Udesc em Catanduvas para o Município de Joaçaba; e também cópia do Ofício nº 650/12, da Anatel, em resposta ao Ofício da Comissão, sobre os encaminhamentos da Audiência Pública realizada em vinte e oito de março de dois mil e doze. Nada mais havendo a tratar o senhor Presidente agradeceu a presença dos senhores Deputados e encerrou a presente reunião da qual, eu, Estela Maris Rossini, Chefe de Secretaria digitei a presente ata, que após ser lida e aprovada por todos os membros, será assinada pelo senhor Presidente e, posteriormente, publicada no Diário da Assembleia Legislativa.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2012

**Deputado Elizeu Mattos**  
**Presidente**  
 \*\*\* X X X \*\*\*

## EXTRATOS

### EXTRATO Nº 084/2012

REFERENTE: Contrato CL nº 019/2012, celebrado em 06/06/2012.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: **M² Tecnologia Ltda.**

OBJETO: Aquisição de 34 licenças de uso do software DIGIFORT ENTERPRISE para SO Windows Server 2008 (software de monitoramento e gravação para circuito fechado de TV baseado em redes TCP/IP com capacidade de controlar e visualizar imagens de câmeras IP ou analógicas).

VALOR GLOBAL: R\$11.200,00

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666/93; Lei nº 10.520/02; Pregão Presencial nº 018/2012; Autorização para Processo Licitatório nº 19/2012-LIC, parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõem.

Florianópolis, 14 de junho de 2012.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

Ivo Marcos Morelli- Sócio

\*\*\* X X X \*\*\*

#### EXTRATO Nº 085/2012

REFERENTE: 14º Termo Aditivo de 25/05/2012, referente ao Contrato CL nº 003/2009, celebrado em 17/11/2008.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: INDOBEL Assinatura, Leitura e Publicações Ltda.

OBJETO: Alteração quantitativa do objeto original, acrescentando 01 (uma) assinatura da revista "Isto É"

VALOR: R\$ 46,55

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, I, "b" e § 1º, combinados com os arts. 57, IV e 58, I, da Lei nº 8.666/93; Cláusula Sexta, item 6.1 do Contrato Original; Autorização Administrativa.

Florianópolis, 14 de junho de 2012.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

Rosely Much- Indobel Assinatura, Leitura e Publicações Ltda.

\*\*\* X X X \*\*\*

### MENSAGEM GOVERNAMENTAL

#### ESTADO DE SANTA CATARINA

##### GABINETE DO GOVERNADOR

##### MENSAGEM Nº 599

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

No uso da competência privativa que me outorgada pelo § 1º do art. 54 da Constituição Estadual, comunico a Vossas Excelências que decidi vetar parcialmente, por ser inconstitucional, o autógrafo do Projeto de Lei nº 021/2012, que "Institui a Semana de Incentivo ao Jovem Empreendedor no Estado de Santa Catarina, e adota outras providências".

Ouvida, a Procuradoria-Geral do Estado manifestou-se pelo veto aos seguintes dispositivos:

##### **Arts. 4º, 5º e 6º**

"Art. 4º Na Semana de Incentivo ao Jovem Empreendedor serão realizadas palestras, seminários, reuniões, oficinas de trabalho e demais eventos que promovam a difusão do espírito empreendedor entre os alunos da rede estadual de ensino.

Art. 5º A Secretaria de Estado da Educação fica autorizada a firmar parcerias para a realização de eventos relacionados presente Lei.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento."

##### **Razão do veto**

"Recomendo o veto parcial ao autógrafo do PL nº 021/2012, em relação aos arts. 4º, 5º e 6º, em razão de criarem despesas e atribuições a órgão do Poder Executivo, implicando em vício de iniciativa.

Compete privativamente ao Poder Executivo a iniciativa de projeto de lei que confere atribuição a órgão subordinado ao Governador do Estado (art. 50, § 2º, inciso VI, da Constituição do Estado de Santa Catarina, art. 61, § 1º, inciso II, alínea "e", da Constituição Federal - ADI 2.443/MC)."

Essa, Senhores Deputados, é a razão que me levou a vetar os dispositivos acima mencionados do projeto em causa, a qual submeto a elevada apreciação dos Senhores Membros da Assembleia Legislativa.

Florianópolis, 05 de junho de 2012

**JOÃO RAIMUNDO COLOMBO**

Governador do Estado

#### ESTADO DE SANTA CATARINA

##### PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

##### GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO

Of. GAB/PGE nº 928/12

Florianópolis, 30 de maio de 2012

Excelentíssimo Senhor

DERLY MASSAUD DE ANUNCIACÃO

Secretário de Estado da Casa Civil

Florianópolis SC

Assunto: Ofício nº 1331/SCC-DIAL-GEMAT

Senhor Secretário,

Cumprimentando-o, e em atenção ao documento em epígrafe, encaminhamos a Vossa Excelência o **PARECER Nº 134/12**, exarados pela Consultoria Jurídica desta Procuradoria Geral, com acolhimento parcial.

Atenciosamente,

JOAO DOS PASSOS MARTINS NETO

Procurador-Geral do Estado

#### ESTADO DE SANTA CATARINA

##### PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

**PARECER: PAR 0134/12**

**PROCESSO: PGE 2803/2012**

**ORIGEM: SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL**

**EMENTA: ANÁLISE DO AUTÓGRAFO, APROVADO PELA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, DE ORIGEM PARLAMENTAR, QUE "INSTITUI A SEMANA DE INCENTIVO AO JOVEM EMPREENDEDOR NO ESTADO DE SANTA CATARINA, E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS." CRIAÇÃO DE NOVAS ATRIBUIÇÕES E DESPESAS PARA A SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. MATÉRIA DE INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL DO PROJETO DE LEI.**

Senhor Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica,

O Senhor Secretário de Estado da Casa Civil solicitou à Procuradoria Geral do Estado o exame e a manifestação a respeito do autógrafo aprovado pela Assembleia Legislativa, de origem parlamentar, que "Institui a Semana de Incentivo ao Jovem Empreendedor no Estado de Santa Catarina e adota outras providências."

O Projeto de Lei foi aprovado pela Assembleia Legislativa e encaminhado ao Senhor Governador do Estado, para atender ao disposto no art. 54, § 1º, da Constituição do Estado, "verbis":

**"Art. 54 - Concluída a votação e aprovado o projeto de lei, a Assembleia Legislativa o encaminhará ao Governador do Estado para sanção.**

**§ 1º - Se o Governador do Estado considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará dentro de quarenta e oito horas ao Presidente da Assembleia os motivos do veto."**

O projeto de lei em comento, aprovado pela Assembleia Legislativa, institui a Semana de Incentivo ao Jovem Empreendedor no Estado de Santa Catarina, a ser comemorada na 2ª semana do mês de junho de cada ano.

De acordo com o art. 2º do texto em análise, a Semana a ser instituída pela Lei passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos da Secretaria de Estado da Educação, quando serão realizadas palestras, seminários, reuniões, oficinas de trabalho e demais eventos que promovam a difusão do espírito empreendedor entre os alunos da rede estadual de ensino (art.3), ficando a Secretaria de Educação autorizada a firmar parcerias para a realização de eventos relacionados a presente Lei (art.4º).

A proposição legislativa em tela também prevê que as despesas decorrentes da execução da Lei correrão a conta de dotações próprias consignadas no orçamento (art. 6º).

Ao instituir a Semana de Incentivo ao Jovem Empreendedor sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação, que deverá promover parcerias e realizar eventos para os alunos da rede estadual de ensino, o Poder Legislativo esta, na realidade, interferindo nas atribuições privativas do Governador do Estado, nos termos do art. 50, § 2º, inc. VI, da Constituição do Estadual (art. 61, § 1º, inc. II, "e", da Constituição Federal).

O Supremo Tribunal Federal é unânime em afirmar a inconstitucionalidade de projetos de lei de origem parlamentar que, de alguma maneira, ampliam ou modificam as atribuições de órgãos públicos. Neste sentido, vale citar:

**"Segundo a Carta da Republica, incumbe ao chefe do Poder Executivo deflagrar o processo legislativo que envolva órgão da Administração Pública, alínea e do § 1º do artigo 61 da Constituição Federal."** (ADI 2.799-MC, Rel. Min. Marco Aurélio, julgamento em 1º-4-04, DJ de 21-5-04).

**"Compete privativamente ao Poder Executivo (CF, alínea e do inciso II do § 1º do artigo 61) a iniciativa de projeto de lei que confere atribuição a órgãos subordinados ao Governador do Estado"** (ADI 2.443-MC, Rel. Min. Maurício Corrêa, julgamento em 7-6-01, DJ de 29-8-03).

**“E indispensável a iniciativa do Chefe do Poder Executivo (mediante projeto de lei ou mesmo, após a EC 32/01, por meio de decreto) na elaboração de normas que de alguma forma remodelam as atribuições de órgão pertencente a estrutura administrativa de determinada unidade da Federação” (ADI 3.254, Rel. Min. Ellen Gracie, julgamento em 16-11-05, al de 2-12-05).**

Fundamental consignar que para a execução da lei será necessário que a Secretaria da Educação, ou melhor, o Poder Executivo organize equipe técnica especializada em realizar as atividades previstas no texto normativo, o que significa criar novas funções e cargos públicos, nomear pessoal, além de exigir a destinação de recursos financeiros para cumprimento material da norma, gerando aumento de despesa pública, o que afronta o art. 52, inc. I, da Constituição do Estado de Santa Catarina (art. 63, inc. I, da Constituição Federal).

Pelo simples fato de criar despesa pública não contemplada na lei ornamental, a proposição também afronta as disposições do art. 123, inciso III, da Carta Estadual (art. 167, inciso II, da Constituição da República).

A ofensa ao princípio da separação dos Poderes do Estado, inscrito no art. 32, da Constituição Estadual (art. 2º, da Constituição Federal) é flagrante, na medida em que nova atribuição na máquina administrativa foi criada, cuja execução foi incumbida aos órgãos do Poder Executivo por meio de lei de iniciativa para mentar.

De outra parte, vale acrescentar que ainda que a norma consignada no art. 5º, do PL em questão, seja meramente autorizativa, essa condição não afasta o vício de inconstitucionalidade, levando-se em conta que a opção pelo cumprimento ou não da lei tornaria tal norma inócua ou decorativa, o que é incompatível com o princípio da legalidade. Aliás, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul já enfrentou a matéria relativa as leis meramente autorizativas, oportunidade em que reconheceu a inconstitucionalidade dessas normas, nos termos da ementa da ADI nº 596.114.090:

**“LEI AUTORIZATIVA. PADECE DE INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. POR VÍCIO DE ORIGEM, A LEI QUE, A PRETEXTO DE SIMPLEMENTE AUTORIZAR O EXECUTIVO A DETERMINADO AGIR, VERSA MATÉRIA DE INICIATIVA PRIVATIVA DO PREFEITO. AÇÃO JULGADA PROCEDENTE”.**

Diante do exposto, face as inconstitucionalidades suscitadas, recomenda-se o veto ao Autógrafo do Projeto de Lei nº 021/2012, nos termos do art. 54, § 1º, da Constituição Estadual.

É o parecer à consideração de Vossa Excelência.

Florianópolis, 29 de maio de 2012.

Ana Cláudia Allet Aguiar  
Procuradora do Estado

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
CONSULTORIA JURÍDICA**

**PROCESSO:** PGE 2803/2012

**ORIGEM:** Secretaria de Estado da Casa Civil

**EMENTA:** Análise de Autógrafo aprovado pela Assembleia Legislativa, de origem parlamentar, que “Institui a semana de incentivo ao jovem empreendedor no Estado de Santa Catarina, e adota outras providências”. Criação de novas atribuições e despesas para a Secretaria de Estado da Educação. Matéria de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo. Recomendação de veto parcial.

Senhor Procurador Geral do Estado,

Acolho parcialmente o parecer da Procuradora do Estado Ana Cláudia Allet Aguiar as fls. 05 a 07, recomendando o veto parcial ao Autógrafo do PL no 21/2012, em relação aos arts. 4º e 5º, em razão de criarem despesas e atribuições a órgão do Poder Executivo, implicando em vício de iniciativa.

Compete privativamente ao Poder Executivo a iniciativa de projeto de lei que confere atribuição a órgão subordinado ao Governador do Estado (art. 50, § 2º, inc. VI, da Constituição do Estado de Santa Catarina, art. 61, § 1º, inc. II, “e”, da Constituição - Federal - ADI 2.443/MC).

À vossa consideração.

Florianópolis, 29 de maio de 2012.

**Loreno Wessheimer**  
Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO  
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DO ESTADO**

**PGE 2803/2012**

**Assunto:** Autógrafo Projeto de Lei n. 21/2012 - Institui a Semana de Incentivo ao Jovem Empreendedor no Estado de Santa Catarina e adota outras providências.

**Origem:** Secretaria de Estado da Casa Civil

**DESPACHO**

1. Acolho parcialmente o Parecer n.134/12 (f. 05107), da lavra da Procuradora do Estado Dra. Ana Cláudia Allet Aguiar, nos termos referendados pelo Procurador-Chefe da Consultoria Jurídica, Dr. Loreno Weissheimer (f. 08), recomendando aposição de veto parcial ao Projeto de Lei.

2. Encaminhe-se a Secretaria de Estado da Casa Civil.

3. Após, arquite-se na COJUR-PGE.

Florianópolis, 30 de maio de 2012.

**JOÃO DOS PASSOS MARTINS NETO**

Procurador-Geral Estado

AUTÓGRAFO DO PROJETO DE LEI N. 021/2012

Institui a Semana de Incentivo ao Jovem Empreendedor no Estado de Santa Catarina, e adota outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica instituída a Semana de Incentivo ao Jovem Empreendedor no Estado de Santa Catarina, a ser comemorada na 2ª semana do mês de junho de cada ano.

Art. 2º A divulgação do empreendedorismo tem como objetivos:

I - demonstrar a importância da livre iniciativa e das profissões autônomas, assim como o nascimento das microempresas e a possibilidade de conseguir planejar seu próprio negócio;

II - a capacitação para a descoberta vocacional pelo espírito empreendedor;

III - mostrar como as leis do mercado podem oferecer oportunidades de gerar empregos e renda para quem souber aproveitá-las; e

IV - criar ambiente para a introdução do curso de Gestão de Pequenos Negócios.

Art. 3º A Semana instituída por esta Lei passa a integrar o Calendário Oficial de Eventos da Secretaria de Estado da Educação.

Art. 4º Na Semana de Incentivo ao Jovem Empreendedor serão realizadas palestras, seminários, reuniões, oficinas de trabalho e demais eventos que promovam a difusão do espírito empreendedor entre os alunos da rede estadual de ensino.

Art. 5º A Secretaria de Estado da Educação fica autorizada a firmar parcerias para a realização de eventos relacionados à presente Lei.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 17 de maio de 2012

Deputado Gelson Merisio - Presidente

Deputado Reno Caramori - 2º Secretário

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIAS**

**PORTARIA Nº 1048, de 14 de junho de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **DECIO KRELLING**, matrícula nº 6576, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 1 de junho de 2012 (Gab Dep Carlos Chiodini).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1049, de 14 de junho de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR DECIO KRELLING**, matrícula nº 6576, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-88, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de junho de 2012 (Gab Dep Carlos Chiodini).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1050, de 14 de junho de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR JESUALDO CORREA TEIXEIRA**, matrícula nº 6134, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-02, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Carlos Chiodini - Laguna).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1051, de 14 de junho de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **MARIO LATRONICO JUNIOR**, matrícula nº 6995, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 14 de junho de 2012 (Gab Dep Joares Ponticelli).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1052, de 14 de junho de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR MARIO LATRONICO JUNIOR**, matrícula nº 6995, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-48, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 14 de junho de 2012 (Gab Dep Joares Ponticelli - Tubarão).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1053, de 14 de junho de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **JULIO CESAR MARTINS**, matrícula nº 3702, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 14 de junho de 2012 (Gab Dep Joares Ponticelli).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1054, de 14 de junho de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR JULIO CESAR MARTINS**, matrícula nº 3702, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-57, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 14 de junho de 2012 (Gab Dep Joares Ponticelli).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1055, de 14 de junho de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **MARIA CLAUDIA MOTTER BORGES**, matrícula nº 6109, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-39, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 4 de junho de 2012 (Gab Dep Maurício Eskudlark).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1056, de 14 de junho de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR MARIA CLAUDIA MOTTER BORGES**, matrícula nº 6109, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-64, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 4 de junho de 2012 (Gab Dep Maurício Eskudlark - Florianópolis).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1057, de 14 de junho de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR EDUARDO SILVA** para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-37, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Valter Jose Gallina - São José).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1058, de 14 de junho de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR JORGE HENRIQUE BORGES NEVES**, matrícula nº 5630, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-93, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 12 de junho de 2012 (Gab Dep Valter José Gallina), tornando sem efeito a Portaria nº 1010, de 11 de junho de 2012.  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1059, de 14 de junho de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** a servidora **ANA RUTE DA SILVA WOLF**, matrícula nº 6623, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-47, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 14 de junho de 2012 (Gab Dep Ismael dos Santos).  
Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1060, de 14 de junho de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR SEBASTIÃO DAS GRAÇAS WOLFF** para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-47, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Ismael dos Santos - Lages).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1061, de 14 de junho de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

**EXONERAR** o servidor **IVO PAULO HARTMANN**, matrícula nº 6003, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar de 15 de junho de 2012 (Gab Dep Reno Caramori).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1062, de 14 de junho de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR GUSTAVO GUILHERME DE LIMA SARTORATO** para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-63, Atividade Parlamentar Externa, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Reno Caramori - São José).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1063, de 14 de junho de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

**NOMEAR SIMONI LUSSANI** para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-19, Atividade Administrativa Interna, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Manoel Mota).

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1064, de 14 de junho de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 100, de 15 de fevereiro de 2002, e tendo em vista o que consta do Processo nº 1267/2012,

**RESOLVE:** com fundamento no art. 84, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, c/c art. 5º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 36, de 18 de abril de 1991,

**INCLUIR** na folha de pagamento a servidora **MARTA LUCIA MASSOLINI LIPPEL**, matrícula nº 2071, quota(s) de Adicional por Tempo de Serviço, incidentes sobre os respectivos vencimentos, no percentual de 3% (três por cento), totalizando 30% (trinta por cento), a contar de 04 de junho de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1065, de 14 de junho de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

**PUBLICAR** que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Parlamentar Externa**.

**Gab. Dep. Sandro Daumiro da Silva**

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
4028	ALACIR CARDOSO	CRICIÚMA
5915	ALEXANDRE REZENDE PEREIRA	ARARANGUÁ
5950	ANA PAULA LUCYK	CRICIÚMA
6554	ANGELA MARIA VALNIER DA SILVA	ARARANGUÁ
4012	BRAZ LOURIVALDO BONY	CRICIÚMA
5792	GLADIS ZANETTE BOAROLI	IÇARA
6735	JEFFERSON ASSUNÇÃO CARDOSO	LAGUNA
6121	JEFFERSON LUIZ FERNANDES	ORLEANS
5912	JOAO LUIZ GOMES	CRICIÚMA
5716	LUIZA KOCH VIRGINIO	TUBARÃO
5715	LUIZ CARLOS MENDES	CRICIÚMA
6910	PAULO DE SOUZA GUIMARÃES	LAGUNA
3314	SERGIO LUIZ BOAROLI	IÇARA
6744	SERGIO SACHET	FLORIANÓPOLIS
6553	SILVIA MENDES	CRICIÚMA
4477	TERESINHA BORSATO SERAFIM	CRICIÚMA
3721	VALTER JOSE DE ANDRADE	CRICIÚMA

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1066, de 14 de junho de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:** Com base no Art. 1º parágrafo único do Ato da Mesa nº 396, de 29 de novembro de 2011, e do item II, da cláusula quinta do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta entre MPSC e a ALESC, de 25 de outubro de 2011.

**PUBLICAR** que os servidores abaixo relacionados exercem **Atividade Parlamentar Externa**.

**Gab. Dep. Valter José Gallina**

Matrícula	Nome do Servidor	Cidade
6020	EDSON DOS SANTOS FAGUNDES	BLUMENAU
6053	EDUARDO RINNERT SCHULZE	RIO DO SUL
5207	JOSE SELESIO ORLANDI	PRESIDENTE GETÚLIO
6938	MARCOS RAMOS DO NASCIMENTO	BLUMENAU
6965	PAULO RICARDO PEREIRA	BLUMENAU
5588	RAULINO SCHUTZE	TIMBÓ
5632	VALTER DOS SANTOS	BOMBINHAS
9144	VILSON EICHSTADT	MASSARANDUBA

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*

**PORTARIA Nº 1067, de 14 de junho de 2012**

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

**RESOLVE:**  
**LOTAR** a servidora **LORIS NASSAR CAMISÃO**, matrícula nº 3129, na CGP - Escola do Legislativo, a contar de 01 de junho de 2012.

Carlos Alberto de Lima Souza  
Diretor Geral

\*\*\* X X X \*\*\*